

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH-UFMG)

Janete Flor de Maio Fonseca

CORRESPONDÊNCIA DE VIAGEM
Brasileiros na Europa Oitocentista

1855 a 1898

Belo Horizonte

2007

Janete Flor de Maio Fonseca

CORRESPONDÊNCIA DE VIAGEM

Brasileiros na Europa Oitocentista

1855 a 1898

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (Doutorado) da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: Tradição e Modernidade

Linha de Pesquisa: História Social da Cultura

Orientadora: Prof^a Dra. Thaís Velloso Cougo Pimentel (Universidade Federal de Minas Gerais)

Belo Horizonte

2007

*Para Pedro , Vinícius e Antônio.
Que eles possam viajar muito conhecendo o mundo e a si próprios.*

Agradecimentos

Sempre que um trabalho termina precisamos agradecer. Em primeiro lugar agradeço ao Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, ao qual estive ligada nos últimos 19 anos, fato do qual muito me orgulho. Aos meus professores que tornaram uma alegria a minha escolha pela História. À Eliana Dutra agradeço pela inspiração. À Regina Helena pelas conversas e pelo amor compartilhado às cidades. À Carla Anastásia, pela demonstração de como o saber pode tornar as pessoas ainda mais simples. A Eduardo França Paiva pelo carinho e pelos trabalhos sempre inspiradores. E em especial a Regina Horta Duarte que me ensinou a amar o Império, a respeitar a História e a ser generosa com os meus alunos. Sua confiança no meu trabalho me trouxe até aqui.

Agradeço a minha orientadora, Professora Thaís Velloso Cougo Pimentel por aceitar este trabalho em meio a tantas tarefas, compromissos e reviravoltas da vida. Ao Professor Marcus Vinícius de Freitas agradeço o curso inesquecível sobre as viagens, no qual se encontravam conhecimento, afetividade e alegria. À Professora Gisele Venâncio devo uma apaixonante bibliografia sobre as cartas, que por muitas vezes me fez esquecer do meu objeto de pesquisa e me enveredar pela documentação.

Infelizmente não fiz amigos no doutorado, mas continuaram me fazendo companhia aqueles do mestrado: Rodrigo Teixeira, Isnara Pereira Ivo e Suzana Cristina Ferreira. Outros amigos acadêmicos surgiram e a eles agradeço. Na UNA meus coordenadores João Alfredo, Euclides Couto e Frederico Assis Cardoso. No UNIFEMM o apoio irrestrito dos amigos do Departamento de História: Luiza Eschenazi, Dalton Antônio Avelar, Cláudio

Diniz, Carlos Leão Cotta. Agradeço ainda nas figuras do Breno e da Luíza , bibliotecários do UNIFEMM, a solidariedade dos funcionários da Biblioteca desta instituição durante minhas pesquisas e a correria no preparo das aulas. Ao Bruno Fagundes pela revisão da tese, e ao Milton Fernandes Júnior pela parte gráfica.

Como professora que sou , não poderia deixar de fazer um agradecimento especial aos meus diversos alunos que nos últimos anos foram parceiros neste trabalho, seja na paciência nos meus momentos de angústia , seja na alegria compartilhada ao ser vencida cada etapa. Não poderia colocar alguns nomes aqui, pois resultaria na ira dos esquecidos. A todos o meu muito obrigada.

Aos amigos, que seguraram minhas angústias não me deixando desistir, e que estão juntos até o fim, todo o meu amor. A João Leandro, melhor amigo, irmão. A Rémy e Francisco Coutinho que me levaram a fazer o Doutorado. A Wellington Brum pelo companheirismo. A Douglas Lins pelas longas conversas de apoio. Às irmãs que a vida me trouxe, Rosana Figueiredo Ângelo e Luciana Maria Almeida, pelos sobrinhos, pela confiança, por tudo. A Mary Francisca e Ricardo Morais pelas risadas que relaxaram os dias mais tensos. A Clotildes Avelar por compreender cada uma das minhas apreensões. Dedico um agradecimento especial a Frederico Antônio do Amaral, um amigo inesquecível, um professor apaixonado, e uma saudade enorme neste momento.

O mais importante: minha família. Papai e Mamãe, obrigada pelo afeto, pelo conhecimento e pela confiança em mim. A Jacqueline pela companhia e pelos cuidados que tornaram meu trabalho mais confortável. Agradeço à Jane , que me deu as três maiores riquezas da minha

vida, os meus sobrinhos. Ao Cláudio pela tranqüilidade de sempre. A Elaine e Eliane pela alegria que torna a vida menos monótona. A Marcos e Cristina que seguraram conosco as crises mais difíceis. Agradeço a Pedro por me iluminar nestes últimos 04 anos me lembrando sempre que o olhar de uma criança é sempre mais surpreendente e sábio que o nosso. E por fim, não um agradecimento, mas uma promessa. Prometo aos meus sobrinhos Vinícius e Antônio que com o fim do doutorado terei mais tempo para conhecê-los melhor e lhes demonstrar todo o meu amor.

Cr terio Editorial

Em fun o de sua importância neste trabalho, trechos e fragmentos de cartas de Visconde Nogueira da Gama, Tavares Bastos, Tobias Monteiro, Pedro II, Nísia Floresta e da Condessa de Barral foram destacados em fonte de letra específica, além do que tiveram sua linguagem modernizada.

SUMÁRIO

Capítulo I - A VIAGEM, O VIAJANTE E A TRAVESSIA

| | |
|----------------------------------|----|
| A Viagem | 17 |
| O Imaginário sobre a viagem..... | 29 |
| A Travessia..... | 54 |

Capítulo II - O OLHAR MASCULINO SOBRE A MODERNIDADE EUROPÉIA

| | |
|---|-----|
| Brasileiros e a Europa..... | 82 |
| Cidades da Modernidade..... | 93 |
| Outros caminhos da modernidade européia | 124 |

Capítulo III - BRASILEIRAS EM VIAGEM A EUROPA

| | |
|--|-----|
| Mulheres e viagens | 140 |
| A viagem aristocrática da Condessa de Barral | 157 |
| Nísia Floresta: uma romântica na Alemanha..... | 171 |

Capítulo IV - SAUDADES DO BRASIL

| | |
|------------------------------|-----|
| “E bonito por natureza”..... | 193 |
| Brasilidade latente | 217 |

| | |
|-----------------------|------------|
| Conclusão..... | 229 |
|-----------------------|------------|

| | |
|--|------------|
| Referências bibliográficas..... | 223 |
|--|------------|

| | |
|---------------------|------------|
| Anexos | 243 |
|---------------------|------------|



*Viajar? Para viajar basta existir.
Vou de dia para dia, como de estação para estação,
no caminho do meu corpo, no do meu destino, abraçando sobre as ruas e as praças,
entre os gestos e os rufos, sempre iguais e sempre diferentes, como, afinal, as paisagens são.*

*Se imagino, vejo. Que mais vejo no viajar?
Só a frequência extrema da imaginação justifica que se tenha que desloar para sentir.*

*"Qualquer estrada, esta mesma estrada de Estoril, se levou até ao fim do mundo".
Mas o fim do mundo, desde que o mundo se construiu desde-lhe a volta,
é o mesmo Estoril de onde se partiu.*

*Na realidade, o fim do mundo, como o princípio, é o mesmo sentido do mundo.
É em nós que as paisagens têm paisagem. Por isso, se as imagino, as vejo;
se as vejo, são; se são, vejo-as como as outras. Para que viajar?
Em Madrid, em Berlim, na Pérsia, na China, nas Pólis ambas,
onde estaria eu sendo em mim mesmo, e no tipo e gênero das minhas sensações?*

*A vida é o que fazemos dela. As viagens são as viagens.
O que vemos, não é o que vemos, senão o que somos.*

Fernando Pessoa

Capítulo I

A viagem, o viajante e a travessia

A Viagem

Viajar é colocar-se em movimento, deslocar-se, distanciar-se. Ao partirmos em viagem, colocamo-nos diante de limites a serem ultrapassados, de lugares a serem conhecidos, de experiências a serem vivenciadas. Na viagem, nossas referências se transferem para os espaços de partida e de chegada. Lugares repletos de despedidas, de expectativas de retornos, mas também o “não-lugar”, que procura ser asséptico, sem marcas (CARLOS, 2002). Todo este deslocamento e as vivências nele estabelecidas transformam o sujeito; assim, quem viaja jamais retorna o mesmo. As transformações do indivíduo ocorrem entre o momento de partida e o retorno, do início ao fim da experiência da travessia dos limites geográficos e imaginários que compõem a experiência da viagem.

Se toda viagem destina-se a ultrapassar fronteiras (PIMENTEL, 1998), também durante sua realização, no contato com outras culturas, elas se ressaltam. O viajante, diante do outro — o diferente, o nativo — se depara com a evidência de sua própria identidade estrangeira (LEITE, 1996). Nesse momento, instrumentaliza-se o recurso comparativo, divergindo e aproximando a realidade do visitante daquelas então encontradas. Afirmam-se as fronteiras, diferem-se as culturas, estabelecem-se os encontros culturais, promovendo um aprendizado sobre si e o outro (IANNI, 1996). Vejamos um exemplo literário.

Em *As Cidades Invisíveis* (CALVINO, 1990) ocorre um interessante diálogo no qual o poderoso Kublai Khan questiona o viajante Marco Pólo sobre suas viagens. Seriam elas aventuras inúteis? O viajante responde que:

(...) quanto mais se perdia em bairros desconhecidos de cidades distantes, melhor compreendia as outras cidades que havia atravessado para chegar lá, e

reconstituía as etapas de sua viagem, e aprendia a conhecer o porto de onde havia zarpado, e os lugares familiares de sua juventude, e os arredores de casa, e uma pracinha de Veneza em que corria quando era criança (CALVINO, 1990, p.28).

Insatisfeito, Khan insistia: “Você avança com a cabeça voltada para trás? Ou então: o que você vê está sempre a suas costas? — ou melhor: — a sua viagem só se dá no passado?” (CALVINO, 1990, p.28). Marco Pólo conclui:

(...) que aquilo que ele procurava estava diante de si, e, mesmo que se tratasse do passado, era um passado que mudava à medida que ele prosseguia sua viagem, porque o passado do viajante muda de acordo com o itinerário realizado, não o passado recente ao qual cada dia que passa acrescenta um dia, mas um passado mais remoto. Ao chegar a uma nova cidade, o viajante reencontra um passado que não lembrava existir: a surpresa daquilo que você deixou de ser ou deixou de possuir revela-se nos lugares estranhos, não nos conhecidos... os outros lugares são espelhos em negativo. O viajante reconhece o pouco que é seu descobrindo o muito que não teve e o que não terá (CALVINO, 1990, p.28).

As respostas de Marco Pólo destacam a viagem como uma prática cultural repleta de significados que superam sua mera realização. Para o veneziano, a viagem é um movimento de distanciamento do mundo conhecido e uma aventura por lugares nunca vistos, mas é também uma oportunidade de reencontro com suas origens, sua infância, sua casa, sua cidade. Ao desterrar-se por lugares distantes, com culturas completamente diferentes da sua, o viajante estabeleceria contato com suas raízes mais fortes, suas lembranças mais familiares. Segundo Sérgio Cardoso (1988), isso acontece porque durante a viagem nos comportaríamos como sujeitos ativos cujo olhar exercita a atitude de “ver o novo” tanto quanto “ver de novo”. Aderimos ao movimento de comparação separando o que reconhecemos do que é novidade. Assim:

O olhar não descansa sobre a paisagem contínua de um espaço articulado, mas se enreda nos interstícios de extensões descontínuas, desconcertadas pelo estranhamento. Aqui o olho defronta constantemente limites, lacunas, divisões e

alteridade, conforma-se a um espaço aberto, fragmentado e lacerado (CARDOSO, 1988, p.349).

Durante a viagem, nosso olhar estaria atento a tudo que o entorno nos oferece de diferente de seu comportamento durante a rotina cotidiana. No dia-a-dia, abrimos mão de “olhar bem”, pois estamos presos a outros interesses imediatos, como o cumprimento de horários, a pressa em chegar logo, o desejo de realizar todas as tarefas. Em viagem — mesmo as realizadas a trabalho —, sempre nos predispomos a “olhar melhor”, observando a paisagem que passa, nem que seja para garantir uma identificação visual de onde estamos. Os lugares pelos quais passamos são mapeados pelo olhar que instantaneamente vai selecionando os pontos *conhecidos* como lojas, hospitais e restaurantes; os que *já sabíamos existir* por meio de informações prévias vindas da literatura, da história, da televisão ou do cinema; e os *surpreendentes*, aqueles pontos singulares que se destacam no caótico conjunto observado. O olhar viajante exercita assim a alteridade, alternando obviedade, estranhamento e surpresa diante de lugares, imagens, gestos, rituais e sensações tão estranhos e/ou familiares.

A viagem pode ser observada assim como uma prática cultural capaz de gestar, durante sua realização, relações múltiplas, encontros culturais diversos, movimentos de conhecimento e autoconhecimento. Viajar promoveria uma compreensão maior de como poderia ser a vida sem as restrições do trabalho e da luta pela sobrevivência (BOTTON, 2003).

Pensar a viagem nos remete à reflexão sobre o papel desempenhado por quem viaja, pois será ele o sujeito a transpor espaços e defrontar-se com o outro. Segundo Luciana Martins

(2001), o viajante seria sempre o estrangeiro negociando suas diferenças culturais. No seu encontro com o outro, estabeleceria descrições das diversas realidades culturais encontradas, mas também construiria sua própria identidade “através da oscilação dos estados subjetivos que eles impõem ao mundo e o mundo impõe a eles” (MARTINS, 2001, p.36). Nesse processo, suas referências pessoais e sociais se deslocariam, permitindo ao mesmo conhecer, re-conhecer, construir e des-construir lugares (RESENDE, 2005). Assim, não seriam apenas o olhar sobre a paisagem e as culturas visitadas que se transformariam durante a realização da viagem, mas, durante o deslocamento o viajante vivenciaria também uma transformação através de sua própria experiência e do estabelecimento de relações com a cultura local. Ocorreria paralelamente ao movimento da viagem um deslocamento da percepção não apenas do outro como do próprio eu dos viajantes.

Muitos seriam os tipos de viajantes. Segundo Silvana Oliveira, eles se classificariam como *iluministas, românticos, andarilhos e eruditos*, sendo definidos assim:

O viajante iluminista é notadamente o europeu que se dirige às novas terras descobertas munido de um olhar totalizante, objetivo, que busca entender, julgar e relatar tudo o que vê; o romântico, por sua vez, busca os lugares longínquos, ainda contaminados pela civilização, e o seu norte, diferentemente do viajante iluminista, é o imaginário; o andarilho ou globe-trotter se posicionaria como inventariante em que a escrita assumiria um caráter enciclopedista; já o erudito viajaria com o objetivo de “comprovar in loco as leituras acumuladas” (*apud* PIMENTEL, 1988, p.38).

É justamente esse último viajante, o *erudito* (ou *clássico*), que iremos observar neste trabalho. Suas viagens possuíam um grande reconhecimento social pois procuravam adquirir nas mesmas um maior conhecimento científico e/ou de cultura geral que o proporcionassem maior capacidade de atuar na sociedade em seu retorno. Como observador

moderno, este viajante exercitará durante seus vários deslocamentos um olhar que mapeará, descreverá e aprenderá com os povos visitados. Por isso a viagem é também responsável por sua formação lhe possibilitando , na própria experiência de sua realização ampliar e potencializar conhecimentos e habilidades.

Se viajar não é para todos (CARDOSO, 1988), o sujeito-viajante será aquele capaz de experimentar o estranhamento de estar diante das fronteiras, fora de seu lugar. Mais do que uma realidade geográfica, o que encontramos nesta reflexão sobre a viagem e seu sujeito, o viajante, é a percepção de uma transformação que o faz amadurecer na vivência e no conhecimento produzidos durante seu deslocamento. O indivíduo-viajante se faz assim no exercício de sua subjetividade (NITRINI, 1998), uma vez que a experiência da viagem lhe permite o contato como outros homens, outras culturas e ao mesmo tempo em que lhe coloca diante de obstáculos a serem superados em pouco tempo. Por ter o viajante que tomar decisões rápidas diante de qualquer dificuldade o fará como indivíduo cuja subjetividade responde a urgência da situação. Esta subjetividade também estaria presente nas escolhas realizadas para o caminho a percorrer, os lugares a visitar e as observações a registrar.

Esse viajante que apresentamos aqui como objeto de análise surge nos tempos modernos e se diferencia dos homens antigos por seu voluntarismo em viajar. Mas, também, por perceber a viagem como um meio de adquirir poder e distinção. Pimentel (1998) vê este sujeito como desenraizado e, no exercício da viagem, promotor de um autodesterro, algo que o libertaria do seu grupo social e o distinguiria socialmente. Já Sérgio Cardoso afirma existir nestes deslocamentos não um desenraizamento, mas um processo no qual o viajante

se diferencia do seu mundo, ampliando seu olhar ativo e atento na missão de “ver bem”, exercício que só é possível no distanciamento e na experiência de contato com o outro, ambos realizados durante a viagem.

Porém, não podemos nos esquecer de que este viajante carrega consigo não apenas a experiência constituída durante a viagem, mas também toda uma vivência anterior de ver o mundo, e ver a vida, pois “o que cada um vê, quando em viagem, é resultado da maneira como olha, do lugar de onde olha, das luzes que iluminam aquilo que o viajante escolhe ver” (PIMENTEL, 1998, p.8).

Como o viajante escolhe o que irá observar, este olhar será sempre fragmentado, pois estará focado em atrativos que foram conscientemente selecionados. Nesse processo de escolhas, o viajante vai construindo um roteiro sentimental e intelectual próprio, do qual produzirá seu conhecimento sobre a viagem.

Observamos o viajante como um sujeito sócio-cultural capaz de, na prática cultural da viagem, estabelecer um aprendizado por ele mesmo planejado e desenvolvido, seja na compreensão do espaço que visita ou — e a partir deste — na reflexão sobre seu próprio lugar de origem. O sujeito-viajante refletiria sobre seu lugar ao encontrar-se longe, em outras terras, como estrangeiro. Portanto, para defini-lo devemos destacar suas condições intelectuais específicas, ou seja, apresentá-lo como dotado de uma preparação prévia para a viagem, sendo esta desenvolvida em sua formação educacional e cultural, e sendo o viajante capaz de potencializá-la através da viagem.

No processo de experimentar os códigos culturais de outros povos, o viajante moderno estabelece pela viagem uma atividade intelectual capaz de levá-lo a acumular e produzir conhecimento, característica que também é importante para diferenciá-lo do turista comum; este se define como aquele que apenas vê passivamente os atrativos mais conhecidos de cada local visitado, não estabelecendo com estes ou quaisquer outros necessariamente um aprendizado.

Se este viajante clássico ou erudito buscava ampliar sua formação pela realização da viagem, também lhe era destinada a função de produzir intelectualmente sobre a experiência vivida, surgindo, assim, paralelamente à realização da viagem, a produção de uma escrita do viajante, última etapa da viagem a ser cumprida.

Walter Benjamin (1994) já havia definido o narrador como alguém distante, afastado da experiência cotidiana. Sua narração possuiria como fonte principal sua experiência como narrador-personagem em terras distantes. Será o viajante — encarnado nas figuras do marinheiro ou do comerciante — quem representará, junto com o camponês sedentário, a figura do narrador de Benjamin: aquele que vem de longe para compartilhar experiências (BENJAMIN, 1994). É importante destacar que na narrativa de viagem se estabelece uma memória da mesma, e sobre a mesma, através da elaboração de uma descrição sobre a própria vida do sujeito-viajante.

Segundo Fernando Cristóvão (1999), a literatura de viagem sempre foi um subgênero com autonomia sobre outros temas, e também espaço interdisciplinar unindo Literatura, História e Antropologia, e baseando seu estatuto genealógico na viagem de deslocamento.

O pesquisador português destaca que em seu país no século XVI a emergência de textos sobre aventuras de viagens como as de Richard Éden (1521-76) ou, ainda mais tarde, nos anos de 1700 a 1900, o sucesso da denominada “Literature of Travel”. Com a odisséia da expansão ultramarina, ampliaram-se as demandas do público português por mais publicações deste tipo. Neste processo, editores acabaram por manipular as edições buscando suprir o desejo dos consumidores por livros de aventuras, exotismo e outras emoções fortes. O tamanho do sucesso da literatura de viagem em Portugal no período fez com que as editoras também recuperassem textos do século XIII, tais como os relatos de Marco Pólo, Plano Carpino e Odorico Poderme (CRISTÓVÃO, 1999).

O século XVII inauguraria uma produção mais objetiva e com informações mais apuradas. Passou-se às coleções acompanhadas de gravuras, ilustrações e mapas, aguçando a imaginação do público-leitor. Todavia, na Europa, o surgimento do turismo de massa no século XIX resultou também numa mudança de hábitos deste tipo de leitura. Cristóvão cita Pinto: “quando o barco foi substituído pelo comboio, e os critérios e práticas gregárias preferiram os jornais e os telegramas das agências noticiosas às narrativas longas” (CRISTÓVÃO, 1999, p.28).

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho advindas do processo de luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho produziram uma maior acessibilidade destes às viagens. Como a adoção de maiores benefícios sociais tais como a flexibilidade do horário, férias pagas, descontos e subsídios, além de uma melhoria significativa nos meios de transporte, propiciou-se um aumento das viagens coletivas, e o surgimento do chamado “turismo de massa”. Mas este turismo não foi responsável pela produção de relatos de

viagem, pelo menos não em seu formato mais tradicional: a literatura de viagem. Sem dúvida este seria um fator importante na diferenciação entre o viajante e o turista.

A escrita sobre a viagem se realiza na capacidade de seus produtores, caracteristicamente modernos, em compartilhar suas vivências no intuito de contribuir culturalmente para seus pares, pois viam a viagem como um elemento no importante processo de formação. Nesta narrativa sobre a experiência da viagem, o gesto de descrever pode ser entendido como um processo de transculturação por não se restringir apenas a adaptar ou a transportar informações culturais, mas também por ser um exercício em que os sujeitos são transformados por seus encontros com o outro (MARTINS, 2001). Se para alguns não foi possível viajar, será através da leitura das narrativas de viagem que poderão aproximar-se desta experiência e também estabelecerem um aprendizado.

Ao viajar e produzir uma narrativa sobre a viagem, o viajante-narrador se afirmaria diante de sua comunidade no retorno a sua própria cultura; por ter vivido a experiência da viagem, ter visto o novo e também por tudo aquilo de que já sabia existir. Seu olhar naturalmente etnológico produziria representações do outro e de suas práticas culturais a partir dos métodos de comparação, classificação e ordenação das experiências vivenciadas no interior da viagem. Mas não seria apenas ele a construir uma imagem sobre o outro. O leitor atento de seus relatos também produziria representações sobre os locais e os povos visitados. Percebemos na realização da viagem, na produção dos relatos de viagem e na leitura das narrativas, três momentos significativos para a construção de representações sobre a viagem. Se identificarmos a produção destes relatos de viagem como monumentos intencionais ou uma “escrita de si”, não podemos nos esquecer que também na recepção e

leitura dos mesmos se produzirão novos monumentos ou representações sobre a viagem , que como prática cultural se prolonga para além de sua realização.

Trabalharemos aqui as viagens na segunda metade do século XIX, momento em que a existência do turismo de massa não era ainda tão desenvolvido, o que se expressava numa fragilidade dos serviços e numa visão romântica de quem praticava a viagem. Tempos nos quais à vontade de viajar mesmo entre os membros das elites brasileiras nem sempre se associava sua possibilidade material de realizá-la, dotando os viajantes de prestígio e distinção na sociedade.

Foi no século XIX, a viagem ao exterior, principalmente a Europa, transformou-se em importante conquista para as elites brasileiras. Segundo Claudete Daflon dos Santos, os homens do século XIX reconheciam a supremacia da cultura europeia e se dirigiam ao Velho Mundo para realizar uma “viagem de formação”. A autora define esse grupo como o único capaz de reunir recursos materiais e intelectuais para a viagem.

Viajar de verdade seria assim prerrogativa de uma elite ‘apta’ a isso, a viagem estaria intimamente associada a um processo de formação, pois representaria antes de tudo a possibilidade de crescimento intelectual e mesmo moral. Todavia, é também destinada aos viajantes (que não turista) a tarefa da escrita, pois somente a ele são atribuídas as condições intelectuais que permitiriam o registro da viagem. Isto caracteriza, obviamente, tal viajante como elite também intelectual (SANTOS, 2002, p.40).

A autora denomina “Linhagem Nabuco” essa geração oitocentista cuja educação possuía base literária, apresentando-a concomitantemente como elite intelectual. Para esses jovens elementos das futuras classes dirigentes ou dos quadros administrativos do Estado, a viagem era uma etapa na sua formação que os dotava de amadurecimento intelectual e

moral necessários às suas futuras atividades profissionais e políticas. Porém, a autora descreve uma total e inquestionável subserviência destes à cultura européia, tornando a viagem mais um elemento que reforçaria esta quase devoção cultural. Assim para Claudete Santos, os brasileiros oitocentistas se dirigiam à Europa com o intuito de adquirir novos hábitos citadinos e ampliar o consumo de bens europeus, ou seja, as viagens seriam um elemento a mais na formação cultural de homens e mulheres brasileiros reafirmando a dependência cultural à matriz européia.

Viajar neste contexto era uma continuidade na formação destes brasileiros que buscavam na experiência européia uma formação mais consistente para sua carreira, seja na burocracia do Estado ou nos quadros da política.

A viagem no século XIX também trazia distinção para aqueles que a realizassem. Antes do turismo de massa, apenas alguns podiam viajar, o que os distinguiu não apenas das massas populares, como de outros elementos da própria elite. Numa sociedade pautada na convivência diária com a cultura européia, e em especial a francesa, a garantia de distinção resultaria da constatação de que, durante a viagem, deveria se ver “o que não pode deixar de ser visto”. Ou seja: a distinção viria pela comprovação de ter testemunhado o que todos já sabiam existir.

Viajar não é só experimentar o novo, mas, sobretudo ver o que não pode deixar de ser visto. Para aqueles que se contentam com as imagens apreendidas pelo olhar dos outros, viajar pode ser um grande transtorno. Ao contrário, para os que abrem mão do comodismo e não se conformam com a idéia de valer-se da experiência alheia, há que se buscar ver o original, sempre, mesmo porque tal possibilidade não é dada a todos. Logo, a distinção é garantida (PIMENTEL, 1998, p.8).

Para os brasileiros que viam a cultura européia como modelo, essas “viagens civilizatórias” permitiam a aquisição de códigos de civilização e instrumento de diferenciação frente a seus pares, seja pela possibilidade material e intelectual de realizar a viagem, seja pela distinção que este empreendimento lhes proporcionava (PIMENTEL, 1998).

Mas os brasileiros e as brasileiras que viajaram pela Europa na segunda metade do século XIX também vivenciaram em seu trajeto a familiaridade e o estranhamento com lugares que sempre souberam existir. Estes viajantes foram preparados durante anos através de um processo educacional e cultural para a realização da viagem ao Velho Continente. Assim, mais do que ir ao encontro do desconhecido, a viagem para eles se constituiu num encontro ou num reencontro com a cultura européia. Mas isso não resultou em apenas um deslumbramento ou uma passividade diante do observado. Esses brasileiros utilizaram-se, como outros viajantes, do recurso comparativo em suas experiências e observações. Se em muitos momentos os brasileiros procuraram se diluir na multidão, no desejo de se confundirem com a população local, em outros fortaleciam sua identidade como estrangeiros e deixavam explícitas suas origens brasileiras.

Uma análise sobre estas viagens de brasileiros pela Europa oitocentista apresenta novos indícios sobre as trocas culturais nelas estabelecidas. Uma realidade que não pode ser vista apenas como de dependência cultural do grupo brasileiro em relação à cultura européia. Pelo menos em depoimentos dos nossos viajantes brasileiros, encontraremos latente uma forte brasilidade que os leva a se deparar em território europeu com elementos capazes de remetê-los ao Brasil. Procuramos compreender a viagem como uma experiência cultural

capaz não apenas de reafirmar valores e modos de ver o mundo , mas também como um exercício de formação e reflexão que no caso dos brasileiros em especial, lhes permitiu reordenar o olhar sobre si próprios e também sobre o Brasil. Destacamos a partir disso que durante as viagens à Europa na segunda metade do século XIX, membros da elite letrada , política e cultural brasileira não apenas agiram como observadores deslumbrados diante das cidades e da cultura européia, mas realizaram comparações e distinções importantes entre a cultura ali encontrada e a sua própria cultura. Diante da experiência do deslocamento em vários momentos reforçaram as fronteiras reafirmando sua condição de estrangeiros, e rearticulando sua visão sobre o Brasil e a Europa. Mas para que possamos compreender isso é necessário refletirmos sobre alguns caminhos percorridos na construção da representação da viagem como um elemento no imaginário sócio-cultural das elites brasileiras oitocentistas.

O imaginário sobre a viagem

A cultura da viagem não chegou tanto aos brasileiros através da tradição da *grand tour*. Este tipo de viagem para formação já era um processo consolidado quando o termo foi utilizado pela primeira vez em 1670 num texto de Richard Lassels: *Voyage of Italy: or a complete journey through Italy*. Tratava-se de um movimento realizado por jovens aristocratas europeus que completavam sua formação através de viagens pedagógicas que poderiam durar até dois anos. Com roteiros variados, contendo impreterivelmente a Itália, e em especial Roma, eles preparavam-se para ocupar altos cargos na burocracia, no parlamento e no Exército ou Marinha. Almejavam a formação completa com estudos dos

clássicos, mas também na experiência da viagem. Na busca pelo *grand tour* surge no século XVIII um novo tipo de viajante, o *grand tourist*, cuja prática da viagem estava ligada

ao amor à cultura dos antigos com um gosto exacerbado por ruínas que beirava a obsessão e uma inclinação inusitada para contemplar paisagens com seu olhar armado no enquadramento de amplas vistas panorâmicas, compostas segundo um idioma permeado por valores estéticos sublimes. Um viajante dispendioso acima de tudo de recursos e tempo nas primeiras viagens registradas pela historiografia da prática social de viajar por puro prazer e por amor à cultura (SALGUEIRO, 2002, p.291).

Percebemos a constituição da relação dos brasileiros com a viagem muito menos associada ao imaginário do *grand tour* clássico, que não era uma prática tão comum entre os jovens da elite brasileira. Estes procuravam na Europa uma educação mais formal, o bacharelado ou o magistrado, através dos cursos tradicionais da Universidade de Coimbra em Portugal. Percebemos que outros foram os caminhos que alicerçaram um imaginário sobre a viagem entre os brasileiros destacamos três pontos: a formação educacional no exterior, a literatura e a história.

O primeiro destes elementos seria o seu treinamento o que nos remete à própria constituição das elites brasileiras e seu ponto de equilíbrio, homogeneidade e coesão. Em *A Construção da Ordem*, José Murilo de Carvalho (1996) procura compreender como através do treinamento as elites políticas imperiais, tão diferentes entre si — tanto por propostas, quanto por objetivos — construíram a unidade brasileira pós-Independência e estabeleceram o caminho político a ser tomado na construção do Império. O que não nos parece muito diferente daquele movimento existente pós-advento da República. Para o autor:

(...) a adoção de uma solução monárquica no Brasil, a manutenção da unidade da ex-colônia e a construção de um governo civil estável foram, em boa parte, conseqüências do tipo de elite política existente à época da Independência, gerada pela política colonial portuguesa. Essa elite se caracterizava sobretudo pela homogeneidade ideológica e de treinamento (CARVALHO, 1996, p.17).

Os conflitos intra-elites seriam assim reduzidos, possibilitando — através de uma unidade criada via socialização pela educação, ocupação e treinamento — a capacitação necessária para implementar um modelo de dominação política duradouro. A tradição portuguesa, a de um país onde a revolução burguesa foi abortada, predominava no Brasil Imperial, garantindo a coesão ideológica através do treinamento de uma elite preponderantemente locada na burocracia do Estado. Para seu treinamento e conseqüente homogeneidade, José Murilo de Carvalho destaca a educação superior, poderoso elemento de unificação ideológica da política imperial.

Para as elites oitocentistas, os estudos superiores, entre outras coisas, as diferenciavam da grande massa de analfabetos. A formação jurídica era preponderante e nela se destacam os “coimbrões”, brasileiros formados na universidade de Coimbra. Segundo Carvalho, os magistrados formados em Portugal ou no Brasil construíram uma unidade de pensamento.

A concentração temática e geográfica promovia contatos pessoais entre estudantes das várias capitâneas e províncias e inculcava neles uma ideologia homogênea dentro do estrito controle a que as escolas superiores eram submetidas pelos governos tanto de Portugal como do Brasil (CARVALHO, 1996, p.55).

Advinda do período colonial, a formação na universidade de Coimbra só deixará de atrair as elites imperiais com o fortalecimento dos cursos de Direito no Brasil, em destaque os de São Paulo e de Recife. Todavia, o autor destaca o fato de que a atuação dos coimbrões

conduziu o processo de Independência do Brasil, tendo sido esta fortemente marcada por sua formação afastada do Iluminismo francês, considerado perigoso à autoridade real, e filiada ao Iluminismo português, politicamente conservador e voltado para ocupação de cargos públicos. Carvalho informa ainda que esta geração predominou no poder até a consolidação do sistema imperial, sendo aos poucos substituída por uma geração formada no Brasil e com amplo interesse no debate dos problemas nacionais.

A educação superior foi o ponto de partida para a trajetória das elites, seguindo por um caminho de treinamento profissional nos quadros da burocracia estatal ou da imprensa, evoluindo até a ocupação da deputação geral, e concluindo seu roteiro nos espaços mais próximos ao poder; seja na presidência de uma província, na pasta de algum ministério, ou no ápice do Conselho de Estado (CARVALHO, 1996).

Gostaríamos de destacar que essa unidade das elites imperiais se fez através da educação, mas também pela distância de casa. A formação na Europa constituiu-se uma tradição na história da educação das elites brasileiras. Mais que isso, ela fundamentou laços de unidade entre seus elementos, contribuindo para a formação de uma coesão que superou os conflitos intra-elites e possibilitou a construção de um modelo de dominação. A experiência da vivência no exterior tornou-se um elemento de identidade para esses brasileiros, uma vez que mesmo existindo com Portugal laços histórico-culturais, como a própria língua, tratava-se acima de tudo de um país estrangeiro, no qual os brasileiros poderiam vivenciar novos encontros culturais. Portanto, acreditamos terem sido os anos de formação em Coimbra um importante referencial para a construção de uma relação dos brasileiros com a viagem. Essa experiência serviu não apenas como um instrumento de treinamento para esses jovens

estudantes mas também como possibilidade de distinção destes diante da sociedade brasileira, conseqüentemente contribuiu para consolidar um imaginário que associava a viagem à formação e ao prestígio social.

Nesse sentido, viajar como complemento à formação para aqueles que se formaram aqui, ou mesmo para velhas e novas gerações de coimbrões, era importante. Esta relação com a viagem diferencia-se da *grand tour* européia por não priorizar o conhecimento clássico ou a língua latina, mas o estudo da Política, das estruturas dos Estados e ainda dos ícones da modernidade. Roma não seira mais a cidade paradigmática: a capital européia eleita pelos brasileiros como o centro do mundo oitocentista era Paris, a “Cidade Luz”.

Um segundo ponto importante na construção de um imaginário sobre a viagem entre os brasileiros se baseia na literatura produzida pelos viajantes estrangeiros no Brasil, e sua influência na formação da literatura nacional. É preciso ressaltar que os brasileiros que aqui trabalharemos eram letrados e faziam da literatura um dos alicerces do conhecimento sobre as cidades visitadas. Seja através de livros cujo cenário era europeu, quanto pelo aprendizado de uma estrutura narrativa baseada nos relatos de viagem produzida por estrangeiros em expedição pelo território brasileiro ao longo do século XIX. Em sua tese de doutoramento intitulada *A viagem e a escrita: uma reflexão sobre a importância da viagem na formação intelectual de escritores-viajantes*, Claudete Daflon dos Santos expõe a cultura letrada como o alicerce para a viagem das elites brasileiras ao exterior, uma espécie de preparação para um segundo momento, o da viagem propriamente dita, e finalizando com a escrita do viajante.

A presença destes viajantes estrangeiros , e seus trabalhos produzidos à partir de um constante deslocamento sobre o território brasileiro deixariam profundas marcas no próprio olhar dos brasileiros sobre seu país.

Foi na chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808, inicia-se uma nova relação com a Europa, e conseqüentemente com os visitantes estrangeiros. A paisagem oitocentista seria profundamente marcada pela experiência de viagem de estrangeiros em incursões por nosso território. Estes viajantes, jovens estudantes ou reconhecidos cientistas, naturalistas e artistas como Saint-Hilaire, Burton, Agassiz, Spix, Martius, Charles Hartt, Luccock, Pohl, Burmeister, Langsdorff e outros produziram inúmeros relatos sobre suas experiências brasileiras que hoje são objetos de estudo e fonte histórica para pensarmos o início da formação nacional (CAMPOS, 1996).

A natureza, ora exuberante, ora assustadora era quase sempre a motivação para novas e duradouras expedições pelo território brasileiro, todavia estes viajantes também viveram o estranhamento no encontro com a cultura nativa, a qual não se eximiram de retratar. Em seus diários de viagem, rascunhos, relatórios, desenhos e pinturas narraram o resultado de uma vivência direta com a flora, a fauna, homens e mulheres nativos, possibilitando aos leitores do Velho Mundo o encontro com terras tão distantes. Já a natureza, apresentada de forma exótica, romântica e dramática, permitiu aos naturalistas desenvolverem novos modelos de observação da Botânica, da Geografia e da Geologia no conjunto das ciências da natureza.

Os estrangeiros que vieram ao Brasil durante o século XIX poderiam ser divididos em dois tipos: os *naturalistas*, que procuraram inventariar, classificar, ordenar e organizar mapas e coleções; e os *viajantes*, preocupados em narrar, fixar tipos e quadros sociais (SUSSEKIND, 1990). Todavia, um objetivo não inviabilizava o outro. Naturalistas como Saint-Hilaire, Spix e Martius foram responsáveis por narrativas surpreendentes da sociedade da época. Porém, na tentativa de interpretar e compreender o outro, produziram documentos que reinventaram sua realidade, e que também explicitavam preponderantemente sua cultura etnocêntrica em relação à sociedade observada (LEITE, 1997). Assim:

Ensinaram a ver, organizando para os nativos a própria paisagem, definindo maneiras de descrevê-la, sendo responsáveis por um novo descobrimento do Brasil. Aos olhos dos nativos, esse “descobrimento” permitiu uma recuperação da paisagem, da sociedade, da cultura e sob essa ótica colaborou para acelerar nosso processo de emancipação (CAMPOS, 1996, p.38).

Durante suas expedições, os viajantes estrangeiros produziram relatos retratando a vivência direta com a população na Corte e no interior do Brasil. Essa produção tornou-se uma importante referência para os próprios nativos conhecerem e narrarem sua terra. Através da literatura de viagem produzida por esses viajantes estrangeiros identificamos uma descrição que marca a sua presença e produção na cultura brasileira, seja pelo modo como mapearam o território, pela prática de um olhar catalogador, ou ainda pela estrutura de suas narrativas de viagem.

Para Ilka Boaventura Leite (1996), os relatos produzidos pelos estrangeiros em expedição pelo território brasileiro poderiam ser considerados como pré-etnográficos, pois neles se

encontram várias representações sociais experimentadas durante a viagem. Em seu interior se evidenciariam as fronteiras entre o mundo visitado e o dos viajantes, quando estes últimos, no encontro com o outro, se compreendiam como estrangeiros. Seus relatos ou rascunhos produzidos durante as viagens demonstram ainda um vínculo muito forte com o referencial teórico que lhes era disponível para a observação da natureza; assim, a representação do outro se fazia através da comparação, da classificação e da ordenação. Estes viajantes estrangeiros objetivavam identificar, classificar e catalogar a natureza e os índios do “Novo Mundo”, mas se permitiram também relatar a surpresa e a decepção diante de nossa imensidão territorial, ou criticar nossa possível imaturidade política. Reforçavam, assim, a auto-imagem da Europa, território visto como do progresso e da civilização, e o Brasil retratado como deformado e selvagem.

Luciana de Lima Martins (2001) afirma que estes viajantes estrangeiros contribuíram para a formação de uma “geografia imaginativa” sobre o Brasil. Trabalhando especificamente com ingleses em expedições pela colônia portuguesa, Martins destaca sua atuação na colonização da paisagem nativa inaugurando por aqui a figura do observador moderno, ou seja, “em trânsito”. A autora valoriza também o surgimento de um novo discurso científico sobre a paisagem amplamente difundido no contexto da “fundação da modernidade européia”, e que se baseava em métodos como a medição, o mapeamento, a geologia, a geografia e a botânica. Os viajantes ingleses estabeleceram, segundo Martins, um novo olhar sobre a natureza, superando a dicotomia entre *olhar romântico* e *olhar racionalista*, e fixando sua atenção na arte e na ciência.

Por fim, Martins analisa os relatos dos estrangeiros sobre o Brasil como inseridos num processo próprio de transculturação, em que os viajantes estrangeiros procuravam negociar suas diferenças culturais. Transformados por seus encontros, oscilavam entre o olhar subjetivo que se impunha ao mundo ao mesmo tempo em que o mundo se impunha a eles. Suas narrativas de viagem procurariam se apresentar como um relato motivador e confiável do que já fora vivenciado durante a viagem e paralelamente como um ato de afirmação do viajante no retorno a sua própria cultura.

Já Flora Süssekind (1990) definirá a grande importância dos relatos de viagem sobre o Brasil oitocentista para além de seus objetivos científicos. Analisando o processo de constituição do narrador de ficção na prosa romântica brasileira, Süssekind o identificará na primeira metade do século XIX comportando elementos da literatura de viagem e do paisagismo. Como o viajante, este narrador colocar-se-ia como um estrangeiro, olhando de fora a paisagem, no que ela chama de “um desejo próprio de desterro”, ou ainda uma “sensação de não estar de todo”. Este narrador apresentaria o Brasil novamente como exótico, tropical e pitoresco, e se identificaria com o viajante de passagem cuja formação e ilustração se fariam na experiência da viagem.

O autor de ficção brasileiro buscava adotar assim os mesmos métodos do viajante estrangeiro para alcançar o público dos folhetins. A descrição minuciosa era um dos principais elementos de sua obra, englobando sensações, climas, natureza, cenário familiar etc. Ao adotar a tipologia da literatura de viagem, os primeiros ficcionistas brasileiros tiveram nos relatos de viagem seu paradigma estético e nos viajantes estrangeiros seus principais interlocutores na formação da prosa ficcional brasileira.

Isto posto, identificamos na formação letrada das elites brasileiras mais que a forte presença dos viajantes e seus relatos de viagem, mas principalmente o legado deixado por sua escrita presente na narrativa literária brasileira em formação. Por isso não estranharíamos a presença, nos relatos de brasileiros em viagem pela Europa oitocentista, de vários elementos da tipologia das narrativas de viagem. Se viajar era importante, tão importante quanto à própria viagem era sua divulgação e seu compartilhamento. E isso eles aprenderam bem com os viajantes e naturalistas.

Os brasileiros, em viagem a Europa na segunda metade do século XIX, se autodefinem como “viajantes” e jamais como turistas por se identificarem com os viajantes estrangeiros que por aqui estiveram no decorrer do século XIX e suas práticas de registro da viagem. O turista buscava observações imediatas, rápidas, sem grandes objetivos de aliar seu pré-conhecimento aos lugares visitados. Apontados como elementos da massificação das viagens, os turistas seriam depreciados como aqueles que ignoravam a arte de viajar, aqui vista como um conjunto de rituais, da preparação à produção de relatos de viagem. O turista também não teria o tempo suficiente para vivenciar a experiência de contato com as outras culturas, estaria sempre viajando com pouco dinheiro e se estabelecendo por pouco tempo. Mas, sem dúvida, a maior diferença entre o turista e o viajante estava no fato de que este último possuía a necessidade de narrar suas atividades e, assim, compartilhar didaticamente com outros sua experiência. A viagem, associada à escrita da viagem, possuiria o poder de amadurecer aquele que viaja. Para o viajante, a produção de uma literatura se revelaria como um elemento da própria viagem.

Prevalece a idéia de que narrar a viagem está em estreita relação com uma condição da elite também intelectual, porque a formação privilegiada do viajante permitiria um “aproveitamento melhor” do aprendizado que lhe seria oferecido ao longo de suas jornadas, e a possibilidade de grandes viagens (em extensão e duração) lhe daria a chance de “experimentar” e acumular conhecimento. Existe, por esse prisma, uma evidente vinculação da atividade intelectual à figura do viajante, em contraposição, é claro, ao turista; daí a delegação da escrita ao primeiro (SANTOS, 2002, p.36).

Compreendemos que a forte presença dos viajantes estrangeiros produziu assim uma referência para que os brasileiros adotassem a narrativa de viagem como um modelo estético e estrutural na sua própria literatura. Assim, no contato com estes cientistas e naturalistas, através de seus relatórios e narrativas de viagem, os brasileiros construíram não só sua própria literatura, mas também um imaginário sobre a viagem.

A estrutura estética da narrativa de viagem não chegaria ao processo educacional brasileiro apenas através da literatura. Outra disciplina vital para a formação dos brasileiros oitocentistas, principalmente aqueles privilegiados com acesso ao mundo escolar, foi a História do Brasil. A História esteve presente na construção da idéia de nação, servindo de modelo para a observação da realidade brasileira e para sua descrição. A fundação do pensamento histórico brasileiro também se estabeleceu dialogando com os *topoi* dos viajantes e naturalistas. Em 1838 é criado o IHGB, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cuja função seria pensar a História do Brasil, inspirando-se no modelo do Instituto Histórico de Paris, em cujos quadros participavam alguns brasileiros. A História do Brasil que se criou a partir desta academia de ilustrados, formada por eleitos conforme determinações sociais — e em sua maioria funcionários do Estado — não poderia deixar de ser elitista e baseada no conservador e monarquista Iluminismo português. Ao propor desvendar o caráter brasileiro, o instituto funcionava como um espaço em defesa da

continuidade de nossas origens européias, homogeneizando a visão sobre o Brasil e referendando a ação das elites brasileiras (REIS, 2000).

Cabia ao IHGB definir a identidade nacional brasileira no conjunto das nações civilizadas — leia-se “européias” — diferenciando-a do restante da América Latina, considerada por estes um inimigo em potencial por ter escolhido o caminho da república, da barbárie e da desorganização. A História “mestra da vida” serviria, assim, para a construção do “país do futuro”, no qual

Proclamava-se que, com base na História, seria possível aprender a fórmula para não comprometer a marcha do progresso social. A História visava, segundo sua instrumentalização, à compreensão do presente e orientar encaminhamentos no futuro, princípios tão caros também àqueles que no Brasil se lançaram a escrever uma História Nacional (DIEHL, 1998, p.29).

A história produzida pelo IHGB legitimava assim o presente, sendo seus sócios fiéis escudeiros do imperador, que financiava quase 75% das despesas de funcionamento da instituição. O instituto consolidou-se com a função de ensinar às elites brasileiras, permitindo-as, depois, promoverem a educação do conjunto da sociedade, num projeto de formação da nacionalidade cujas bases estariam no conhecimento do passado. A revista do IHGB, fundada em 1839 para divulgar os trabalhos dos sócio-correspondentes, trazia temas muito caros a viajantes e naturalistas. A maior parte dos textos informava sobre a história e a geografia brasileiras, descrevendo a fauna, a flora e a presença indígena no interior do Império. As genealogias e biografias, os segundos temas mais publicados, se ocupavam em valorizar vultos da política, da cultura e da história que possuíssem raízes européias,

buscando reconhecimento e legitimidade tanto de seus pares no Brasil, quanto no exterior (SCHWARCZ, 1993).

Grande parte dos relatos de sócios lembrava a estrutura das expedições científicas pelo interior do Brasil, cuja narrativa, extremamente descritiva, remetia aos relatórios e catálogos dos naturalistas. O narrador apresentava-se como um professor-em-trânsito apresentando ou recuperando documentos que pudessem levar o conhecimento sobre os lugares mais longínquos, tropicais e exóticos do Império Brasileiro ao leitor em repouso.

Dentre tantos sócios e intérpretes que buscavam nos *topoi* da literatura de viagem a forma para inaugurar a história do Brasil, destaca-se Francisco Adolfo Varnhagen, que defendia a colonização portuguesa como um grande feito para o futuro da nação brasileira. Varnhagen, um filho de estrangeiros que lutou para ser naturalizado brasileiro, possuiu uma formação típica das elites brasileiras oitocentistas. Fez seus estudos na Europa, prestou serviço público no Brasil e teve atuação destacada no IHGB. Varnhagen era defensor do Estado Imperial e do monarca, entendendo este último como o ímã capaz de conduzir a formação física e espiritual da nação (IGLÉSIAS, 2000).

Sua obra *História Geral do Brasil* possui um estilo pesado e descritivo, no qual o historiador almeja distanciar-se do objeto estudado como um estrangeiro, dedicando-se apenas ao uso de sua erudição e o cuidado com os documentos como garantia de sua objetividade. Grande parte dos manuais didáticos para ensino de História no Império se baseou neste texto. O mais famoso deles foi *Lições de História do Brasil* de Joaquim

Manuel de Macedo, de 1863, que foi adotado pelo mais importante colégio do Império, o colégio Pedro II, local paradigmático na formação das elites políticas oitocentistas.

O manual de Macedo compartilhava as mesmas preocupações e desafios existentes entre os sócios do IHGB e na própria obra de Varnhagen. Era preciso cumprir a tarefa de escrever a História do Brasil com respeitabilidade, e respondendo a questões difíceis tais como “quem é o homem que faz a história, que habita e constrói essa nação? Este é o enorme desafio: como definir o que seria o homem brasileiro numa História brasileira” (MELLO, 1996, p.21).

Macedo, que se formou em Medicina na Corte, trabalhou como jornalista, escritor, deputado, e foi membro do IHGB. Defendia, como Varnhagen e os outros sócios, a legitimação da ordem imperial. Propunha em seus textos e nas salas de aula a construção de uma ordem e uma identidade nacional calcada na “boa sociedade” composta por brancos, livres e senhores de escravos; os demais — negros, brancos pobres e mestiços — seriam considerados vadios, desordeiros, gentios, e deveriam obedecer aos ideais impostos pela aristocracia brasileira (MATTOS, 1998). Neste discurso prevalecia a unidade das elites brasileiras, formadas por conservadores e liberais, que, a despeito de suas diferenças, compartilhavam uma visão de mundo que, originária do processo de colonização, se cristalizara durante a formação do Estado Imperial e da constituição da classe senhorial. Esse “sentimento aristocrático” preconizava a identificação deste grupo como constitutivo da “boa sociedade”, sendo autorizado a defender o preceito de que cada raça e cada classe devem conhecer seu lugar (MATTOS, 1994).

No Brasil oitocentista, historiadores e professores unidos transformavam-se em estrangeiros diante dos elementos que compunham o “mundo da desordem”, ou seja, todos aqueles produtores e desvinculados da base mercantil-escravista, e que se expressavam, desde a crise do sistema colonial, através da violência aberta à humanidade que lhes era negada (MATTOS, 1994). A “boa sociedade” — com o controle do governo da casa e do Estado — desterrava-se para compreender melhor a realidade das ruas. Como os viajantes, o contato com o outro evidenciava as fronteiras existentes entre ambos e os diferenciava não só pelo lugar social ocupado, mas pelos destinos diversos que teriam no futuro da nação.

Assim, destacamos a formação superior na Europa, a Literatura e História como elementos que contribuíram para uma unidade entre as elites brasileiras, reforçando sua homogeneidade ideológica, como também estabelecendo um padrão estético de representação da realidade calcada na experiência narrativo-descritiva dos viajantes estrangeiros. Se, por um lado, os brasileiros aprenderam a olhar o Brasil através da catalogação da fauna, da flora e dos tipos humanos, presentes na literatura de viagem dos naturalistas, essa mesma estrutura de representação encontra-se totalmente ou parcialmente nos textos do IHGB e nos livros de História do Brasil no período.

Acreditamos que homens e mulheres do século XIX compartilhavam a visão da viagem como uma prática sócio-cultural importante por conviverem com a narrativa desta experiência tanto nos relatos de viajantes, quanto, esteticamente, na Literatura e na História. Acrescentamos ainda a longa tradição de valorização daqueles que se formavam no exterior, prática esta promotora de uma unidade ideológica das elites imperiais, além da

distinção conquistada por quem realizava a viagem à Europa. Chegou a hora de conhecermos melhor alguns dos brasileiros que ousaram realizar esta viagem.

Durante a segunda metade do século XIX, as viagens a Europa se constituíram numa prática sócio-cultural importante para homens e mulheres da sociedade imperial. Eram viagens que duravam de três meses a vários anos, e nas quais se percorria um roteiro extenso passando por países como França, Inglaterra, Alemanha, Suíça, Itália, Bélgica, Áustria e outros. No decorrer desta estadia no Velho Continente, os brasileiros procuravam adquirir os chamados “códigos civilizadores” como: a convivência num efervescente cenário cultural; a troca de comunicação com intelectuais e cientistas renomados; o aprendizado da etiqueta e da boa conduta em ambientes urbanos. Esta elite letrada, principalmente residente no Rio de Janeiro, procurou nas cidades européias aprender mais sobre como encaminhar o desenvolvimento de suas próprias cidades. Paris, Roma, Londres, Viena tornaram-se cada vez mais a personificação da modernidade oitocentista, palco perfeito e predileto, portanto, para a grande aventura destes brasileiros.

Os aventureiros brasileiros que realizavam a viagem transatlântica sentiam-se atraídos pela “velha Europa”, pela expectativa de vivenciar a experiência da modernidade. Nesse sentido, a pressão social pela realização da viagem cresce no decorrer do século XIX, tornando-se uma exigência para complementar a formação das camadas abastadas da sociedade. Impunha-se ampliar e diversificar a erudição dessas camadas sociais e conseqüentemente delimitar seu espaço nas relações sociais oitocentistas pelo reconhecimento tanto dos seus pares no Brasil como no exterior. Por mais que estas viagens fossem oportunidades de

treinamento para futuras atividades profissionais e sociais, entendemos que elas serviram também como um momento de erudição, auto-reflexão e reencontro com o Brasil.

Optamos por trabalhar com viagens realizadas na segunda metade do século XIX, e sobre as quais se produziram relatos, artigos em jornais ou troca de correspondências. Dividimos nossos viajantes em dois grupos. O primeiro deles é formado por homens que, na viagem, mapearam as cidades européias, seus progressos, novidades e principais problemas. Nesse grupo elegemos os relatos do deputado alagoano Aureliano Tavares Bastos, do Visconde Nogueira da Gama e Tobias Monteiro. Já num segundo momento privilegiaremos o universo feminino com as informações da Condessa de Barral e de Nísia Floresta Brasileira Augusta.

Mesmo selecionando estes relatos, estaremos recolhendo informações das mais variadas fontes para contextualização do universo compartilhado por brasileiros em viagem pela Europa oitocentista. Enfocamos estes personagens porque seus relatos reúnem o maior conjunto de elementos para a reflexão que propomos estabelecer, quais sejam: a compreensão de como se realizavam as viagens; como se estabeleciam os múltiplos encontros culturais no transcorrer do roteiro; e como o Brasil era reencontrado em território europeu.

Nos dois grupos procuraremos evidenciar os motivos e a realização da viagem, refletindo sobre o universo destes viajantes desde a saída do Brasil, passando pelo roteiro em solo europeu até seu retorno. Avaliaremos, ainda, como construíram uma memória narrativa

sobre suas experiências, seja num momento posterior a viagem ou durante a mesma, através da correspondência que produziram. Passemos, então, à apresentação desses viajantes.

O deputado Aureliano Cândido Tavares Bastos endereçou suas cartas da Europa a seu pai, José Tavares Bastos, e outros familiares, durante os anos de 1874 e 1875. Tavares Bastos buscava na Europa tratamento para sua saúde, e também para sua esposa, Dona Mariquinhas. Apesar disso faleceu em 31 de dezembro de 1875, em Nice, na França, aos 36 anos. O publicista alagoano fez destas temporadas um momento de aprendizado para suas atividades políticas. Enquanto a mulher e os filhos dividiam o tempo entre as lições de línguas e as aulas de piano, Tavares Bastos visitava estabelecimentos públicos e particulares ligados à saúde e à educação. Suas inúmeras cartas ao pai informam sobre estas atividades:

Continuando o exame ou visita aos estabelecimentos públicos e particulares de instrução, que comecei em Viena, aqui estou vendo praticamente como se ensina bem e depressa na Europa, graças aos mais aperfeiçoados métodos e à aptidão dos mestres e mestras. Principiei a visita em Paris pelos asilos de crianças de 3 a 6 anos, e espero chegar até os liceus do Estado se o inverno não me expelir para a Itália (Paris, 19 de novembro de 1874 - BASTOS, 1977, p.155. Grifo do autor).

Tavares Bastos expressava uma postura típica dos membros da elite política brasileira em viagem a Europa, ou seja, procurava aprender com o considerado “mundo civilizado” para “civilizar o Brasil”. Aqui a referência é clara: o viajante busca adquirir novas práticas de ação política e cultural com o objetivo de exercitá-las em sua terra natal. O aprendizado se fazia através do olhar atento do filho-remetente que, cuidadosamente, o compartilha com o pai-destinatário. Mas suas cartas pontuam também outras preocupações e, principalmente,

uma latente identificação com a brasilidade, para além de uma formação tipicamente eurocêntrica.

Acompanharemos também a primeira viagem a Europa do futuro senador da República Tobias do Rego Monteiro que, em 1898, como correspondente do Jornal do Comércio, acompanha Campos Salles numa visita extra-oficial de reconhecimento e homenagens de chefes de Estado e lideranças da política internacional a sua recente eleição à Presidência da República do Brasil. Suas cartas serão publicadas entre os meses de maio e agosto, período em que permanece no exterior. Mais tarde, em 1928, serão reunidas no livro *O Presidente Campos Salles na Europa*.

Este livro, reconhecido principalmente como uma exposição das idéias de Campos Salles, pode ser visto como uma espetacular narrativa de Tobias Monteiro sobre sua própria experiência com a viagem. Sendo assim revela-se um importante documento sobre o universo das viagens pela Europa realizadas por brasileiros.

Outro importante documento é a coletânea de cartas do Visconde Nogueira da Gama intitulada *Minhas Memórias*, de 1894. Membro da aristocracia imperial, o barão e Visconde Nogueira da Gama serviu tanto ao imperador D. Pedro I quanto a seu filho D. Pedro II, tendo exercido vários cargos políticos: presidente da câmara provincial de Ouro Preto e deputado geral da província de Minas Gerais (1843 a 1844), mordomo-mor do imperador, guarda-roupa, porteiro da imperial câmara, cavaleiro da imperial Ordem de Cristo, oficial da imperial Ordem da Rosa. Foi também membro do IHGB e do Imperial Instituto de Agricultura (BARRETO, 1995).

O Visconde Nogueira da Gama organizou e acompanhou os imperadores brasileiros em sua primeira viagem pela Europa e Oriente Médio, em 1871. Mas já havia viajado duas outras vezes pelo continente europeu em 1855 e 1866. Sua narrativa é repleta de informações sobre a sociedade, a administração e a vida cultural do Velho Continente, constituindo-se numa excelente oportunidade para conhecermos o olhar invertido, ou seja, olhar do Novo Continente, a América, sobre o Velho Continente. (CARELLI, 1994).

No âmbito deste trabalho o universo feminino em viagem pela Europa estará representado por duas mulheres fortes e completamente fora dos padrões da época. A primeira delas é Luíza Margarida Portugal de Barros, a Condessa de Barral que foi extremamente generosa na descrição dos eventos em terras européias. Sua correspondência com o imperador D. Pedro II se desenvolveu por cerca de quarenta anos, realizada tanto através das cartas quanto dos seus diários, os quais, trocados constantemente, recebiam anotações e correções do destinatário da vez (GOTLIB, 2000).

A Condessa de Barral teve uma formação que fugia aos padrões da maioria das brasileiras de sua camada social. Educada na Europa, onde o pai, o barão de Pedra Branca¹, atuou como representante do Brasil na França, Luíza Margarida Portugal de Barros teve, nas inúmeras viagens a países como a Itália, Suíça e Alemanha, as bases de sua formação.

¹ Domingos Borges de Barros nasceu na Bahia em 1780, era advogado formado em Coimbra. Deputado pela Bahia, foi representante do Brasil nas Cortes de Portugal em 1821. Foi ministro plenipotenciário do Brasil na França, tendo como missão o reconhecimento da nossa Independência pelo rei Carlos X. Por isso recebeu em 1825 o título de barão de Pedra Branca. Um ano depois recebeu o título de visconde e preferiu continuar representando o Brasil na França a assumir uma vaga no senado vitalício; sua justificativa vinha da vontade de dar à filha Luíza Margarida de Barros uma melhor educação. MAGALHÃES JÚNIOR, R. D. *Pedro II e a Condessa de Barral*. Através da correspondência íntima do Imperador, anotada e comentada. RJ;SP;BA: Editora Civilização Brasileira, 1956.

Adulta, casou-se com um diplomata francês, Chevalier de Barral. Segundo Magalhães Júnior (1956), os Barral eram conhecidos por sua cordialidade e elegância e possuíam na Rue d'Anjou, em Paris, um refinado salão freqüentado por figuras como o compositor Frédéric Chopin, o cantor Lablache, os pintores Franz e Hermann e Winterhalter e o bibliotecário Landresse (MAGALHÃES JÚNIOR, 1956). A boa fama deste salão e de sua anfitriã levou ao encontro de Barral a princesa de Joinville, D. Francisca, irmã de D. Pedro II, recém-casada com o filho do rei Luiz Felipe da França. Da amizade das duas nasceu mais tarde a indicação para ser aia² das princesas imperiais. Seu desafio era tornar Leopoldina e Isabel educadas para a vida social no Brasil ou em qualquer corte européia. Importante também era prepará-las para assumir suas responsabilidades públicas, já que, conforme rezava a tradição, recairia sobre elas a continuidade da monarquia brasileira.

Em suas cartas remetidas ao imperador D. Pedro II ou à imperatriz D. Tereza Cristina, a Condessa de Barral relatava a vida cotidiana de uma mulher sempre em viagem pela Europa, recepcionando brasileiros de passagem, dialogando com os grandes nomes da cultura francesa à época e ainda preocupada com os problemas brasileiros.

Completando o quadro de mulheres viajantes, selecionamos a escritora Nísia Floresta Brasileira Augusta — pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto — notável educadora, escritora e poetisa norte-rio-grandense que elaborou escritos e correspondências durante suas inúmeras viagens a Europa. Nísia Floresta trouxe em suas obras biográficas a experiência da estadia duradoura no Velho Continente, por fim optando permanecer por lá.

² “Dama de companhia encarregada da educação doméstica de crianças nobres; criada de dama nobre; camareira” (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999).

Sempre presente na imprensa nacional, é considerada uma precursora do feminismo na América Latina. Causou polêmica, mas também foi reconhecida por seus pares, uma vez que se correspondia com escritores como Augusto Comte, Victor Hugo, George Sand, Alexandre Herculano e Lamartine (DUARTE, 1999). Em suas viagens a Europa, elaborou relatos muito próximos de uma escrita epistolar pela intimidade com que se dirige a seus leitores-destinatários. Explicita também momentos nos quais se reencontra com o Brasil em plena paisagem européia. De sua produção destacaremos *Itinerário de uma Viagem à Alemanha* (1857), *Cintilações de uma Alma Brasileira* (1859) e *Opúsculo Humanitário* (1853).

A Condessa de Barral, assim como Nísia Floresta, fixaram residência na Europa, mas nunca numa determinada cidade ou país. Apesar de possuírem endereço certo em Paris, cidade que concentrava a maior parte dos brasileiros de passagem ou residentes na Europa, continuavam a percorrer o território europeu em viagens culturais ou mesmo acompanhando outros brasileiros. Optamos por trabalhar com seus relatos como viajantes justamente por esta constante mobilidade que fazia com que conhecessem sempre novos lugares. Também nos interessamos por verificar as transformações ocorridas em sua formação numa permanência tão duradoura na Europa.

Os brasileiros que elegemos para representar o universo das viagens no século XIX são antes de tudo integrantes da elite letrada, intelectual, econômica e política do Brasil na segunda metade do século XIX. Aos homens cabia a tradição da formação e do percurso profissional que passava pelo funcionalismo público e atingia seu auge na vida política. Já as mulheres, mesmo próximas ao poder e dialogando com ele, não assumiram cargos

públicos e/ou políticos. Tanto a Condessa de Barral, quanto Nísia Floresta possuía postura independente, crítica e atuante muito incomum à maioria das mulheres brasileiras oitocentistas. Portanto, assim como Tavares Bastos, Visconde Nogueira da Gama e Tobias Monteiro, faziam de suas narrativas um laboratório de idéias, representações e trocas culturais, compartilhando suas opiniões e experiências da viagem através da correspondência e dos relatos de viagem.

Eram homens e mulheres da chamada “Linhagem de Nabuco” (SANTOS, 2002) e por isso educados sob o paradigma francês de cultura e civilização, porém amadurecidos pela idade (nenhum deles viajou antes dos 30 anos), pela experiência de vida e da viagem, o que foi suficiente para não se comportarem como meros espectadores no cenário urbano europeu. Primeiramente porque demonstravam perceber a relação com a cultura francesa menos por dependência do que por afinidade, cabendo aí uma relação de interação e menor confrontação (CARELLI, 1994). Depois, porque integravam uma geração que, por mais que ambicionasse construir uma nação semelhante àquelas encontradas na Europa — almejando um lugar entre os países civilizados — se protegiam; e defendiam sua “singularidade cultural no conjunto das civilizações” (MATTOS, 1994, p.119). Se essa geração ou linhagem ainda não conseguia romper com o modelo cultural europeu, já se apresentava latente em seus relatos de viagem uma identidade pautada na brasilidade, algo que será evidenciado com mais vigor na geração modernista das primeiras décadas do século XX. Nossos viajantes brasileiros também experimentavam

(...) um processo de distanciamento e diferenciação que torna possível, nesse movimento, a ressignificação de seu próprio espaço-tempo. A viagem possibilita, assim, vários encontros no processo de reconhecer a si mesmo e ao outro (RESENDE, 2005, p.39).

Mas se as histórias de vida, as opções pela viagem, os roteiros e o tempo de permanência na Europa os diferenciou, a necessidade de narrar a viagem os uniu. A produção de relatos de viagem reaproximava nossos viajantes brasileiros àqueles estrangeiros que percorreram o território nacional durante todo o século XIX. Em ambos os casos, nas viagens de europeus ao Brasil e naquelas de viajantes brasileiros à Europa, prevaleceu a necessidade de produzir alguma forma de testemunho sobre a viagem. Traço típico do viajante moderno.

Já dissemos anteriormente que a produção de relatos durante ou posteriormente à viagem é um traço que diferencia o viajante do turista. Para o viajante o olho fala, ou deve falar, pois é o testemunho daquele que viu (CARELLI, 1994). Assim, se a viagem destina-se a complementar a formação, ampliar a erudição, descobrir novos mundos ou verificar o que já se sabia existir, escrever sobre ela passa a ser uma necessidade.

A produção de uma memória sobre a viagem procura também a troca de experiência entre os viajantes e os não-viajantes. Abre-se, assim, espaço para divulgação e acompanhamento de roteiros e sensações. O leitor-destinatário vivenciaria a viagem através da memória produzida por aquele que se aventurou ultrapassando fronteiras. Diferente da literatura de viagem convencional, grande parte dos relatos aqui apresentados reúnem correspondências produzidas durante a realização da própria viagem. Narradores de passagem procuravam aproximar o leitor do que era observado. Prevalece uma narrativa descritiva e sentimental na qual se busca dividir a experiência vivenciada.

As cartas eram mensageiras de informações não apenas sobre a família, mas também sobre a política e a economia européia e brasileira. Por outro lado transmitiam impressões, opiniões e idéias, levando o leitor a entrar em contato com o pensamento de seus correspondentes, considerados no período intérpretes privilegiados da realidade brasileira pela distância que lhes garantiria a “imparcialidade da análise”, e pela “experiência vivenciada” nos “países civilizados”. As cartas representavam uma conversa entre ausentes, em que conselhos, consolos, pedidos, indiscrições e pensamentos eram correspondidos (GOMES, 2001). Como exemplificado abaixo:

Theonilla, todos te abraçamos, e te prometemos seguir o conselho, que nos dás, de não regressarmos este ano. Mas que desejo de voltar breve! (BASTOS, 1977, p.149).

A frequência das cartas nos servirá também para realizarmos um mapeamento e acompanhamento do roteiro dos viajantes brasileiros pelo continente europeu. A cada cidade visitada se fazia necessário comunicar a localização, a boa hospedagem, a receptividade etc. O destinatário no Brasil podia acompanhar desta forma o percurso de seu remetente. A correspondência se estabelecia nos caminhos percorridos, nos quilômetros suplantados e com isso aproximava a escrita *da* viagem à escrita *sobre a* viagem. A prática epistolar perpetuava as relações afetivas, abolindo as distâncias e, ao mesmo tempo, construindo de forma fragmentada a história ou a autobiografia de seus autores (LEMOS, 2004). Aos leitores das cartas cabia a tarefa de reunir os fragmentos, escrevendo, a sua maneira, a história de seu interlocutor.

No interior dos relatos de viagem, fossem eles cartas, diários, artigos ou memórias, se comunicava o contato com outras culturas. Próximos às fronteiras, seus autores mediavam culturas diferentes, possibilitando um diálogo entre elas. Relação travada diretamente na vivência com o outro. Assim, poderíamos localizar no interior destas narrativas um espaço laboratorial de representação do outro, vinculado ao referencial teórico disponível (LEITE, 1997), mas, ao mesmo tempo, uma reelaboração, ou pelo menos uma reflexão sobre sua própria cultura. Os brasileiros em viagem a Europa procuraram, como os viajantes e naturalistas, observar, comparar, classificar e ordenar a sociedade visitada. Isso faz de seus relatos um espaço privilegiado para pensarmos os encontros culturais.

Há obviedade nos relatos. Homens e mulheres extasiados pela beleza e organização das cidades européias, o encontro com monumentos históricos, o pisar em solo natal dos grandes literatos. O olhar já treinado foi aos poucos reconhecendo tudo aquilo que previamente sabia existir. Mas também existiram surpresas e decepções. Estaremos analisando nestes relatos como estes homens e mulheres compartilharam essas sensações e como contribuíram para a construção de uma imagem sobre o Velho Continente e, paralelamente, sobre o Brasil. Mas começemos nossa viagem por onde todos iniciavam: pela organização do embarque e a travessia oceânica.

A travessia

Viajar para a Europa na segunda metade do século XIX ainda era uma grande aventura para brasileiros e brasileiras, mesmo com os grandes avanços da navegação a vapor. Os navios, que já foram vistos como uma invenção demoníaca, pois unia o que Deus separara na

criação, ainda não possuíam os avanços técnicos que garantiriam mais segurança e maior velocidade. Mas as viagens transatlânticas se tornavam cada vez mais presentes na sociedade oitocentista brasileira.

No início do século, as indústrias navais americana e européias disputavam espaço no mercado de transporte de mercadorias e de passageiros, apresentando avanços técnicos sucessivos. O americano Robert Filton — que foi ignorado por Napoleão e pelos ingleses ao navegar em 1802 no rio Sena com um barco de oito cavalos — surpreendeu o mundo ao fazer em 32 horas um trajeto de 150 milhas, subindo o rio Hudson até Albany, com carga e 40 passageiros; esse trajeto realizado por embarcações a vela levava 4 dias. Em 1838, os empresários da navegação Robert Menzies e Isambard Kingdom Brunel defendiam que o vapor não seria mais força auxiliar de energia, e sim que poderia cruzar o Atlântico sem velas e sem reabastecimento.

Já em 1869 com a abertura do canal de Suez, o Clipper (navio típico usado na navegação mista — velas e vapor) foi substituído no comércio com o Oriente pelos barcos a vapor. Estava inaugurada uma nova era para o transporte transoceânico de passageiros. Este momento promoveu também uma nova postura por parte da tripulação em relação aos passageiros, pois estes, antes vistos como intrusos, passaram a ser respeitados como clientes. Todavia, não foram fáceis as provas de paciência e de resistência física e mental pelas quais passavam esses aventureiros durante a travessia oceânica.

Na segunda metade do século XIX, as companhias marítimas que atendiam aos viajantes brasileiros prometiam uma viagem transoceânica de 10 a 25 dias, dependendo da qualidade

da embarcação, das condições climáticas, das paradas em cidades costeiras e da duração da quarentena — prática obrigatória a todos os navios que provinham do Brasil, a “terra da febre amarela.” Nos vários dias de viagem alternavam-se momentos de sofrimento, tédio e até mesmo alguma diversão. Mas toda a ansiedade começava ainda em terras brasileiras, no processo de preparação para a viagem, tendo como primeiro desafio a escolha da companhia marítima e do pacote a embarcar.³

Os brasileiros interessados em viajar podiam acompanhar a rotina do porto do Rio de Janeiro através dos jornais da Corte. As companhias marítimas publicavam diariamente anúncios de seus pacotes e da agenda de partida para a Europa e outros destinos, não deixando de informar, ainda, o roteiro a ser percorrido, incluindo os lugares onde aportariam. Os anúncios dos jornais indicavam as providências a serem tomadas pelos interessados em embarcar rumo a Europa. Primeiro se escolhia a companhia de navegação, a seguir o pacote.

Havia uma diversidade de companhias marítimas nacionais e estrangeiras que ofereciam seus serviços, existindo em todas elas a opção de pacotes e roteiros. A Norddeutseher Lloyd de Bremen oferecia os serviços do pacote Kronprinz Fr.Wilhelm com paradas em Salvador, Lisboa, Antuérpia e Bremen (Folha do Povo, 3 de maio de 1884). Já a Companhia de Vapores do Pacífico possuía os pacotes Iberea e Galícia, ambos com destino a Londres, passando por Lisboa e Montevidéu respectivamente (Folha do Povo, 3 de maio de 1884). Outra rota utilizada era a da Compagnie des Messageries Maritimes, que incluía os pacotes Equateur, sob as ordens do comandante Lecointre com destino a Lisboa

³ Pacotes: navios para viagem em maior velocidade e que se transformaram também em navios de luxo para transporte de passageiros; pacotes, navios velozes, na maioria a vapor, destinados ao transporte rápido e regular de passageiros entre diversos portos (FERREIRA,1999).

e Bordéus, aportando na Bahia, Pernambuco e Dakar; ou ainda o paquete Amazone, com o mesmo destino, porém, como dizia a linguagem da época, “tocando” apenas em Dakar.

As notícias do porto, publicadas na imprensa, possibilitam-nos acompanhar a movimentação de paquetes como o Minho, vindo do rio da Prata no dia 5 de janeiro de 1884, tendo como destino Southampton e Lisboa, passando pela Bahia e Pernambuco, com saída estipulada da Corte para o dia 9 do mesmo mês. O paquete Ceará, que viera de Hamburgo e Lisboa passando pela Bahia, aportou na Corte no dia 6 de janeiro de 1884 e continuaria seu trajeto quatro dias depois pelos portos do Norte. As saídas rumo ao Velho Continente ocorriam com a frequência de até quatro dias ao mês, nem sempre significando grande lotação de passageiros, pois as atividades mais lucrativas das companhias marítimas se ligavam ao transporte de mercadorias e aos serviços postais.

Dos relatos por nós analisados, apenas os de Tavares Bastos, Visconde Nogueira da Gama e Tobias Monteiro falam da decisão pela viagem, do embarque e da travessia transoceânica. Para dois deles, os trâmites relacionados à organização da viagem não levaram muitos dias. Em 12 de abril de 1874, Tavares Bastos avisava ao amigo Jacobina que os incômodos da Senhora e o meu próprio estado de saúde exigem um passeio às águas dos Pirineus (BASTOS, 1977, p.132). Três dias depois, 15 de abril, informava o mesmo ao barão de Cotegipe, afirmando mais que partiria no dia 23 de abril no navio Bayne. Portanto, onze dias entre a decisão da viagem e o início da mesma. Mas o prazo até poderia ser menor. Segundo Tobias Monteiro poucas pessoas terão decidido partir de um país longínquo para a Europa tão depressa (MONTEIRO, 1928^b, p.1) quanto ele. O jornalista do Jornal do

Comércio, que acompanharia o presidente eleito Campos Salles em visita à Europa, só teve autorização para comprar o bilhete no dia 1 de maio às 15 horas e, no dia seguinte, 2 de maio, no mesmo horário já havia embarcado no pacote Thames.

A viagem destes brasileiros a Europa possuía motivos alheios à prática do turista que buscava lazer e entretenimento durante as férias. Nesse caso, a motivação não será o tempo do ócio, mas o tempo necessário para o tratamento de saúde, e/ou o tempo do trabalho, no caso de Tobias Monteiro. Todavia, mesmo nestes casos específicos, enquanto observadores em trânsito, eles encontrarão tempo suficiente para realizar seus registros dos lugares visitados. Constatamos que, na condição de elementos das elites econômica e política nacional — ou ainda em exercício de trabalho, como era o caso de Tobias Monteiro — não apresentavam uma preocupação maior com a organização da viagem. Não encontramos reclamações ou mesmo alusões ao preço das passagens, e eles não registram informações sobre os procedimentos que viabilizam os documentos de embarque, como o passaporte. A agilidade para conseguir embarcar — 11 dias no caso de Tavares Bastos e apenas 1 dia no de Tobias Monteiro — pode iludir sobre uma possível facilidade com que podiam adquirir tais documentos.⁴

Outro componente imprescindível para a realização da viagem que sequer é mencionado por eles é a bagagem. A ausência de referência não nos informa sobre a existência ou não do traslado de todo um guarda-roupa para a viagem ou se preferiam comprar tudo novo

⁴ Segundo Thaís Pimentel, no início do século XX o passaporte era concedido para a Europa indiscriminadamente ou para lugares estabelecidos como França, Inglaterra ou Portugal. Algumas vezes estes documentos serviam como autorização para viajar pelo continente, por países ou cidades. Uma curiosidade da época era que as mulheres deveriam levar uma autorização do marido para requerer o passaporte (PIMENTEL, 1998, p.152).

em Paris, a Meca da moda oitocentista. Em documento manuscrito sem autoria existente na Biblioteca Nacional encontramos uma amostra de como os homens preparavam sua bagagem, organizando-se para viver no continente europeu. Um documento espetacular nas informações que nos dá sobre vestuário armazenado por um homem oitocentista, mas também de como este se organizava durante a viagem.

RELAÇÃO DOS OBJETOS QUE LEVO PARA A EUROPA

Mala 1
Camisas de flanela (coletes) 4
Camisas de linho 8
Cintura de flanela 2
Toalha de rosto 4
Ceroulas de lã 3
Lenços 12
Camisas de chita 3
Ceroula de linho 2
Camisas de linho 16
Colarinhos 14
Lenços
Óculos de [?] 1
Alfinete de gravata 1
[existem outros itens ilegíveis]

Mala 2
1 calça [?] de uniforme
[?]
1 casacão
sobretudo azul
paletó preto
1 colete preto
1 calça preta [?]
4 coletes brancos
2 calças brancas
1 colete de flanela ⁵

É interessante observar nesta descrição da bagagem masculina, tradicionalmente menor que a feminina, todo um conjunto de peças representativas da elegância no período e que hoje

⁵ *Diário de uma viagem à Inglaterra, a partir de 1873* (Sem autoria). Biblioteca Nacional, Manuscritos. Usei as interrogações quando a escrita estava ilegível.

perderam a utilidade, como colarinhos, coletes, ceroulas, alfinetes de gravatas e cinturas. Ao mesmo tempo, encontramos um desejo, mesmo num comerciante — de quem aparentemente é o texto — de estar bem vestido junto aos europeus. Podemos especular ainda sobre como se fazia a logística para a realização da viagem, com a preparação de uma bagagem tão grande e variada, e como deveria ser ainda mais complicado organizar a bagagem feminina.

Depois de escolher o vapor para a viagem, cabia aos interessados entrar em contato com os representantes ou agentes das companhias marítimas para, assim, garantir as passagens e o frete das bagagens. Os vapores das linhas Hamburg – Sudamerikanische e Damphischiffahrts – Gesellschaft anunciavam um roteiro tradicional, “tocando” a Bahia, Lisboa e Hamburgo ao custo de 70\$000 para a terceira classe, tendo como regalia apenas o vinho de mesa. Isso para quem desembarcasse em Lisboa; os que continuassem até a cidade do Porto pagariam uma passagem mais cara, cerca de 80\$000. Não há nos relatos trabalhados nenhuma referência ao preço das passagens. Compreendemos que existiam duas explicações para este silêncio. Tavares Bastos e Nogueira da Gama pareciam possuir as condições financeiras necessárias para a realização da viagem e a permanência na Europa por um bom tempo. Já Tobias Monteiro viajou a trabalho, como correspondente do Jornal do Comércio e parte da comitiva do presidente eleito Campos Salles.

Aos brasileiros também se ofereciam viagens luxuosas, aquelas consideradas “dos sonhos” de qualquer um: nestas destacavam-se, além do luxo e da modernidade do navio, a velocidade que este poderia empreender. Em 3 de janeiro de 1888, a Gazeta da Tarde anunciava a chegada ao porto do Rio de Janeiro do paquete Duca di Galliera, da Companhia Marítima Veloce, proveniente da capital da Argentina, Buenos Aires. A mesma

companhia já trabalhava no trajeto do Rio de Janeiro a Lisboa e Gênova com o seu “celeríssimo e novo vapor postal Duchessa di Gênova” com 600 toneladas e prometendo uma travessia de apenas 11 dias. A chegada do novo vapor foi destaque na imprensa brasileira que se fez presente na apresentação do mesmo à sociedade imperial sediada no Rio de Janeiro. Não foram poupados elogios ao conforto, à segurança e à modernidade do paquete. Sua capacidade de acomodar 498 passageiros nos camarotes de primeira classe foi tão comentada quanto a existência de 62 camarotes de segunda classe, “providos todos de soberbas e espaçosas camas, salva-vidas, campainhas elétricas, luz do mesmo sistema, enfim todas as comodidades que se pode exigir de um magnífico paquete” (GAZETA DA TARDE, 1888, p.3). Já a terceira classe acomodaria cerca de 1200 imigrantes com enfermarias para homens e mulheres.

Se o luxo da decoração, com compartimentos arejados por largas portas e janelas, enchia os olhos dos convidados durante o jantar de apresentação, o que realmente impressionou foram as inovações técnicas e a segurança. O Duca di Galliera possuía um motor de 3 cilindros, movendo outros 20 pequenos, o que permitia ao vapor a marca de 16 milhas por hora, com força de 1600 cavalos. Em todos os lugares ainda podiam ser vistos extintores de incêndio. Tudo para proporcionar uma viagem confortável e segura de Buenos Aires a Gênova em apenas 17 dias.

O entusiasmo da sociedade imperial com o Duca di Galliera tinha sentido, já que, ao contrário da segurança prometida no novo paquete, não era nada seguro viajar naqueles tempos. Uma crônica da imprensa relatava a tragédia acontecida com o vapor Amazonas, que se incendiou em 1852 matando 140 pessoas. A experiência trágica do acidente resultou

numa apreensão constante dos moradores da Corte diante de qualquer atraso na chegada dos pacotes. Estes, ao aportarem, traziam alívio para todos.

Até o pacote da Europa trouxe desta vez uma viagem mais longa do que costuma. A sua demora causava já grande desassossego nos habitantes da capital, quando finalmente na madrugada do dia 10 entrou a barra, trazendo a consolação a muitas famílias, e o contentamento a todos. Pode dizer-se que hoje a entrada do pacote no Rio de Janeiro é um verdadeiro acontecimento para a sua população (NOVO CORREIO DAS MODAS, janeiro de 1852, p.55).

Nogueira da Gama escolheu o vapor Solent, no qual embarcou no dia 17 de março de 1855 no porto do Rio de Janeiro para sua primeira viagem a Europa. O roteiro do navio seguia o trajeto tradicional passando por várias cidades do nordeste brasileiro, nas quais havia embarque ou desembarque de passageiros. Chegaram à Bahia três dias depois, pernoitando na mesma para deleite dos passageiros, que puderam descer e percorrer a cidade. Depois passariam ainda por Alagoas, Pernambuco e Fernando de Noronha, último porto brasileiro a ser tocado. O Bayne, navio escolhido por Tavares Bastos para viagem com sua família em 1874, também percorreu o nordeste brasileiro praticamente cumprindo o mesmo cronograma de viagem. O publicista alagoano elogiará a excelente marcha do navio, o que resultaria no cumprimento de previsão de 17 dias de viagem, adentrando o navio o Tejo em 10 de maio.

Já Tobias Monteiro, que embarca no dia 2 de maio de 1898 no vapor Thames, da Companhia Royal Mail, não se cansa de retratar a insatisfação dos passageiros quanto a lentidão do navio. A previsão de 10 dias de viagem sem escalas em cidades do nordeste brasileiro aparentemente seduziu muitos clientes, mas a morosidade do traslado levou a um atraso de 3 dias, irritando a muitos. Outros preferiram o humor como estratégia de

crítica, como um jovem paulista caracterizado por Tobias Monteiro como um “homem do campo”, que prometia chamar uma boiada para puxar o navio (MONTEIRO, 1928^b). Nísia Floresta embarcou em sua primeira viagem a Europa no dia 7 de setembro de 1849 a bordo da galera francesa Ville de Paris. Sua segunda viagem em 1856 foi realizada a bordo do vapor francês Cadix.

As condições materiais para a realização da viagem, assim como a coragem para a travessia, ganhava destaque na imprensa oitocentista, que fazia questão de anunciar quem viajava: “Partiu hoje para a Europa o Dr. Luiz de Castro, redator e um dos sócios do Jornal do Comércio” (REVISTA ILUSTRADA, 1881, ano 6, n.235, p.3). E também quem retornava: “acaba de chegar da Europa o nosso distinto amigo, o ilustrado facultativo Dr. Manoel Rodrigues Monteiro de Azevedo” (PHALANGE, 1883, n.1, p.2). Destacava-se no anúncio público da viagem a sua importância para a sociedade da época. No retorno da Europa, as homenagens apresentavam-se como a constatação pública da viagem como elemento de distinção social para os brasileiros oitocentistas. A viagem se transformaria num marco para aqueles que ao partirem já não retornariam os mesmos; portanto, se distinção garantida, merecia ser exaltada publicamente, com honrarias e até concessão de medalhas.

De Volta

Regressou ontem da Europa o importante industrial desta corte, sr. comendador Bernadino Ferreira da Costa e Souza.

Foram ao seu encontro, em uma embarcação Ferry, a fim de recebê-lo, muitos dos seus amigos e a diretoria e sócios da A. B. H. ao Conde de São Salvador de Matosinhos, de que é presidente.

À noite houve sessão solene desta associação, não só para reintegrá-lo no cargo de presidente, mas ainda para oferecer-lhe um precioso cartão de ouro com brilhantes, e vários ramos de flores.

Por essa ocasião, o sr. Freitas Lima recitou uma poesia que depois distribuiu a imprensa e o sr. Carlos Alberto de Moraes pronunciou um bom discurso historiando a existência daquela associação e bem assim o muito que ela deve ao cavalheiro que “em nosso meio social consagrou sempre grande amor e dedicação as instituições úteis”.

O sr. Bernadino devia ter ficado bem satisfeito pela recepção que lhe fizeram os amigos (GAZETA DA TARDE, RJ, quinta feira 3 de outubro de 1889, n.267, ano X).

O retorno era assim o momento de evidência da viagem, tanto na expectativa dos que retornavam, quanto daqueles que iam ao porto recebê-los. No caso acima, a data se fazia registrar por um cartão de ouro e brilhantes, tão valioso quanto significativo, pois levava a quem chegava uma espécie de diplomação, no reconhecimento público da importância de sua experiência no exterior. A partir daí, as vivências seriam narradas, os souvenirs distribuídos, e apresentadas todas as informações conseguidas pela vivência em Paris, Londres, Veneza, Roma etc. As novidades trazidas na viagem poderiam ser encontradas, incrementar o comércio do Rio de Janeiro.

Joaquim Paula de Castro chegará de sua viagem a Paris e Londres no dia 10 pelo Gironde e traz enorme escolha de tudo quanto encontrou de mais novo naquelas cidades para seu conceituado estabelecimento denominado – Au Paradis des Dames, rua do Teatro n.31 e Sete de Setembro 142. Entrada e passagem livres (GAZETA DA TARDE, 9 de maio de 1881, ano II, n.109, p.2).

Ou ainda, de forma muito especial quando — na certeza de um aprendizado em território europeu — trazia uma expectativa de uma postura diferenciada pós-viagem, sendo esta inovadora nos valores, moderna na estrutura e ousada nas rupturas e criações.

Chegou da Europa o sr. comendador J. Villeneuve, conde romano e proprietário do Jornal do Comércio.

Saudando o ilustre brasileiro, fazemos votos para que esta sua vinda ao Brasil determine reformas no grande órgão. Convém à civilização no Brasil que ele deixe de ser apenas um grande cartaz de anúncio indiferente em política, cobertor de todas as doenças sociais, mudo ante todas as necessidades, arauto de uma literatura de cozinheiro, de frades boçais e só visando o cento e vinte réis das publicações a pedidos.

Cada qual é dono em sua casa, como, porém, um jornal é o documento da civilização de um país, pedimos ao ilustre comendador que pelo menos poupe o rubor nacional, acabando com os anúncios de negrinhos e a literatura do sr. Picôt (GAZETA DA TARDE, 9 de maio de 1881, ano II, n.109, p.2).

Mas para chegar é necessário partir. Retornemos ao momento da partida e ao início da viagem. Vários sentimentos se expressavam no momento da partida dos brasileiros para a Europa. A emoção singular da primeira travessia transoceânica misturava doses de medo, apreensão, ansiedade, expectativa e muita disposição. Alguns faziam questão de indicar nos seus primeiros relatos todo um movimento de adaptação ao transporte, ao clima e à rotina que os aguardava. Todos faziam questão de se apresentar bem dispostos para o traslado, na mais feliz das viagens (BASTOS, 1977). Outros, como Nogueira da Gama, arrependiam-se rapidamente das promessas feitas no calor da despedida.

Se a emoção que me dominava, no momento de nos despedirmos, me tivesse permitido lembrar o que aí fica, à guisa de epígrafe, não me veria eu agora em apuros para cumprir a promessa de remeter-lhe por todos os paquetes o itinerário da nossa viagem (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.9).

Os roteiros incluíam embarque no Rio de Janeiro, sendo a Bahia e Pernambuco destinos certos, mas poderiam existir paradas também em Alagoas e no Ceará. A chegada dos paquetes nos portos nordestinos não representava apenas um momento de descanso da viagem ou estratégia de navegação, mas propiciava o reencontro com familiares e amigos daqueles oriundos da Corte. Vamos partir, tendo passado um excelente dia com o Saraiva e os amigos. Sinhã não pôde infelizmente vir; escreveu-me dizendo que viria esperar-nos no regresso (26 de abril de 1874 - BASTOS, 1977, 134). Pausa para matar as saudades e também para desfrutar os últimos momentos de convívio com nossa riqueza tropical, para

a alegria das crianças a bordo. Elisa está mui contente com as frutas da Bahia, e já não fala em voltar para a casa da vovó (BASTOS, *idem*).

Alguns vapores já ousavam excluir as escalas nas capitais do nordeste prometendo diminuir o tempo de travessia do Atlântico de 17 para 10 dias, resultado, aliás, nem sempre conquistado. Os passageiros protestavam, pois viam nestas paradas a oportunidade de reverem familiares ou estabelecerem contatos sociais e políticos (MONTEIRO, 1928^a).

Os que embarcavam temiam as dificuldades da travessia, mas estavam felizes por realizar o sonho de conhecer o Velho Continente. As lembranças deste momento se fizeram num misto de alegria, nostalgia e muita emoção, sentimentos que se expressavam nas despedidas: Se a emoção que me dominava, no momento de nos despedirmos (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.11) — e na descrição do tempo, sempre bom e convidando a viajar: Fizemos excelente viagem; o tempo continua excelente, e promete manter-se (BASTOS, 1977, p.134).

Todavia, rumando mar adentro se iniciavam as primeiras provas de resistência dos passageiros. O imperador D. Pedro II, que realizava sua primeira viagem transatlântica em 1871, narrou em seu diário o quadro de terror encontrado.

A noite foi boa apesar dos choros de crianças; ânsias de enjoados; arrastamentos como de cadeiras; um verdadeiro castelo de Ana de Radcliffe. Jogou muito o vapor e a água lavou sofrivelmente a tolda e entrou pelos hatchways apesar da caution. Consolava-me refletindo que outro vapor jogaria

mais (27 de maio de 1871 – D.PEDRO II).⁶

Os sofrimentos a bordo pareciam não ter fim. Mulheres e crianças eram as maiores vítimas em potencial, mas todos passavam por dias terríveis de adaptação com freqüentes enjoos, vômitos, cólicas, febres etc. Para aqueles que pouco antes comemoravam a partida, quanto mais distantes da terra firme estavam, navegando em alto-mar, multiplicavam-se as angústias. Os sofrimentos eram comuns e colocavam à prova os passageiros por vários dias, retornando sempre que o mar e o vento mudavam.

Às 9 horas da noite, largamos de S. Vicente, o tempo tornou-se mau, o vapor, com vento forte pela proa, jogava a ninguém ter-se em pé, e muitos sofreram, alguns passageiros, principalmente as senhoras durante os dois dias subseqüentes (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.11 e 12).

O mal-estar correspondia à falta de adaptação à viagem de navio que surpreendia a todos, mesmo aqueles que pouco antes se julgavam mais fortes. Novamente usaremos o testemunho do imperador D. Pedro II, que em seu diário anotou confiante, no dia 25 de maio, que nada sentia além do frio. Dois dias depois não podia negar seus incômodos e anunciava: Já senti os transtornos da viagem. Tem que ficar deitado para suportar os vômitos (27 de maio de 1871 - D.PEDRO II).

Após a partida, todos ansiavam por chegar a terra firme. A péssima experiência ficava marcada na memória destes passageiros, atemorizando-lhes a necessidade do regresso. Já

⁶ As cartas de D.Pedro II que são referidas aqui estão em BEDIAGA, Begonha. *Diário do Imperador D. Pedro II*. Petrópolis: Museu Imperial, 1999. 1 CDRom. Será feita menção ao autor das cartas, D.Pedro II, e não à organizadora do CDRom.

entrevejo os esplendores da civilização européia; mas também já penso nos dezessete dias do regresso, talvez com os horrores da agitação, pela primeira vez experimentada hoje (MONTEIRO, 1928^b, p.17). Alguns em especial precisavam de um apoio maior para empreender uma nova travessia. Nísia Floresta foi motivada pelo irmão a enfrentar o medo da viagem e retornar ao Brasil: não temas as ondas, elas a respeitarão; e, quando estiveres tomada pelo enjôo do qual sofres tanto, invoque a lembrança de nossa santa mãe, sobre o túmulo de quem meditaremos juntos (AUGUSTA, 2001, p.36).

Mais grave era a situação daqueles que viajavam em busca de tratamento para a saúde. Doentes, ainda teriam que enfrentar o mal-estar típico dos primeiros dias de navegação, além de correrem o risco de se contaminarem com outras doenças que proliferavam pelo navio.

Para os passageiros que sofriam do enjôo, foram angustiosos os dias que se seguiram, porque o mar, a todo o momento, lavava o convés do navio, que estalava por todas as juntas, como se estivesse a despedaçar-se, e para minha filha não foram estes os únicos incômodos: apareceram sarampos a bordo logo que saímos do Rio de Janeiro, e foi ela a última pessoa que os teve. Ainda bem que tínhamos a bordo um distinto médico brasileiro, o nosso amigo dr. Antonio da Costa (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.10).

A passagem pela linha do Equador simbolizava para muitos um marco inicial para sua cura. Nogueira da Gama testemunhou que depois da passagem seguiram-se dois dias de calor intenso, e logo depois, com a queda da temperatura, os incômodos se acalmaram. Nossos viajantes pouco falam sobre esse momento, mas fazem questão de registrá-lo em data e hora. Aparentemente superaram a antiga mentalidade compartilhada pelos homens

medievais de que na passagem pela linha do Equador os navios poderiam derreter sobre o sol, ou ainda que ali o mar terminasse num abismo profundo. Estabeleceu-se entre oficiais e marinheiros um ritual festivo para esse momento, lembrando o gesto dos marinheiros da época dos descobrimentos que comemoravam com brincadeiras, bebidas e algazarras o momento da travessia. Apesar das explicações científicas sobre a região, a calma das águas e o aumento do calor, manteve-se o ritual muito mais como um instrumento de iniciação de marinheiros e passageiros novatos nesta transposição, sendo um marco para a identidade individual e coletiva dos homens do mar (RODRIGUES, 1999).

Porém, não foram apenas os sofrimentos físicos que afligiam os passageiros. O maior de todos os males, o tédio da viagem, envolvia pouco a pouco homens, mulheres e crianças, aumentando a irritação, o sono excessivo, a impaciência. Ele chegava discreto e silencioso; aliás, muito silencioso.

Um navio que aparece ao longe, seja ainda na linha do horizonte, é o maior atrativo do observador; mas eles são raros e passam depressa sem nada dizer. Em sua falta, restam os pássaros nas proximidades de terra, os peixes voadores, que cortam as vagas como setas manejadas por atiradores ocultos (2 de maio de 1898 - MONTEIRO, 1928^b, p.6).

A viagem de navio em sua lentidão e monotonia exigia uma atitude alienada dos passageiros, e nada os entediava mais que sua passiva rotina diária. Apesar da convivência próxima por vários dias, o espaço dividido por eles com outros não produzia uma identidade compartilhada, ao contrário, ampliava em grande parte a existência das fronteiras. O navio funcionava desta forma como um não-lugar sem identidade, capaz de abrigar uma intrincada diversidade cultural para a qual o tédio funcionava como uma barreira anticonflito. Restava aos que ali se viam “presos” por semanas ininterruptas,

realizar, paralelamente à viagem geográfica, uma viagem individual e interior, transformando o navio em laboratório de pensamentos e idéias. Uma vez que, segundo Botton:

as viagens são parteiras do pensamento. Poucos locais são mais propícios a conversas interiores do que um avião, um navio, um trem em movimento. Há uma correlação quase estranha entre o que está diante de nossos olhos e os pensamentos que nos podem ocorrer. Grandes pensamentos às vezes exigem grandes panoramas, novos pensamentos, novos lugares. Reflexões introspectivas que têm a propensão a bloquear-se recebem ajuda para prosseguir com a passagem ininterrupta da paisagem (BOTTON, 2003, p.66).

A rotina da viagem entediava os passageiros. Aquilo que se anunciava a princípio como uma exaltação à natureza, sendo o quadro paisagístico como um dos mais apreciados pelo Romantismo oitocentista — quando o olhar perde-se no infinito e só a aurora e o crepúsculo alternam uniformemente o quadro quase imutável do céu e do mar (MONTEIRO, 1928^b, p.6) — acabava ressignificado pelo tempo:

Em quase treze dias, do Rio a Lisboa, sem a diversão das escalas, o espírito se apraz na observação deste mundo onde estamos presos, tão pequeno pelas dimensões e tão grande pela variedade das idéias que sugere (MONTEIRO, 1928^b, p.6).

Os viajantes aproveitariam o tédio da viagem para reorganizarem as idéias, pensarem em projetos, estabelecerem novas metas, planejarem a rotina da viagem, refletindo sobre suas vidas particulares, sobre o Velho Continente a explorar, sobre o próprio Brasil. Nesse processo, o tédio abriria espaço para uma incipiente transformação do sujeito que viaja antes mesmo da chegada a seu primeiro destino. O processo de transformação surgiria já durante a experiência transoceânica, pontapé inicial na prática cultural da viagem e no estabelecimento de uma relação com o outro: outra cultura, outra paisagem ou outro

indivíduo. Assim, do Rio de Janeiro à Europa, os viajantes usufruíam um tempo para construir novas idéias e novas expectativas para si, para o lugar a ser visitado, mas também sobre seu próprio lugar.

Diante do tédio, alguns passageiros demonstravam irritação com a presença sempre barulhenta das crianças a correr pelo tombadilho. Outros criticavam a falta de divertimentos, com as péssimas qualidades dos músicos a bordo, e também pela rotina gastronômica. Mas, mesmo assim, não faltam testemunhos de como poderiam existir momentos de diversão.

Sem dúvida a música tornava-se um dos principais divertimentos para os que viajavam. Infelizmente nem sempre era possível uma boa música. Tobias Monteiro testemunhou tal fato. O Thames possuía poucos passageiros e grande parte deles sem nenhuma aptidão musical. Mesmo assim, existiu uma fracassada tentativa dos ingleses de organizarem um concerto em benefício das viúvas e órfãos dos marinheiros da Royal Mail, evento que contou com três concertistas e dois espectadores. Sobre esse evento falaria Tobias Monteiro:

O inglês parece não ter noção do ridículo; faz o que pode, o que lhe é apraz, sem se importar com o efeito produzido em torno dele. Isso explica a grande dose de ingenuidade do seu caráter e dá-lhes audácia desconhecida de outras gentes (MONTEIRO, 1928^b, p.7).

O correspondente do Jornal do Comércio também identificou os jogos como principal diversão a bordo. Entre eles cita o *Bull*, o *Quoits*, o *ShuffleBoard*⁷ e principalmente a Loteria de Bordo, conhecida como *Sweepstake*.

Sabe-se todos os dias o número mínimo de milhas que correrá o paquete em vinte e quatro horas e, tomando-o por base, escrevem-se sobre ele, para cima e para baixo, tantos números quantos são os compradores de bilhetes. Tirados estes a sorte, aguarda-se ao meio-dia a exibição do quadro indicativo do número de milhas realmente percorridas. O bilhete premiado deve ter esse número (MONTEIRO, 1928^b, p.7).

O domingo rompia a rotina com a revista geral realizada pelo comandante e o ofício divino no refeitório. As crianças também possuíam atividades especiais improvisadas na tentativa de acalmá-las e trazer a tranqüilidade ao tombadilho. Nada que durasse muito tempo. Mas eram as refeições, que reunia todos após o toque da sineta, que melhor exemplificavam a rotina vivida a bordo.

Segundo Tobias Monteiro, os ingleses da Royal Mail procuravam cumprir pontualmente os horários, assim distribuídos: até 8 horas da manhã café ou chá com biscoitos; almoço às 9 horas; o almoço, ou *lunch*, seria servido a 1 hora da tarde; novamente chá e biscoitos às 4

⁷ Dos jogos citados, sabemos do *Quoit*, conhecido pelos portugueses como “chinquilha” e trata de uma “malha” ou seja, uma peça de aço redonda com cerca de 11 centímetros de diâmetro e um peso variável entre as 500 e as 800 gramas que é lançada pelo jogador de um tabuleiro (estrutura em madeira assente no chão) para outro tabuleiro onde está o palito (Disponível em <<http://semanal.omirante.pt/index.asp?idEdicao=59&id=2700&idSeccao=516&Action=noticia>>). Já o *Shuffleboard* originou-se na Inglaterra no século XV e foi bastante popular entre os soldados, sendo desencorajada sua prática por Henrique VIII, pois esta chegava a desviar a atenção da prática do arco e flecha. O jogo foi mais tarde adaptado aos *decks* dos navios de passageiros, sendo associada sua prática a viagem de navio. Pode ser jogado individualmente por dois ou em duplas com quatro jogadores. As quadras medem aproximadamente 2 x 18 metros e podem ser internas ou externas. Com tacos, o jogador deverá arremessar discos até triângulos (com pontuações) que ficam nas extremidades da quadra. Após quatro lançamentos alternados de cada jogador, serão somados os pontos e registrados no placar (scoreboard). Quem atingir o maior número de pontos vence a partida. (Disponível em <<http://www.rioserv.com.br/shuffle2.html>>).

horas; jantar às 18:30, e repetia-se o chá ou café com biscoitos às 20 horas. A alimentação era básica, sem grandes preocupações com a cultura gastronômica, e não se constituía, naquele tempo, num atrativo para a viagem. A não-referência sobre a mesma em outros relatos nos parece demonstrar a pouca importância que a gastronomia possuía enquanto prática cultural durante a realização da transposição oceânica. Exceções feitas aos jantares transformados em elegantes eventos pelos ingleses devido ao uso do *smoking* ou da casaca, ao aprumo de seus funcionários e ao bom tom na composição da mesa, ricamente guarnecida de guardanapos, toalhas, louças, cristais, luzes e flores (MONTEIRO, 1928^b).

Diante da falta do que fazer nos dias e noites passados nos vapores, os brasileiros iniciavam um jogo de observação e aproximação de seu maior objeto de curiosidade: os estrangeiros.

Entre os passageiros dos paquetes que deixavam o Rio de Janeiro não existiam apenas os brasileiros. Cidadãos de vários lugares do mundo também estavam presentes. Grande parte embarcava na Corte e outros provinham de cidades da América Latina como Montevideu e Buenos Aires, além dos que subiam a bordo nos portos do nordeste brasileiro. Observar as características dos passageiros estrangeiros tornou-se uma alternativa ao tédio da viagem.

Os ingleses eram considerados sempre elegantes, chamando a atenção, como mencionado acima, pelo uso do traje a rigor durante o jantar, reafirmando seu bom gosto e preocupação com o conforto e o bem-estar (MONTEIRO, 1928^a). Já os comerciantes alemães eram elogiados por suas habilidades nos negócios, uma vez que penetravam o interior dos países latino-americanos aprendendo a língua dos nativos e facilitando a aproximação com as comunidades locais.

Nas conversas que porventura aconteciam entre estrangeiros, trocavam-se impressões sobre a cultura e a política. Tobias Monteiro narra que as conversas ficavam direcionadas para a política externa. Durante sua viagem falou-se muito das cerimônias oficiais de posse do presidente dos Estados Unidos, com destaque para o tradicional baile oferecido pelo presidente e esposa em 1 de janeiro na Casa Branca, quando receberiam e cumprimentariam à porta todos os convidados. Alguns desses estrangeiros encontrados no tombadilho tornavam-se protagonistas da viagem.

Hã a bordo um inglês (Mr. Croskill) assaz original e que por animar os enjoados chamaram consolador dos enjoados. Com traje de mau tempo é uma espécie de urso, mas amável e bom jogador de xadrez. Passeia com relógio na mão, pois, segundo ele diz, certo tempo de passeio é indispensável a sua higiene (27 de maio de 1871 – D.PEDRO II).

Os brasileiros observavam e muitas vezes aproximavam-se desses estrangeiros. Eles procuravam se sentir mais próximos do mundo que iriam encontrar ao final da viagem. Assim, preparavam-se para o encontro com a cultura européia ainda no tombadilho dos navios. Ao mesmo tempo, iniciavam um processo de caracterização destes estrangeiros reunindo tipos físicos e comportamentos sociais. Reparo que os louros não são os papagaios; pelo contrário – louraços e outros de mesma nuance são caçados; os de cabelos pretos, castanhos etc – os portugueses sobretudo papagueiam que é um gosto – para eles (27 de maio de 1871 - D.PEDRO II). Mas nem sempre o encontro era agradável. A gente que navega no Douro é quase toda estimável, menos um bonifrate, chamado Benjamin, que ostenta de dandy e patito (27 de maio de 1871 - D.PEDRO II).

No grupo de passageiros havia judeus, italianos, portugueses, argentinos, norte-americanos etc. Os brasileiros percebiam que algo os unia e os diferenciava daqueles estrangeiros tão próximos e com uma história e uma cultura diversas das suas. Esse exercício de comparação se ampliava no decorrer da viagem, ficando mais freqüente em terra firme. É importante destacar que muitos dos relatos silenciam-se sobre a presença de estrangeiros, assim como nada relatam sobre passageiros da chamada terceira classe. Entendemos que nesse momento a viagem ganhava contornos mais pessoais, absorvendo nossos viajantes em suas divagações e idéias. Ao mesmo tempo, pareciam acreditar que o que interessaria realmente aos interlocutores no Brasil seria a visão da terra estrangeira. E os primeiros contatos eram sempre marcantes.

Nogueira da Gama desembarcou na ilha de Cabo Verde a 30 de março de 1855, após 13 dias de travessia. Mas ainda não era a Europa, e sim a África. Tudo parecia estéril e pobre demais para quem saiu do Rio de Janeiro em busca da modernidade das grandes capitais européias. E não faltam críticas aos serviços encontrados. Como quase todos os passageiros, fomos a terra, jantamos em um péssimo e único intitulado hotel, e reembarcamos, às 5 horas da tarde (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.11). Por outro lado, a natureza diversa da existente no Brasil abria caminho para um olhar etnocêntrico sobre essas primeiras terras visitadas.

A ilha é inteiramente estéril, coberta de areia e rochedos cor de ferrugem; são, pela maior parte, negros os seus habitantes, em geral paupérrimos, e quase todos os gêneros alimentícios lhes vêm de Santo Antão, que é fértil, e a mais próxima das 9 ilhas que constituem aquela província de Portugal (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.11).

A comparação com o Brasil estava implicitamente colocada, pois o conjunto de ilhas portuguesas, em pleno território africano, é apresentado como um contraponto a tudo que foi deixado para trás. Encontraram uma natureza estéril, amorfa, cor de ferrugem, que tornava aquele povo, formado em sua maioria por pobres e negros, dependentes de outros para sua alimentação. Quanta diferença do Brasil de natureza exuberante e farta agricultura, e que ainda possuía na elite branca a promotora do seu processo civilizador! Nenhum futuro parecia apontar para uma terra como Cabo Verde, estéril e repleta de negros.

O mesmo descaso em tratar das primeiras terras estrangeiras tocadas pelos brasileiros pode ser vista em Tobias Monteiro, em sua passagem por Lãs Palmas, na Grande Canária. A insatisfação começa quando todos são obrigados a cumprir quarentena, por ser o navio proveniente do Brasil, país conhecido como “terra da febre amarela”. A cidade de Lãs Palmas, pelo contrário, possuía na salubridade um de seus mais famosos atrativos, com hotéis que se transformavam em sanatórios freqüentados por estrangeiros convalescentes. Mesmo assim, a descrição da cidade não foi entusiasmada.

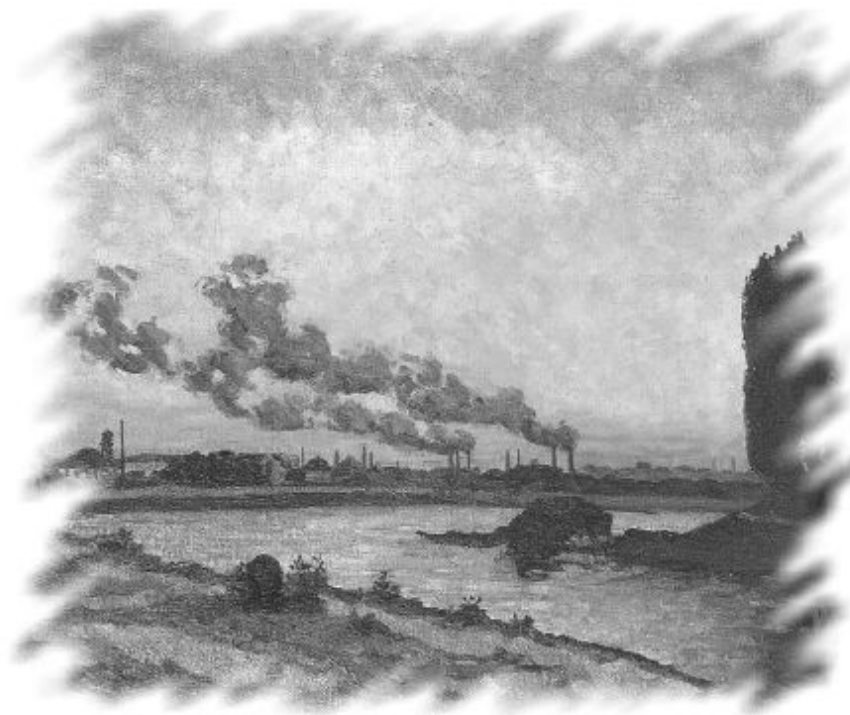
Vimos a cidade de longe, com seu ancoradouro em forma de ferradura, de que um dos lados termina em pequeno cais onde os navios atracam. A costa é de terreno acidentado, de altos morros quase sem vegetação; apenas algumas palmeiras justificam o nome do lugar. A cidade é construída nessas elevações; de longe, as ruas parecem ladeiras mortificantes (MONTEIRO, 1928^b, p.17).

Novamente encontramos um relato no qual o encontro com outros lugares se faz tendo como parâmetro a natureza, de novo retratada como o oposto da comumente existente no Brasil. A falta de vegetação é um elemento que não passa despercebido, mas também não nos parece meramente uma observação. Ainda mais porque, pouco depois, Tobias

Monteiro, ao falar mais sobre a expectativa de chegar a Europa, nos expõe a saudade que já do Brasil, sentimento que vem representado pela ausência de uma natureza próxima em exotismo e exuberância da natureza que deixou no Brasil; um momento especial para o romantismo: (...) ao cair do sol, nesta hora de recordações e saudades da terra pátria tão longe, com as suas montanhas verdejantes e o céu daquele azul que já não vemos (2 de maio de 1898 - MONTEIRO, 1928^b, p.17).

A saudade do Brasil aflorará nos relatos de nossos viajantes diante da presença ou na falta, no exterior de uma natureza próxima àquela existente por aqui. Mas também, quando em terra, entrarão em contato com a vida cotidiana dos estrangeiros. Desta forma, aqueles que daqui partiram esperando reconhecer e reforçar as semelhanças com outras civilizações começaram a perceberem-se diferentes, ressaltando as fronteiras culturais entre estes dois grupos e exigindo dos mesmos todo um trabalho de compreensão e adaptação para ali conviverem por tanto tempo.

Uma vez chegando ao território europeu iniciava-se o reconhecimento da paisagem. Para o grupo masculino de viajantes brasileiros que por lá aportaram na segunda metade do século XIX as cidades serão espaços privilegiados no esquadramento da modernidade européia.



A VERDADEIRA ARTE DE VIAJAR

*A gente sempre deve sair à rua como quem foge de casa,
Como se estivessem abertas diante de nós todas as portas do mundo.
Não importa que as compromissos, as obrigações, estejam ali...
Chegamos de muito longe, de alma aberta e a coração contido!*

Mário Quintana - A verdadeira cor do invisível

CAPÍTULO II

OS HOMENS E AS CIDADES DA MODERNIDADE

Brasileiros e a Europa

Os brasileiros que chegaram a Europa na segunda metade do século XIX traziam na bagagem não apenas uma educação referenciada na cultura européia, mas principalmente uma vontade de serem confundidos com o tipo europeu tradicionalmente urbano. Transitavam pelas ruas das cidades européias sem querer se mostrar estrangeiros. Dispensavam guias, criticavam os mapas e evitavam se distinguir na multidão barulhenta de cidades como Paris, Londres, Bruxelas, Viena, Roma, Lion etc. Antes, procuravam possuir endereço fixo para correspondência. Sair do hotel era um dos caminhos adotados, eles eram caros e não possuíam a privacidade necessária. Procuravam então resolver o problema alugando imóveis. Ainda contratavam aulas das línguas nativas e/ou ainda de piano para suas mulheres e filhas. Num primeiro momento, os percebemos como que chegando a casa, bastante a vontade, reconhecendo cenários que lhes eram íntimos, devido à sua formação educacional e cultural de matriz européia.

Segundo Gilberto Freyre, na segunda metade do século XIX ocorreu um processo de reeuropeização, no qual os brasileiros passaram por uma nova assimilação da cultura do Velho Continente. Em *Sobrados e Mocambos*, Freyre reflete sobre a adoção de hábitos europeus não-naturais aos brasileiros, como o uso cotidiano de roupas pretas, a uniformização de hábitos de etiqueta, a adoção de mobiliário afrancesado e também o uso de práticas educativas cujo modelo era europeu. Assim, neste processo de reconquista do Brasil pela Europa, nossas mais diversas influências, entre asiáticas, africanas e indígenas, teriam sido empalidecidas pela prática dos brasileiros oitocentistas em adotar modelos estéticos e culturais europeus (FREYRE, 2002). Para ele:

A nova Europa impôs a um Brasil ainda liricamente rural, que cozinhava e trabalhava com lenha, o preto, o pardo, o cinzento, o azul escuro de sua civilização carbonífera. As cores do ferro e do carvão; o preto e o cinzento das civilizações paleotécnicas de que fala o professor Munford; o preto e o cinzento dos fogões de ferro, das cartolas, das botinas, das carruagens do século XIX europeu (FREYRE, 2002, p.338).

Freyre analisa que os brasileiros se apresentavam passivos diante desta invasão cultural, cada vez mais seduzidos e incapazes de resistir à diversidade de produtos que aqui aportavam provenientes de solo europeu. Não questionavam a qualidade dos produtos importados, como, por exemplo, os franceses, valorizando-os simplesmente por se originarem do exterior, principalmente aqueles provenientes de Paris. Havia uma passividade diante da difusão da cultura européia, a qual era adotada pelas elites nacionais como estratégia para superar o “exílio” na América (SANTOS, 2002). Os brasileiros enxergariam o mundo através do olhar europeizado, etnocêntrico, e extremamente influenciado pelas novas relações comerciais ampliadas entre o Brasil e a Europa após o fim do tráfico de escravos. Vejamos o texto abaixo:

UNE FOIS ENCORE!

20\$, 25\$ e 30\$! Paletot sobre, croisé ou fraque de panno preto fino ou diagonal 12\$ 14\$ e 16\$! jaquetão ou paletot a Rink de panno fino, diagonal ou casimira de cor, 40\$! Sobrecasacas, croisés franceses de pano finíssimo, todos forrados de seda de Coutrard; 35\$! Fraques francezes de panno ou elasticoitine, todos forrados de seda de Coustard; 6\$!jaquetão ou paletot a Rins de opaca lona; 4\$500 !paletots franceses de linho branco;10\$! Fraques franceses de alpaca seda;15\$! fraques franceses de alpaca lona; 5\$ e 6\$! colletes de casemira preta setim, merino ou diagonal; 9 \$ e 10 \$! Calças de casemira preta setim fina ou merino: na Corôa da União. Rua do Hospício n. 486ª, canto da rua Conceição e Conceição n. 34 [sic] (GAZETA DA TARDE, ano II, RJ, n.137, 11 de junho de1881, p.3).

O anúncio demonstra bem como os produtos franceses atraíam os brasileiros. Tecidos franceses, fraques franceses, ou seja, a procedência garantiria a qualidade do produto,

legitimando seu consumo. Mais que vestir, a roupa promovia aquele que a usasse, pois as roupas francesas não eram para todos, conseqüentemente distinguiram a quem as usassem.

Para Ana Maria Mauad seria o olhar estrangeiro que agia no Brasil fazendo com que homens e mulheres se mirassem pelo espelho de sua cultura de origem. Os europeus ensinavam aos brasileiros a se ver, porém a matriz vinha do Velho Continente. A cultura européia passaria a servir de parâmetro de comparação para os brasileiros que identificavam como defasagens suas possíveis diferenças com os europeus. Isso poderia vir representado no comportamento social, na relação com suas cidades, na importância dada à moda e, ainda, na construção de uma auto-representação com características que os aproximariam do homem europeu. Como exemplo, a autora usa a pose fotográfica — em que se privilegiava a aparência — como elemento construtor de uma máscara social, ou o desejo de demonstrar uma falsa realidade com a qual os brasileiros aparentavam possuir os códigos de comportamento que aproximariam os moradores do Rio de Janeiro dos moradores de Paris (MAUAD, 1997).

Este foi o retrato elaborado desta elite política e cultural brasileira oitocentista, vista como extremamente dependente das idéias importadas da Europa, principalmente as de tendência modernizadora, que ora eram *assimiladas*, no sentido de compreendidas e aplicadas, ora apenas *imitadas* (FAORO, 2000). É importante ressaltar que estes homens faziam parte de uma camada política e social que tradicionalmente foi descrita como incapaz de produzir idéias próprias sobre o Brasil. Ao contrário, estes homens só importariam idéias, sem verificar o seu ajuste a nossa realidade (HOLANDA, 1995). Perdurava, assim, a força destas idéias e menos uma reflexão sobre o Brasil, os brasileiros e seus dramáticos

problemas. Segundo Sergio Buarque de Holanda, tal fato se deveu principalmente ao caráter patrimonial do Estado Brasileiro, que teve em sua elite dirigente uma postura mais familiar, e em defesa de interesses próprios, do que fundada na racionalidade burocrática do Estado e no interesse público. Por isso, suas ações necessariamente deveriam contribuir para a ampliação não da capacitação dos funcionários e/ou do Estado, mas para dotar estes indivíduos de distinção. Faoro define essas elites — que também pertencem ao grupo de dirigentes nacionais — como compostas basicamente de uma aristocracia hereditária, formando o que ele conceituou como “estamento burocrático brasileiro”, cuja formação particularizaria a sociedade brasileira. Como se vê na citação abaixo:

Sobre as classes que se armam e se digladiam, debaixo do jogo político, vela uma camada político-social, o conhecido e tenaz estamento, burocrático nas suas expansões e nos seus longos dedos. Nação, povo e agricultura e comércio obedecem a uma tutela, senhora e detentora da soberania (FAORO, 2000, p.437).

Este grupo é descrito como incapaz de pensar a realidade brasileira, e assim as reflexões sobre as condições de vida no Brasil são substituídas por uma sedução pela cultura europeia (COSTA, 1976). Nesse sentido, as idéias importadas muitas vezes eram adaptadas a nossa realidade servindo como justificativa ao arbítrio nacional, pois eram adotadas muito mais de forma ornamental, como instrumento de distinção e filiação à modernidade, ou seja, um elemento a mais no conjunto dos códigos da civilização europeia (SCHWARZ, 1981). Maria Sylvia de Carvalho Franco contesta essa visão, afirmando que não houve uma apropriação de idéias importadas pelas elites dirigentes brasileiras sem uma reflexão sobre nossa realidade. Como exemplo usa os discursos liberais, tratados por muitos autores como inviáveis num país escravocrata. Para a autora, o que ocorreu no Brasil foi uma contextualização das idéias a sua realidade nacional, possibilitando que o discurso liberal

mantivesse um de seus pilares, a defesa da propriedade privada, ao reafirmar a escravidão (FRANCO, 1976).

É certo que a construção de uma política de dominação no século XIX brasileiro instituiu uma série de condutas próprias capaz de garantir o exercício do paternalismo, instrumento da vontade senhorial, e instituir, junto a grupos ligados ao poder, uma solidariedade vertical construtora de uma ideologia própria — e também centralizada em seu mundo; o que inviabilizava o reconhecimento de outros atores políticos fora do grupo e de outras ações políticas que não as suas (CHALHOUB, 1998).

O paternalismo, como qualquer outra política de domínio, possuía uma tecnologia própria, pertinente ao poder exercido em seu nome: rituais de afirmação, práticas de dissimulação, estratégias de estigmatização e, obviamente, um vocabulário sofisticado para sustentar e expressar todas essas atividades (CHALHOUB, 1998, p.95).

A “boa sociedade” oitocentista só possuía olhos para seu mundo. Centrada na posição política e social que ocupava no processo de formação da nação, buscava constituir uma identidade fortalecida por práticas comuns e total desprezo por tudo que não considerasse “civilizado”. Por isso se identificava com as elites européias, das quais se diziam herdeiras, na continuidade da tarefa de civilizar o Novo Mundo. Essa atitude instrumental e utilitária do imaginário social servia tanto para a valorização da auto-imagem das elites oitocentistas, identificadas como dotadas de educação e civilidade, quanto promovia a desqualificação dos excluídos — e estes eram por ela escolhidos — do processo civilizador. Para estes homens das elites dirigentes e culturais sediadas no Rio de Janeiro, Paris já estava aqui.

Mas qualquer reflexão sobre a reeuropeização do Brasil oitocentista deve levar em consideração também as transformações das relações econômicas e de produção que ocorreram no período. Destacam-se principalmente os investimentos econômicos que se redirecionaram com o fim do tráfico de escravos para projetos de urbanização fundadores de novas práticas capitalistas. Sabemos que o Rio de Janeiro testemunhou uma “revolução dos transportes” na segunda metade do século XIX, assim como o crescimento contínuo do movimento de navios carregados de bens não-duráveis em seu porto (NEVES & MACHADO, 1999; ALENCASTRO, 1997). Porém seria um erro falar de uma burguesia brasileira organizada e no poder neste período (FAORO, 1975; CARVALHO, 1996; HOLANDA, 1977; MATTOS, 1987; SCHWARZ, 1981). O que se verificava é a inexistência de um antagonismo real entre burguesia empresarial e aristocracia agrária, já que a maioria dos fazendeiros de regiões com alta produtividade, e conseqüentemente maior acumulação de capital, investiam seu excedente nas inovações econômicas e técnicas que se apresentavam. Por outro lado, as chamadas “classes médias” acabavam por ocupar os quadros burocráticos e de serviços, adotando progressivamente os valores dos grupos dominantes (COSTA, 1977).

Assim, a segunda metade do século XIX assistiu a uma profunda transformação das estruturas econômicas e sociais do país, que foram do processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre à ampliação do processo de urbanização. Todo esse movimento acentuou-se com o fim da Guerra do Paraguai e com a extinção do tráfico de escravos, disponibilizando no mercado mais capital para investir em pequenas ações no comércio, nos bancos, nas indústrias. Promoveu-se paralelamente um amplo desenvolvimento urbano frente a tradicional dominação rural (SODRÉ, 1966). Será

justamente esse novo apego pelo urbano que atrairá nossos viajantes a realizar a travessia oceânica rumo à Europa.

Em síntese estes brasileiros que chegavam a Europa possuíam um perfil semelhante, definido por uma origem e/ou um lugar social que os aproximava. Eles compartilhariam, como membros das elites políticas e culturais, uma mesma visão de mundo que conduziria sua formação, sua ocupação profissional e sua conduta social também. Essa visão de mundo Ilmar Rohloff de Matos (1994) chama de “sentimento aristocrático”, em que cada raça e classe social conheceriam seu lugar. Para ele, as experiências vivenciadas no momento de construção do Estado imperial permitiram a constituição de laços de identidade ligando essas elites por interesses, ideais e projetos comuns. Assim, ao organizarem a construção do Estado imperial constituíam-se também como classe senhorial, dividindo um discurso liberal carregado de justificativas para seus privilégios e monopólios (MATTOS, 1994). Passemos então aos nossos viajantes, na tentativa de perceber sua inserção no contexto que acabamos de desenvolver.

Poucas são as informações sistematizadas sobre Nicolau Antônio Nogueira Valle da Gama, o Visconde Nogueira da Gama. Nascido na capitania de Minas Gerais em 13 de setembro de 1802, filho do capitão-mor coronel José Ignácio Nogueira da Gama e de Francisca Maria do Valle de Abreu e Mello, e sobrinho do marquês de Baependy. Sua origem o aproximou da vida na Corte, fortalecendo-se ainda mais quando se casa com D. Maria Francisca Calmon da Silva Cabral, dama-honorária de S.M. a imperatriz. Sua esposa ainda era filha do desembargador conselheiro Francisco Xavier da Silva e de Ana Romana de Aragão Calmon, Condessa de Itapagipe. Como outros tantos jovens da aristocracia, procurou

ocupar cargos juntos a família real. Foi assim que, em 1819, como alferes da guarda de honra, acompanhou o então príncipe real D.Pedro em sua primeira viagem a Minas Gerais. Com a Independência passa a Veador do Paço, em 1829, mesmo ano em que chega ao Brasil a segunda esposa de D.Pedro I, D.Amélia.⁸ Permanece no cargo até a chegada da imperatriz D.Thereza Cristina em 1843.

Nogueira da Gama chegou a comandar a Guarda Nacional durante o Movimento de 1842, mas destacou-se mesmo foi na vida política, tendo sido presidente da câmara provincial de Ouro Preto e deputado geral pela província de Minas Gerais entre 1843 e 1844. Foi gentil-homem da imperial câmara, fidalgo-cavaleiro da casa imperial e do Conselho de S. Majestade, grande do Império, mordomo-mor, guarda roupa, porteiro da imperial câmara, cavaleiro da ordem imperial da Ordem de Cristo, oficial da imperial Ordem da Rosa, grã-cruz das ordens de Vila Viçosa de Portugal; de Santa Ana da Rússia; de Francisco José da Áustria (BARRETO, 1995). Foi também recrutado como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Imperial Instituto de Agricultura, espaços de pesquisa no Brasil que tenderam a privilegiar muito mais por determinantes sociais do que por produção intelectual (GUIMARÃES, 1988).

Aureliano Cândido Tavares Bastos nasceu em Alagoas, hoje Marechal Deodoro, antiga capital da província de Alagoas. Era filho do bacharel, e depois conselheiro do Império e presidente da província de São Paulo, José Tavares Bastos, e de D. Rosa Cândida de Araújo. Aos 15 anos conseguiu uma licença especial para entrar na academia de Direito de

⁸ Veador do Paço pode ser definido como um administrador do Paço (Residência da Família Imperial); cabia-lhe gerenciar a receita e as despesas.

Olinda, de onde se transferiu pouco depois para o Recife. Transfere-se com o pai, juiz de Direito, para São Paulo, onde teve uma vida estudantil bastante ativa, colaborando em revistas literárias e filosóficas. Fundou o Instituto Acadêmico Paulistano em 1858. Aos 19 anos, Tavares Bastos já era bacharel em Direito, doutorando-se com a tese *Sobre quem recaem os impostos lançados sobre os gêneros produzidos no país? Sobre o produtor ou sobre o consumidor? O que sucede quanto aos gêneros importados e exportados?*

Em 1860 foi empossado oficial da Marinha, fixando residência no Rio de Janeiro. Um ano depois foi eleito deputado pelo partido Liberal para representar a província de Alagoas. No parlamento era o mais jovem deputado, num universo no qual se destacavam José de Alencar, José Bonifácio (o moço), Félix da Cunha, Pedro Calazans etc. Rapidamente teve como seu principal apoio Cansação Sinimbu (MORAIS FILHO, 2001). Do cargo público ao parlamento, Tavares Bastos percorreu um caminho comum entre filhos das elites rurais e políticas no Brasil, porém faltava assumir uma outra tribuna, naquele momento tão importante quanto o parlamento: a imprensa (SODRÉ, 1966).

Em maio de 1861 iniciou suas críticas políticas através de panfletos intitulados *Males do presente e as esperanças do futuro*, sob o pseudônimo de “Um Excêntrico”. O panfleto, oferecido a José Bonifácio Filho, apresentava-se dividido em três partes. Na primeira, *Realidade*, realiza um diagnóstico dos principais problemas brasileiros em sua gênese, além de uma crítica implacável ao “teatro absolutista”, que o autor considerava depravado. Na segunda parte, *Ilusão*, Tavares Bastos demonstra desilusão com a possibilidade de se instaurar uma República no Brasil, pois esta não encontraria aqui nem um chefe capaz de dirigi-la, nem um corpo de servidores públicos suficientemente preparados para os

desígnios do governo. Assim, o novo regime transformaria o país numa anarquia, abrindo espaço para o surgimento de um tirano. Já na terceira e última parte, *Solução*, estão enumeradas sugestões de medidas a serem tomadas para superar todas as dificuldades (PONTES, 1939).

Pouco tempo depois, em agosto de 1861, após proferir um discurso crítico discordando dos negócios da Marinha e das posições do ministro da pasta, Tavares Bastos foi exonerado de seu cargo. A partir daí abriram-se as oportunidades de se dedicar a ampliar seus escritos e neles suas críticas. Inicia no jornal *Correio Mercantil* a publicação de artigos intitulados “*Cartas do Solitário*”, onde assina como “*O Solitário*”. Protegido pelo anonimato, Tavares Bastos usa a tribuna da imprensa com a mesma intensidade crítica da tribuna do parlamento. Suas cartas passaram a repercutir tanto no Brasil quanto no exterior pela força das idéias defendidas. Temas como a descentralização política, a defesa da liberdade de cabotagem, críticas a visão do destino agrícola da economia brasileira, entre outros, freqüentavam seus textos de forma bastante realista e completamente isento de subordinação a partido ou a alguma causa (LIMA, 1975).

Reconhecido como um progressista, já que sua obra não se atinha a regionalismos, e sim tratava os temas nacionais como internacionais, Tavares Bastos foi de fato um reformista e não um revolucionário. Ele pensava a revolução como sinônimo de anarquia, compartilhando a visão hierárquica da sociedade em que as elites dirigentes defendiam a ação do governo contra o mundo da desordem, a fim de demarcar e legitimar o lugar e o papel a que se reservavam dentro do governo (MATTOS, 1994).

Nosso terceiro viajante, Tobias do Rego Monteiro, nasceu em Natal, no Rio Grande do Norte, em 29 de junho de 1866. Era filho de Jesuíno Rodolfo do Rego Monteiro e Maria Inácia Fernandes de Oliveira. Foi jornalista, banqueiro e historiador. Na República assumiu o cargo de oficial de gabinete de Rui Barbosa na pasta da Fazenda. Exerceu também o cargo de senador de 1921 a 1923. De novo uma trajetória compatível com a realizada por grande parte dos filhos das elites brasileiras, unindo formação, funcionalismo público, cargos eletivos e participação na imprensa. Aliás, é na condição de jornalista que Tobias Monteiro realizará sua primeira viagem à Europa acompanhando o recém-eleito presidente Campos Salles. Como correspondente do Jornal do Comércio, seus escritos falarão das contradições econômicas, sociais e culturais encontradas no Velho Continente.

Nos relatos de viagem produzidos por Tobias Monteiro, Tavares Bastos e Nogueira da Gama, destacamos o olhar sobre as paisagens das cidades capitais européias, espaço de construção da modernidade, do exibicionismo, do urbanismo, da industrialização, da racionalidade. Mesmo buscando tratamento de saúde ou em viagem de trabalho, nossos viajantes não se eximiram de observar bem a modernidade européia, seja no rigor urbanístico ou nos serviços oferecidos aos cidadãos e visitantes. Os brasileiros, interessados em observar tudo, deixavam claro quais os elementos motivadores da visita: as cidades, a indústria, o progresso. E também definiam quais eram os objetivos almejados: tudo observar, tudo aprender, para, quem sabe?, utilizar a mesma estratégia no Brasil.

As cidades da modernidade

A chegada tradicionalmente se realizava por Portugal, assim, no primeiro contato dos brasileiros com o europeu, iniciava-se uma ressignificação da memória sobre o antigo colonizador. Ao adentrarem o território lusitano, em diferentes períodos do século XIX, estes brasileiros compartilharam uma mesma emoção. Lisboa era a “terra dos nossos avós” (MONTEIRO, 1928^b, p.22). Ali desejavam descrever a cidade, seja por urbanismo moderno ou também por sua história, promovendo um reencontro com o próprio Brasil, elemento de comparação em relação à paisagem que se descortinava.

A entrada do Tejo não ostenta as soberbas penedias da do Rio de Janeiro; mas suas margens cultivadas, seus altos edifícios e suas pitorescas povoações dão-lhe sem dúvida um aspecto mais animado e alegre (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.14).

Por todo o caminho é outro lugar que se fazia mais presente na lembrança destes brasileiros. Nas palavras de Tobias Monteiro: *Ao saltar no Arsenal de Marinha, tive viva recordação do Rio de Janeiro, renovada várias vezes adiante em passeio pela cidade* (MONTEIRO, 1928^b, p.22). O encontro de uma paisagem descrita como bastante parecida com a deixada no Brasil, principalmente no que diz respeito a arquitetura, facilitava esse primeiro contato dos brasileiros com o europeu. Era confortável para eles observar uma paisagem aparentemente conhecida, produzindo um sentimento de pertencimento àquele local.

O Tejo foi imediatamente reconhecido por todos, mas o que se sabia sobre ele não era suficiente para caracterizá-lo. A experiência da viagem começou com a observação de que o real nem sempre se parece com sua descrição, ainda mais se literária e poética. Para Tobias Monteiro, o Tejo não era 'sereno' como nos versos do poeta (MONTEIRO, 1928^b, p.20 e 21). Desilusão também quanto ao papel que o rio desempenhava na economia portuguesa oitocentista, pois não estava tão imponente quanto nos tempos coloniais. *Contrista, entretanto, ver apenas fundado em suas águas, outrora tão gloriosas, um pequeno grupo de barcos insignificantes ...* (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.14).

Pelo Tejo encontrariam um conjunto de procedimentos que constrangiam os viajantes provenientes do Brasil: *Em Lisboa, como de costume, há quarentena* (TAVARES BASTOS, 1977, p.137). Enorme era a pressão exercida pelas autoridades de Lisboa para evitar que doenças tropicais adentrassem o território português. Segundo Tobias Monteiro, a repressão, vigilância e constrangimentos eram tantos que afugentavam os viajantes sul-americanos. No seu caso, devido à presença de Campos Salles, a rigidez foi quebrada, mesmo assim não foi uma conquista total, visto que o capitão, a oficialidade e a tripulação foram impossibilitados de desembarcar, pois o Thames, navio em que viajavam, seguiria viagem em poucas horas para Londres. Nem mesmo as malas desembarcariam, evitando qualquer contato dos nativos com os estrangeiros que lá chegavam (MONTEIRO, 1928^a). Em outros países a exigência da quarentena se repetiria, mas sua prática em Portugal, a "pátria-mãe", parecia irritar ainda mais os brasileiros, que esperavam ser recebidos ali como em sua própria casa.

Nossos viajantes não se irritavam apenas com a quarentena. A fiscalização rigorosa contra o contrabando de tabaco também foi motivo de constrangimento, como narra Nogueira da Gama:

(...) pareceu-me ainda mais triste o zelo exagerado com que, a pretexto de evitar o contrabando do tabaco, são revistados os passageiros pelos respectivos fiscais. A um deles foi tomado um bote de rapê, já em meio, e por conseguinte, de torna-viagem, pois que era da própria fábrica da companhia, porque, pelo fato de ter vindo em navio estrangeiro, havia perdido a nacionalidade portuguesa! (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.14).

Nada superaria o anseio de caracterizar a cidade. Com os olhos dilatados no exercício de “olhar bem”, pouco a pouco esses brasileiros cumprirão seu maior desafio: mapear a cidade, distinguindo o previamente conhecido daquilo que os surpreendia. Impressionam as primeiras descrições da cidade de Lisboa, inaugurando a prática que permeará todos os relatos de viagem produzidos por brasileiros na Europa oitocentista.

Quem desembarca em Lisboa, em primeiro lugar é levado a avenida da Liberdade, o ponto mais novo e bonito da cidade. O trecho inicial e mais curto da nova artéria urbana é aberto em terreno plano; mas, para diante de uma coluna onde estão registradas datas gloriosas de Portugal, ela vai-se elevando docemente à altura de onde se a descortina em toda a sua extensão, com a alta casaria, as filas de árvores e os passeios de pequenas pedras de mármore branco e preto, dispostas em caprichosos desenhos (MONTEIRO, 1928^b, p.22).

A urbanidade aparece aqui como traço característico da modernidade. É no traçado das ruas, na velocidade da artéria urbana que esses homens melhor identificam os elementos do novo, do progresso, do ordenamento e da organização dos países europeus. Portugal seria apenas uma porta para o mundo civilizado procurado por esses homens. A cidade reafirma-se como um grande atrativo, o que ficaria ainda mais explícito quando da permanência em Paris e Londres.

Não está estacionário o material da cidade: vê-se por toda parte magníficas edificações, assim públicas como particulares, e são já bem raras as ruas e praças que não sejam perfeitamente calçadas, algumas até com luxo, fingindo tapetes pela variedade de pedras de diversas cores de que abunda o país (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.22).

O domínio do homem sobre a natureza serviria aqui como modelo de racionalidade, desenvolvimento e organização. A cidade possuiria topografia difícil, porque:

Construída em terreno muito acidentado, a cidade comunica-se por planos inclinados em várias direções. Às vezes, descendo-se uma rua em declive, vê-se em baixo outra que se cruza, como se fora um fosso atravessado por uma ponte (MONTEIRO, 1928^b, p.22).

No pouco tempo que ficavam em Portugal, os brasileiros tinham a oportunidade de entrar em contato com os primeiros indícios da modernidade europeia. Mas não era só isso. Ali também estava grande parte da história do Brasil. A antiga metrópole ganhava fôlego ainda como detentora de memórias e personagens que perpassavam nossa própria história. Momento especial viveu Nogueira da Gama ao se reencontrar com a antiga imperatriz brasileira, D. Amélia, no palácio das Janelas Verdes. Já envelhecida, a segunda esposa de D. Pedro I mantinha antigas mágoas em relação ao povo brasileiro pelas pressões que levaram à abdicação de seu marido em 1831. Mas o encontro com a antiga imperatriz traz à tona outro roteiro, que será vivenciado por nossos viajantes durante sua turnê pela Europa. Em vários momentos, as cidades modernas transformam-se apenas em cenário para que a história possa ser a protagonista. Fazia parte da rotina destes brasileiros, em viagem a Europa oitocentista, visitar lugares históricos como um referencial a seu conhecimento escolar.

...em Cintra, onde vimos o Palácio Real, curiosíssimo pela sua arquitetura do tempo dos Mouros, a pequena sala e a cadeira de louça, onde assentou-se o Rei D. Sebastião, quando presidiu ali o conselho em que resolveu sua infeliz partida para a África, o quarto em que esteve preso D. Afonso 6, e onde vê-se ainda o ladrilho de azulejo gasto pelos seus pés, defronte de uma única janela gradeada de ferro, pela qual correspondia ele, por sinais convencionados, com um amigo dedicado, e talvez único, que, às vezes, lhe aparecia do castelo mourisco; a tribuna oculta por sobre o coro da igreja; do palácio, à que ele se dirigia por um corredor estreito e muito baixo, para ouvir, sem ser visto, e por entre as grades, a missa dos dias santificados, e o salão onde existem os braços d'armas da nobiliarquia portuguesa etc (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.18).

A história recuperada realça os grandes personagens, grandes heróis. Os lugares visitados são patrimônio desta história, visitá-los é como ir ao encontro do passado, da história sacralizada e distante do homem comum. O que se perpetua naquele momento é a biografia destes personagens, como a dos santos, pois se construiu a História Lusitana — e em grande parte também a brasileira — dos sacrifícios de suas vidas: n'aquela câmara nasceram D. Pedro 1º e seus irmãos; sobre essa cama morreu o ínclito pai do Senhor D. Pedro 2º (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.27). Encontramos poucas referências nos relatos à existência de mapas, guias ou monitores durante as expedições, o que sugere ou um domínio significativo da História da Europa, outro elemento de distinção, ou apenas uma representação deste domínio. Continuando seu roteiro, Nogueira da Gama permaneceu mais tempo em Portugal, onde visitou o teatro São Carlos, em Lisboa, igreja e convento dos Jeronymos, asylo de Orphãos, castelo de São Jorge, a universidade de Coimbra etc.

Mas a mesma história evocativa do passado português, e conseqüentemente do brasileiro, em alguns momentos apresentava uma reflexão crítica. Nogueira da Gama, após visitar as capelas da igreja de S. Roque e S. João Baptista, desabafou: Bom tempo foi esse das

riquezas vindas das Índias e das minas auríferas e diamantinas do Brasil, entretanto que nem um pataco despendiam com estradas (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.23).

Aparentemente, um parêntese numa narrativa repleta de elogios e poucas críticas. Mas pouco a pouco o olhar ficaria ainda mais criterioso, principalmente quando o Brasil entrava em cena.

Os sinais das saudades do Brasil estavam por todos os lados: na história que unia os dois países, mas também na paisagem que teimava em lembrar o Rio de Janeiro. Todavia, acreditamos ser bastante significativo o fato de que, em vários momentos, o Brasil começou a apresentar-se como o novo referencial para comparação. No contato com o outro, mesmo ele um elemento próximo como o português, os brasileiros procuravam reafirmar suas fronteiras, identificando-se como estrangeiros não-pertencentes àquele local.

A cidade é bem limpa e policiada; mas sua iluminação a gás é inferior à do Rio de Janeiro, e a alguns outros respeito está Lisboa muito abaixo d'aquela capital; por exemplo: ainda não tem outra água senão a dos seus antigos chafarizes, alguns bem curiosos como obras d'arte; todo o transporte de cargas pelas ruas é ainda feito a pau e corda pelos galegos, e por carros de boi de eixo móvel, tão tosco e pesado como os dos pontos mais atrasados das nossas províncias (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.23).

Extravasavam-se vestígios de uma lusofobia existente no Brasil desde os tempos da Independência, e que foram responsáveis por posturas antilusitanas, como a não-adoção de nomes portugueses entre as novas gerações, ou ainda a opção pelo modelo cultural francês (ALENCASTRO, 1997). Para as elites dirigentes e intelectuais brasileiras, Portugal legitimava, via colonização, nossas raízes européias, porém demonstrava poucas diferenças com a antiga colônia, sendo em alguns aspectos até inferior. Para esses brasileiros em

viagem para Europa, a passagem por Portugal era rápida como deveria ser, pois se ansiava conhecer a “verdadeira Europa”, aquelas das cidades modernas, da multidão nas ruas, decantadas pelos poetas e escritores, palco das transformações capitalistas e industriais.

As cidades da Europa oitocentista abrigavam tanto o espetáculo do passado quanto novas ousadias. Cosmopolitas, possuíam uma sociedade repleta de contradições que colocavam em lados opostos os produtores do espaço — engenheiros, arquitetos e sanitaristas — e de outro seus consumidores: a população (RONCAYOLO, 1999). Todos ambicionavam construir uma cidade ideal sobre a cidade real, já existente (ARGAN, 1995). “Palco do processo civilizador”, foram vistas cada vez mais como sede das funções públicas e econômicas, sendo necessário para tal que estivessem cada vez mais organizadas, racionalizadas e salubres. Abandonando o urbanismo superficial, passaram a representar o reinado da razão e da técnica, numa geometria cada vez mais rigorosa em busca da melhor circulação de homens e mercadorias (PICON, 2001). Metrôpoles como Paris e Londres tornaram-se paradigmas para transformações urbanísticas em todo o mundo, pois conseguiram simbolizar: vida urbana, racionalidade e progresso (BRESCIANI, 1994). Polissêmicas e polifônicas, estas cidades atraíam milhares de visitantes ansiosos por vivenciar a experiência da modernidade.

A Europa seria o espaço da civilização e modelo para o projeto de organização das cidades brasileiras. Os brasileiros que por lá chegavam não se viam como elementos passivos ou meros consumidores de sua cultura, e sim como indivíduos inerentes àquele universo, ou seja: homens civilizados. Através de sua educação, suas roupas da moda e dos gestos refinados que compartilhavam, acreditavam-se europeus nos trópicos, diferentes da

multidão nervosa formada por escravos, mestiços, iletrados, que compunham o mundo da desordem (MATTOS, 1994). Segundo Canclini (2003), não se tratava definitivamente de uma postura brasileira, pois a América Latina, como um todo, passou por ondas de modernização durante o final do século XIX e início do século XX, impulsionada, entre outras coisas, pela ampliação da alfabetização e pela forte presença dos intelectuais europeizados. Todavia, se ocorreu um modernismo exuberante, com destaque para as transformações nas estruturas urbanísticas, o mesmo não ocorreu com o processo de modernização, considerado por ele como “deficiente”. Assim: “os desajustes entre modernismo e modernização são úteis às classes dominantes para preservar sua hegemonia, e às vezes para não ter que se preocupar em justificá-la, para ser simplesmente classes dominantes” (CANCLINI, 2003, p.69).

Os brasileiros entraram em contato direto com a modernidade nas cidades, criações artificiais dos homens, verificando como elas respondiam às novas necessidades da sociedade urbana e industrial. Reconheceram-nas também como irradiadoras de novos costumes, novas condutas e principalmente de uma organização cada vez mais fundada na mercantilização dos espaços. E viram as grandes reformas urbanas oitocentistas como responsáveis por inaugurar novas cidades: monumentos da indústria e do capital.

Também nas cidades européias oitocentistas as autoridades se deparavam com o dilema de atrair e de controlar a multidão. Tornando-se cada vez mais lugar de amontoamento onde “o provisório amontoava-se sobre o provisório” (MUNFORD, 1961, p.157). O urbanismo buscava novas formas de organizar a vida na cidade, elaborando novos traçados disciplinadores como ruas alargadas, avenidas gigantescas, condenação e demolição de cortiços e outros aglomerados populares. Era o império da racionalidade e da técnica, através do aplainamento e da correção de terrenos, na

preocupação em não deixar nenhum obstáculo à circulação. Aos poucos, os espaços reservados aos homens foram se restringindo em nome da velocidade, da produção e do comércio. A população dividiu-se entre a admiração e o temor diante de uma modernidade que se impunha em seu cotidiano, em que o encontro se estabelecia na exterioridade das transformações urbanas (BRESCIANI, 1994). Os corpos pareciam desconhecer a cidade.

Destinada à velocidade, a Londres de Nash parecia pouco adequada às pessoas. Basta olhar as praças criadas nessa época para perceber como elas negam o fato de a cidade ser um local de residências familiares. Os blocos a sua volta eram muito largos, com quinze a vinte casas cada um, para dar a impressão de uma unidade rígida. Os códigos de construção vigentes, especialmente uma lei aprovada em 1774, proibiam quaisquer indicações individuais. Em Bloomsbury, os monótonos quarteirões contrastavam com os espaços abundantemente floridos, áspera demarcação entre interior e exterior, o público e o privado (SENNETT, 2003, p.267).

Nessas cidades, ganha força a multidão que seduziu e amedrontou os viajantes brasileiros. Uma horda fervilhante de homens e mulheres transformando a paisagem urbana, e sempre associada a caos, ondas e turbilhão. Analogia à natureza descontrolada que necessitavam ordenar. O próprio imperador D. Pedro II testemunhou com encantamento e receio a presença das pessoas nas ruas, falando de Lisboa:

Esqueci-me de dizer que ontem, às 10 e pouco, mais ou menos, fui ao Passeio Público, que é grande e estava cheio de gente. Ouvi música assentado junto ao coreto – regia o Carçim, que esteve no Paraguai – e muitas meninas dançavam perto de mim, querendo todos beijar-me a mão e pedindo beijos, que dei nas mais pequenas. Ao sair houve atropelo, mas eu fui metendo o ombro e só o Nicolau é que se viu meio zonzo (D.PEDRO II).

O domínio do homem sobre a natureza, inclusive a humana, como citado acima, se apresentava como o único caminho possível para se viver na cidade moderna, que a tudo e a todos disciplinava e potencializava para o consumo. Quebraram-se solidariedades e o morador urbano passou a incorporar uma nova

sensibilidade em relação a sua cidade, lugar de passagem, circulação e tendo cada vez mais restrita a possibilidade de compartilhar experiências.

As cidades planejadas do século XIX pretendiam tanto facilitar a livre circulação das multidões quanto desencorajar os movimentos de grupos organizados. Corpos individuais que transitam pela cidade tornaram-se gradualmente desligados dos lugares em que se movem e das pessoas com quem convivem nesses espaços, desvalorizando-os através da locomoção e perdendo a noção de destino compartilhado (SENNETT, 2003, p.264).

Para Walter Benjamin, as capitais ocidentais do século XIX vivenciaram a transformação de tudo em mercadoria, a própria arte passa a possuir um valor de troca quando o ferro, elemento de sustentação, metamorfoseia-se em elemento artístico com a função de decorar e ao mesmo tempo exaltar a própria sociedade industrial (BENJAMIN, 1998). O espetáculo da modernidade encheu os olhos dos brasileiros, que a tudo observaram extasiados.

Os Champs-Élysées são decorados com belos chafarizes e repuxos, com pavilhões regulares de arquitetura polychroma [sic], ocupados por cafés e restaurantes, com duas grandes rotundas, de igual arquitetura, ocupada uma por panorama, outra por um círculo olímpico. A grande alameda central e as laterais servem ao famoso passeio de Lorgechamps, que tem lugar às quartas, quintas e sextas-feiras da Semana Santa. No Centro esquerdo (lado sul) dos Champs-Élysées acha-se o Palais de L'Indústrié, reservado às exposições permanentes. Forma um retângulo de 231 metros de comprimento sobre 108 de largura. A fachada se compõe, assim, como o palácio todo, de um pavimento térreo e um primeiro e único andar, com cinquenta janelas cada um. Ao centro existe um pavilhão saliente, onde se acha a entrada principal formada de um pórtico de 15 metros de largura sobre 67 de altura. O interior do edifício apresenta uma vasta sala de 192 metros de comprimento, 48 de largura e 30 de altura (ILLUSTRAÇÃO BRASILEIRA, 1876, p.148).

A estrutura monumental representa uma nova era, novo tempo, novas cidades, novos homens, novos costumes citadinos. Se as largas avenidas como as construídas por Haussmann segregaram as populações mais pobres, difícil era o momento de confrontar-se com elas nas cidades visitadas.

Certo é que Berlim é uma grande e bonita cidade; mas em Bruxelas não pude saber onde se metem seus moradores das quinhentas e tantas ruas e quarenta praças, porque a exceção de um arremedo de bulevares de Paris, onde

era o nosso hotel, Saint-Petersbourg Hotel, e onde às horas de passeio via-se gente limpa, não se encontra senão a baixa classe alemã, insuportável pela exalação de seus cachimbos (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.66).

Percebam que a cidade de Bruxelas, apesar de possuir ruas e praças que lembram Paris, perde para a capital francesa pela inexistência do burburinho da multidão nas ruas, o que faz sobrar tempo e espaço para que nosso viajante perceba a existência dos trabalhadores alemães. Os trabalhadores são apresentados como o contraponto à “gente limpa” que deveria ser ali encontrada. Na presença de um grupo com hábitos culturais diferentes daqueles valorizados pelas elites brasileiras, nosso viajante reforça seu sentimento aristocrático e restabelece a fronteira com o objetivo de diferenciar-se deste grupo.

Essa imersão dos brasileiros no cotidiano das cidades européias, as quais tanto ansiavam conhecer, resultou na construção de uma representação da modernidade. Quanto mais freqüentavam os espaços culturais, as ruas, os parques, mais se sentiam capacitados para comparar, elogiar ou criticar. Os olhares apaixonados aos poucos foram ficando cada vez mais críticos, e, assim, em terras distantes como estrangeiros, vivenciaram o cotidiano das cidades européias, resguardando uma distância de segurança suficiente para construir uma imagem do novo e do Velho Mundo. Esta representação pode ser vista como “a presentificação de um ausente, que é dado a ver segundo uma imagem, mental ou material, que se distancia do mimetismo puro e simples e trabalha com uma atribuição de sentido” (PESAVENTO, 1995, p.280). A modernidade européia ganhava um novo sentido em seus relatos. Era um movimento de organização social pautado na vida urbana e na adoção de novos hábitos citadinos demarcadores da civilidade.

Estes viajantes brasileiros realizaram um movimento contínuo de comparação entre o Brasil e a Europa, criando imagens sobre ambos, o país de origem, distante, e sobre o mundo europeu, no qual jamais seriam inseridos totalmente. Ao inventariarem os bens culturais — materiais e imateriais — existentes nas cidades visitadas, elaboram uma representação da urbe em suas dimensões reais e simbólicas, imagem esta compartilhada através das correspondências e dos relatos de viagem. Assim, de meros consumidores das cidades européias, os brasileiros tornam-se seus leitores especiais, tradutores de seus sentidos, símbolos e práticas culturais. Como historiadores, selecionam indícios e vestígios fragmentados da realidade, que vão sendo re-elaborados em sua narrativa e durante sua leitura pelos destinatários no Brasil.

Percebemos que cidades-destino como Londres, Paris, Roma, Bruxelas, Berlim, Praga, Munique, Edimburgo e outras constituíam, no imaginário das elites brasileiras oitocentistas, um paradigma de organização, estilo, técnica, visão de mundo e postura política. Os brasileiros percorreram a Europa mapeando sua modernidade, identificando seus principais personagens, descrevendo suas cidades, compartilhando seus códigos culturais, num encontro cheio de surpresas, confirmações e também decepções. Através de seus relatos podemos perceber a construção de um discurso de modernidade compartilhado e identificado pelas elites brasileiras como o melhor a ser adotado em seu projeto de construção de um país civilizado, fosse ele imperial ou republicano. Ao mesmo tempo é importante observarmos como era reelaborada a imagem do Brasil nos relatos. Passou a existir uma maior condescendência com a jovem pátria, ao mesmo tempo em que se reafirmavam elementos capazes de identificar nossa brasilidade, tais como a alegria, a natureza, e até mesmo uma singular organização e civilidade. É importante ressaltar que o

destino desses brasileiros eram as cidades, o que demonstra uma opção pelo urbano, assim como uma de suas principais formas de produção: a industrialização. Será a partir de como estas cidades foram vistas e quais representações foram elaboradas sobre as mesmas que conseguiremos compreender esta aventura de brasileiros em busca da modernidade européia, realizada apenas por uns e desejada por tantos outros. Começemos por uma das mais importantes cidades capitais do século XIX: Londres.

Ao chegar a Londres, Nogueira da Gama expõe sua primeira impressão sobre a capital inglesa. Como se acontecer a todos que, pela primeira vez, visitam Londres, achei-a triste, não obstante o bulício dos seus doze milhões e trezentos habitantes (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.41 e 42). A cidade se apresentava ao nosso viajante de forma inusitada: triste em meio à multidão. Uma atmosfera esfumaçada nesse labirinto de ruas formadas de paredes monótonas de tijolos enegrecidos, não pode deixar de sentir, como senti, uma desagradável impressão (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.42). Tobias Monteiro igualmente vê Londres encoberta, porém pelo nevoeiro, num clima melancólico caracterizado pela frágil presença do sol. Às cinco horas da tarde, através do céu nevoento de Londres, avistado de longe como uma abóbada de chumbo, surgiu o sol, que durante três dias nos favoreceu com seu fulgor para logo abandonar-nos ontem e hoje (MONTEIRO, 1928^b, p.50).

Já Tavares Bastos e sua esposa dona Mariquinhas demonstraram maior satisfação em sua primeira viagem a Londres, além da vontade de conhecer outras cidades inglesas: (...) temos alguns dias para visitar outras cidades da Inglaterra (...) Mariquinhas tem gostado muito de Londres, e eu não menos. O tempo está excelente e a primavera já se mostra em todas as partes. É uma estação deliciosa (BASTOS, 1977, p.?). Percebemos que o ambiente encontrado pelo publicista alagoano é mais favorável do que o vivenciado pelos nossos outros dois viajantes. A primeira impressão sobre a

cidade parecia, assim, estar diretamente ligada a seu aspecto climático e a existência ou não, naquele momento, de sol, névoa ou densa fumaça. Existiram brasileiros que se viram irremediavelmente seduzidos pela capital inglesa. Vejamos o depoimento de Joaquim Nabuco.

Quando pela primeira vez desembarquei em Folkestone, entrando na Inglaterra, eu tinha passado meses em Paris, tinha atravessado a Itália, de Gênova a Nápoles, tinha parado longamente à margem do lago de Genebra, e não me podia esquecer da suave perspectiva, à beira do Tejo, de Oeiras a Belém, cuja tonalidade doce e risonha nunca outro horizonte me repetiu. Por toda parte eu tinha passado como viajante, demorando-me às vezes o tempo preciso para receber a impressão dos lugares e dos monumentos, o molde tímido da paisagem e das obras de arte, mas desprendido de tudo, na inconstância contínua da imaginação. Quando avistei, porém, da janela do vagão por uma tarde de verão o tapete de relva que cobre o chão limpo e as colinas macias de Kent, e no dia seguinte, partindo no pequeno apartamento que me tinha guardado perto de Grosvenor Gardens, fui descortinando uma a uma a fileira de palácios do West End, atravessando os grandes parques, encontrando em St. James' Street, Pall Mall, Piccadilly, a maré cheia da season, essa multidão aristocrática que a pé, a cavalo, em carruagem descoberta, se dirige duas vezes por dia para o rendez-vous de Hyde Park, e, dias seguidos, penetrei em outras regiões da cidade sem fim, conhecendo a população, a fisionomia inglesa toda, raça, caráter, costumes, maneiras – posso dizer que senti minha imaginação excedida e vencida. A curiosidade de peregrinar estava satisfeita, trocada em desejo de parar ali para sempre (NABUCO, 1999, p.84 e 85).

Joaquim Nabuco fez um relato apaixonado de um viajante que vai descobrindo cada espaço da cidade, mergulhando em suas contradições e dando o tempo suficiente para que seu olhar possa se acostumar à paisagem diversa ali encontrada. Admirou a cidade por suas diferenças do Brasil. Nela vivenciou reconhecidamente sua maior experiência na Europa, tendo amadurecido política e individualmente. Percebeu a cidade como um conjunto de características menos cosmopolitas e muito mais inglesas, em destaque a urbanidade de seu povo e a segurança da cidade. “O que há em Londres como prazer da vida não é arte, é conforto; não é a regra, a medida, o tom das maneiras, é a liberdade, a individualidade; não é a decoração, é o espaço, a solidez” (NABUCO, 1999, p.89). Em Londres, cidade que marcou profundamente sua obra política, Joaquim Nabuco dizia ver transbordar sua mocidade.

Londres não era uma cidade fácil de ser amada, para gostar de conhecê-la era preciso penetrar por sua névoa e ter a coragem de encontrar-se com o surpreendente. Coração da Revolução Industrial, seria representante não apenas da racionalidade capitalista, mas também da degradação por esta provocada. Descrita como “... negra, uma cidade de névoa e fumaça” (VALLES, J. *apud* CHARLOT, M., 1993, p.??), abrigará o estigma das cidades industriais, sombrias colméias onde a alta produtividade também representa maior quantidade de lixo, detritos e fumaça. Cidade que cresceu conforme os postulados das novas ordens políticas e econômicas, cuja base política se apoiava

(...) em três colunas principais: a abolição das guildas, com a criação de um estado de insegurança permanente para as classes trabalhadoras; a implantação do mercado de trabalho aberto e competitivo, bem como a venda igualmente competitiva de mercadorias; e a manutenção de dependências estrangeiras como fonte de matérias-primas, necessárias às novas indústrias, e como mercado aberto para absorver os excedentes da indústria mecanizada. Suas bases econômicas eram a exploração de mina de carvão, a produção imensamente aumentada de ferro e o emprego de uma fonte contínua confiável – ainda que altamente ineficiente – de energia mecânica: a máquina a vapor (MUNFORD, 1998, p.484).

A cidade passa a ser espaço de transformação e expressão do domínio do homem sobre a natureza, mas também o subordinará a imperativos que lhe são exteriores, como a produtividade, a comercialização e a circulação. Instituíram-se relações impessoais típicas de um mercado em expansão, abrigando uma multidão nas ruas das cidades modernas, despojada de sua humanidade. A tríade máquina, cidade e multidão representarão justamente esse novo mundo que atrai e fascina, assim como atemoriza (BRESCIANI, 1984/1985). É essa cidade que os brasileiros observam, uma vez que

A cidade se constituirá no observatório privilegiado da diversidade: ponto estratégico para apreender o sentido das transformações, num primeiro passo, e logo em seguida, à semelhança de um laboratório, para definir estratégias de controle e intervenção (BRESCIANI, 1984/1985, p.39).

Aos poucos a grandiosidade da cidade vai conquistando os brasileiros.

Tudo em Londres tem esse cunho de grandeza, organização e segurança. Falta-lhe por certo aspecto comparável com Paris na área de seus enormes bulevares e das suas longas e largas ruas, traçadas a capricho, desde há quarenta anos. Parece, porém, haver aqui construções monumentais em maior número e até os edifícios antigos, de aparência singela, dão à cidade grave aspecto de solidez, sinal da segurança e do conforto, tão característicos dos ingleses (MONTEIRO, 1928^b, p.52-53).

Segundo Maria Stella Bresciani (1984/1985) é preciso notar que existia uma diferença entre o olhar burguês para suas instituições e os edifícios que construíram para abrigá-las, por exemplo. As primeiras seriam transitórias, mas as edificações procuravam a eternidade. A cidade poderia promover o encontro do passado e do presente, promovendo o que Tobias Monteiro chamou de uma “observação da evolução secular da sociedade” vista da torre de Londres.

Quem visita a torre de Londres, vê passar diante dos olhos a evolução secular de uma sociedade. O castelo que Ricardo, Coração de Leão, isolou por meio de fossos, onde podia lançar a água do Tamisa, encerra os elementos dessa apreciação sintética. Ali estão os cárceres escuros, as abóbadas asfíxiantes, as grandes isoladoras, os instrumentos de suplício, as armas de tantas guerras, os lugares onde dormem para sempre as vítimas da crueldade de tantos reis. Todos aqueles cantos têm a sua história de morte; todas aquelas paredes registram inscrições, feitas por gente que ali passou e ali ficou sepultada. Mas depois de percorrer salas e salas, atravessar pátios e mais pátios, transposto o portão, chegado à rua, aí vê o policeman, ereto, sem arma a encaminhar a multidão de veículos, que para ou se move aos seus acenos, enquanto os transeuntes aproveitam a proteção salutar da ordem pública para marchar com segurança (MONTEIRO, 1928^b, p.145).

Passado e presente conviveriam assim próximos, porém a visão da crueldade do poder dos reis através dos suplícios e armas ganha contornos de barbárie se comparada à civilidade de um policiamento desarmado a comandar uma multidão veloz. A modernidade inauguraria uma sociedade mais pacífica ou os governos haviam encontrado formas mais racionais de proteção social. Aqui o olhar é nitidamente evolucionista. Karl Baedeker tinha uma visão diferente e dava os seguintes conselhos a quem iria visitar Londres por volta de 1894.

Só dirigir-se a um transeunte em caso de absoluta necessidade, e não responder a nenhuma pergunta de algum deles, principalmente em francês, por mais incivil que isso possa parecer, pois tal pergunta é em geral o começo de um roubo ou de uma trapaça. Desconfiar também das mulheres da rua e até das meninas vendedoras de flores ou fósforos (matches), que sabem muito bem como fazer chantagem. Recomendamos ao estrangeiro estar sempre atento, principalmente à sua bolsa e ao seu relógio, pois em Londres formiga de ladrões e escroques incrivelmente hábeis, dos quais os próprios habitantes de Londres só escapam com dificuldade. Essa recomendação deve ser lembrada especialmente ao entrar e sair dos trens e ônibus e em todos os lugares em que houver multidão. A propósito, notaremos que é costume, para os pedestres, conservar a direita nas ruas movimentadas, mas as viaturas vão à esquerda. Evitar também, à noite, os bairros pobres e as ruas afastadas (*Apud* CHARLOT, M., 1993, p.36).

Apesar de ostentar a opulência material paradigmática para o capitalismo em ascensão na época, Londres assistiu também ao crescimento de uma das suas maiores conseqüências: a degradação humana. Hospedava grande número de fábricas que se faziam próximas à força de trabalho que se acotovelava em condições extremamente precárias de vida. O processo de renovação urbana, ampliando os espaços de circulação com a construção de veias e artérias para melhor locomoção, contribuiu para expulsar os pobres das áreas mais valorizadas, como, por exemplo, o centro administrativo (SENNETT, 2003). Misturavam-se na multidão os desempregados ocasionais e os marginais, situação que se agravava ainda mais com o aumento do desemprego, já que as pessoas se dirigiam para as cidades em busca de maiores oportunidades. Aos poucos se iniciava, conforme Engels, uma guerra de todos contra todos.

E mesmo sabendo que este isolamento do indivíduo, este egoísmo tacanho são em toda parte o princípio fundamental da sociedade atual, em parte alguma eles se manifestam com uma independência e segurança tão

totais como aqui, precisamente na multidão da grande cidade. A desagregação da humanidade em mônadas, onde cada um possui um princípio e uma finalidade de vida particular, esta atomização do mundo, foi aqui levada ao extremo. Resulta disso que a guerra social, a guerra de todos contra todos, aqui está abertamente declarada (Engels *apud* BRESCIANI, 1994, p.24).

Mas as ruas de Londres não viviam os tumultos populares tão comuns em Paris. A transformação ali promovida estabeleceu uma ligação direta entre o crescimento urbano e o consumo de bens. Destacou-se na cidade a oferta de serviços, e também a de uma multidão de estrangeiros, em sua maioria jovens, que para lá se dirigiam em busca de novas experiências. É justamente nessa cidade que se exercitará com maior vigor o individualismo típico do homem moderno. Segundo Sennett:

as cidades planejadas do século XIX pretendiam tanto facilitar a livre circulação das multidões quanto desencorajar os movimentos de grupos organizados. Corpos individuais que transitam pela cidade tornam-se gradualmente desligados dos lugares em que se movem e das pessoas com quem convivem nesses espaços, desvalorizando-os através da locomoção e perdendo a noção de destino compartilhado (SENNETT, 2003, p.264).

Foi em cidades modernas como Londres que, segundo George Simmel, surgiu um tipo social determinado: o “morador da metrópole”. Segundo ele, este indivíduo vivenciaria a velocidade da vida moderna presente nas relações sociais, na industrialização, na monetarização e nas relações de trabalho, intensificando com isso também sua vida nervosa. O indivíduo se comporia por novas sensibilidades, ou a falta de outras, na qual prevaleceria a subjetividade, a consciência elevada de sua inteligência, a racionalização do tempo, a exclusão dos impulsos emocionais e ainda a impessoalidade e a individualização. Para sobreviver à multiplicidade de estímulos advindos da maior velocidade e das inúmeras fontes de informação, o homem metropolitano criaria estratégias para preservar sua vida subjetiva e com isso sobreviver na cidade. Após inúmeros estímulos nervosos, sem reserva de forças, este homem urbano não mais reage a novos estímulos, passa a não senti-los, atuando com indiferença, uma “atitude blasé” como bem caracterizou Simmel. O encontro com o outro passaria pela ambigüidade da curiosidade e da repulsa, mas preservaria a necessidade de uma reserva mantenedora de certo conforto ao indivíduo. Prevalecia a

defesa da privacidade do indivíduo, “o silêncio passou a resguardar a privacidade. Mesmo nas ruas os transeuntes tornaram-se ciosos do direito de não sofrer a interpelação de estranhos; a conversa de um desconhecido foi encarada como uma violação” (SENNETT, 2003, p.277). Tais atitudes estavam presentes nos relatos de estrangeiros em Londres. Como na irritação de Jules Valles:

Ouvem-se o ranger de rodas, relinchar os cavalos. Mas não se ouve a fala dos homens; nem a fala, nem o riso! (...) Eles vão e vêm como pistões de máquinas, eles passam como correias misturam-se, como trens, eles se cruzam. Não dizem mais que uma palavra: “Bela manhã ... Dia Feio”, segundo o tempo esteja bom ou mau (VALLES *apud* CHARLOT, M., 1993, p.41).

Mas Londres era, antes de tudo, uma das cidades capitais da modernidade oitocentista. Nela instaurara-se, como em outras cidades ocidentais, a revolução urbana, cujo objetivo foi transformá-las para atender as necessidades e os serviços básicos dos novos Estados-Nação. A renovação urbana que se instaurou, além de ampliar a circulação e locais de comercialização, protegeu parques cujo objetivo era oxigenar a cidade doente (MACHADO, 1978), tornando-se os mesmos espaços ótimos de sociabilidade, espaços especiais da observação de nossos viajantes. Tobias Monteiro se encantou pelo Regent’Park, em cujo interior nem se lembrava que a grande cidade estava a seu redor.

A enorme extensão desse parque; seus vastos gramados; seus lagos semeados de botes, cheios de remadores vigorosos; a gente deitada à sombra das árvores; os bandos de crianças volteando em brinquedos diferentes; os pequenos botequins instalados no meio da verdura; tudo isso dava a impressão reparadora do campo. E como esse, e maiores que esse, Londres tem Kew-Gardens, Hampton Court, Kensington –Gardens, o Green e Saint James, o Battersea e outros (MONTEIRO, 1928^b, p73).

Nosso viajante ficou encantado com a alta frequência da população a estes parques, como verificou acontecer em outros países da Europa. Os parques públicos foram tomados como lugares de atividades ao ar livre, uma medida importante para a higiene e saúde do corpo. “No parque hoje estavam milhares de meninos, e era uma

cena curiosa vê-los brincar; é incalculavelmente boa a influência destes parques na saúde e energia da população de Londres” (MAGALHÃES, 1998, p.75). É importante lembrar que o discurso médico-higienista já se havia introjetado no discurso político brasileiro da segunda metade do século XIX, sob a ótica da defesa da ordem e da civilização, processo que levou o Estado a medicalizar suas ações políticas, reconhecendo a importância das ações médicas no controle das doenças, do corpo e da ordem (COSTA, 1989).

O diagnóstico da saúde pública, assim como as políticas e táticas higienistas serão, com certeza, objeto privilegiado de observação de nossos viajantes durante suas peregrinações pela Europa. Estes mesmos brasileiros que provinham do Rio de Janeiro, cidade onde prevalecia a insalubridade das ruas; calçamentos de péssima qualidade; o despejo do lixo e dos outros dejetos se fazia diretamente no mar pelo trabalho dos escravos chamados “tigres”; e a forte presença de negros e da baixa população perambulando por toda parte assustava moradores e visitantes (MAURO, 1991). Mas se o discurso higienista não sensibilizasse, Tobias Monteiro usava de outros argumentos:

Se a natureza cansou-nos com sua exuberância; se a nossa vida de arrabalde deu a muitos dentre nós um canto de chácara ou de jardim sombrio; se os nossos parques já não nos interessam, façamos da preferência por eles, se não uma escolha de higiene, ao menos uma regra do bom tom. Nas manhãs de estio, ao cair das tardes de sol, tudo ali é mais aprazível que na rua do Ouvidor. Se não é possível a circulação de carruagens no Campo, será fácil iniciar a boa prática pelos giros a pé no passeio, onde, como ainda no Campo, nos Jardins Botânico e Zoológico, também a grande massa do povo não sabe aos domingos levar as crianças, a semana inteira guardadas em aposentos às vezes insalubres (MONTEIRO, 1928^b, p.70-71).

O discurso da elegância poderia surtir melhor e mais rápido efeito entre os brasileiros, principalmente junto àqueles cujos costumes europeus serviam de parâmetros para sua conduta. Os passeios nos parques fariam parte dos gestos cotidianos da população londrina, elegante e civilizada, com a qual os brasileiros tanto ansiavam aprender. Em poucos momentos eles descreveram com tal riqueza de

detalhes a população européia. Os passeios aos parques, hábito nas cidades mais elegantes do Velho Continente, possibilitavam uma sociabilidade com a qual homens e mulheres se encontravam e se comunicavam em atitudes inovadoras e características de uma civilidade moderna que se construía ainda estranha aos brasileiros. Ali se vivenciava a modernidade nos gestos, no luxo, na moda e nas novas condutas cidadinas.

A pé e em poucos carros (sendo proibida, em qualquer dia, a entrada dos que têm número de praça), muita gente passeia em caminhos escolhidos, marginados de filas de cadeiras, pagas a um penny, onde se assentam mulheres, muitas dentre as quais poderiam figurar em concursos de beleza. E a secundá-las, na exibição de uma raça bela e vicejante, destacam-se os homens, vestidos com elegância que apenas se pode imitar, e revelando no enfeite variado das lapelas o amor das flores (MONTEIRO, 1928^b, p.69).

Um hábito londrino que chamou bastante a atenção dos brasileiros foi o passeio no campo aos domingo. Vamos agora mesmo a um passeio de campo, em Richmond, é domingo, e Londres é tristíssima em tal dia (BASTOS, 1977, p.138). Os viajantes brasileiros, apesar de buscarem ser confundidos com os moradores das cidades que visitavam, possuíam tempo diferente destes, ansiavam visualizar o tempo do trabalho de ruas cheias e com velocidade dos veículos, e não a tranqüilidade morna dos domingos. Por isso se decepcionavam um pouco com o esvaziamento da cidade, que ganhava uma rotina bucólica, muito mais calma do que aquela encontrada nos dias comuns.

Ao sábado, às duas horas, o mundo dos altos negócios paralisa-se; as casas mais importantes fecham; o movimento de gente acelera-se. Parece que a cidade se despovoa; as estradas de ferro, os ônibus, os mail coaches deslocam a população para o campo, de onde só se volta segunda-feira de manhã ou domingo à noite. A despeito desse vai-vem incessante, não há atropelos. Os policemen, com um simples gesto, regulam a ordem nas ruas. Se num momento dado todos eles levantassem a mão, fazendo sinal de esperar, parariam de súbito milhares e milhares de veículos que rodam sobre as ruas de Londres (MONTEIRO, 1928^b, p.68).

No domingo, quando teatros fechavam as portas e restaurantes limitavam horários de atendimento, tudo ganhava um novo ritmo. Um movimento que foi transformado com o aumento do turismo de massa e com a transformação da cidade de Londres em destino turístico. Mas os atrativos já estavam lá, eram em sua maioria históricos e culturais, e imprescindíveis ao roteiro turístico de Londres. O Visconde Nogueira da Gama, em retorno à cidade, não deixa de visitar o que chama de “curiosidades de Londres”, destacando o palácio de Cristal, a câmara dos *lords* e dos representantes e a torre de Londres. Tobias Monteiro acompanhará o presidente eleito do Brasil, Campos Salles, a uma visita à Galeria Nacional de Pintura, onde puderam observar quadros de nomes como Ticiano, Raphael, Rubens, Van Dick, Rembrandt, Velásquez e outros, uma oportunidade antes só alcançada por quem ousasse realizar a viagem transoceânica.

Mas se Londres poderia abrigar tantas informações históricas e novos códigos de vida urbana, seria uma outra cidade européia aquela que canalizaria todos os olhares e corações dos brasileiros em viagem a Europa na segunda metade do século XIX: Paris. A capital dos franceses foi o destino preferencial de todos e muitos a escolheram para fixar residência: uma vez em Paris, o resto do mundo estaria muito mais acessível.

Se a Europa foi o principal destino escolhido pelos brasileiros para adquirir ou compartilhar os novos códigos civilizadores, Paris se tornaria a personificação da modernidade oitocentista, portanto, palco perfeito e predileto para a grande aventura das elites brasileiras. Sendo a capital francesa:

Apesar de todas as suas desgraças, de todas as ruínas acumuladas, menos pelo inimigo que pelas desvairadas mãos de seus próprios filhos, a cidade de Paris merece sempre a mesma admiração, ocupa sem contestação o lugar de honra entre as grandes aglomerações humanas. Podem outras cidades, como Londres, Pequim, Yedo, excedê-la em número de habitantes, porém Paris fica sendo capital do mundo intelectual, artístico e civilizado (ILLUSTRAÇÃO BRASILEIRA, 1876, p.47).

Assim como Paris havia superado a desordem dos movimentos de participação popular herdeiros da Revolução de 1789, também os brasileiros procuravam novos

tempos, nos quais prevalecesse a ordem. A “ordem da casa, a ordem da rua e a ordem do governo” eram os objetivos principais das elites imperiais, definidoras de um modelo de nação que mantivesse o *status quo* de seus membros e se moldasse pelo paradigma das cidades européias. (MATTOS, 1994). O espetáculo da novidade buscado pelos viajantes brasileiros apresentava-se como um desejo de construir um novo mundo sobre as ruínas do antigo, todavia — como na Paris de Haussmann — num exercício maior de imbricamento do passado e do presente do que de ruptura (BENJAMIN, 1989). É importante destacar que por mais que cidades capitais oitocentistas sejam vistas como criações de uma burguesia a erigir seu domínio sob as ruínas do mundo aristocrático, as elites brasileiras — em sua maioria herdeiras da estrutura social aristocrática e coerentes com o “sentimento aristocrático” — as admiravam pelo sentido hierárquico que reformas urbanísticas estabeleceram, uma vez que distinguiram o lugar de cada grupo social e ao mesmo tempo garantiam os privilégios de sempre.

Os viajantes brasileiros estavam ansiosos por ver Paris. Foi assim que, mesmo chegando tarde da noite à cidade, Tobias Monteiro arriscou-se a fazer uma pequena expedição de reconhecimento.

Da estação até o hotel, vizinho aos grandes bulevares, fiz pequeno trajeto em carruagem; mas antes de dormir quis ver Paris no centro do seu luxo e da sua grandeza; envolver-me, àquela hora, no meio da multidão que passava, de volta ou em busca de prazeres. Chegado à Praça da Ópera, parecia-me ver pulsar à noite o coração da cidade (MONTEIRO, 1928^b, p.26).

Em 1898, a cidade se apresentava deslumbrantemente na penumbra da noite, ora se exibindo, ora se ocultando aos viajantes ansiosos por reconhecer os lugares já amplamente conhecidos em seu imaginário. Paris já era um mito para aqueles que chegavam, cenário comum a muitas histórias e muitos romances, além de palco de manifestações políticas importantes e sempre presentes como referencial para o imaginário político, social e cultural destes brasileiros. Era em seus limites que se desenvolvia o teatro da modernidade, sendo a cidade a imagem mais conhecida e representativa do mundo da técnica, da organização urbanística e das transformações

promovidas pelo capitalismo. Capital da modernidade, convidava a todos que a visitavam a desvelá-la através do olhar revelador de suas exuberâncias. Por tudo isso é compreensível a euforia e a ansiedade de Tobias Monteiro, que não quis esperar nem só mais um minuto. Ao chegar ao hotel procurou rapidamente conhecer a cidade de seus sonhos.

A cidade havia se transformado muito. Paris até o início do século XIX não possuía uma arquitetura que pudesse colocá-la num lugar a frente das outras cidades. Relatos históricos e literários contam de uma profusão de becos insalubres e uma população mendicante a se aglomerar pelas esquinas. Vejamos sua situação em 1849:

um amontoado de casas desalinhas encimado por um céu sempre nebuloso, mesmo nos dias mais belos. Somos tomados de um medo súbito, hesitamos em penetrar nesta vasto Dédalo onde já se acotovelam mais de um milhão de homens, onde o ar viciado de exalações insalubres eleva-se, formando uma nuvem infecta que basta para obscurecer o sol quase por completo. A maioria das ruas desta maravilhosa Paris são na verdade tão-somente condutos sujos e sempre úmidos de água pestilenta. Fechadas entre duas fileiras de casas, o sol jamais desce até elas. Uma multidão pálida e doentia transita continuamente por elas, os pés nas águas que escorrem, o nariz no ar infecto e os olhos atingidos a cada esquina pela mais repulsiva sujeira. Nessas ruas moram os trabalhadores mais abastados. Também existem ruelas que não permitem a passagem de dois homens juntos, verdadeiras cloacas de imundícies e de lama onde uma população enfraquecida respira cotidianamente a morte. São elas as ruas ainda intactas da antiga Paris. A cólera flagelou-as bastante em sua passagem... (CHEVALIER *apud* BRESCIANI, 1994, p.75 e 76).

Passaram-se quarenta e nove anos, e em 1898 Tobias Monteiro percorreria a cidade de Paris, encontrando ali uma outra realidade:

Ontem, meu primeiro dia findou sob a impressão dos Campos Elíseos e do bosque de Boulogne. Não há no mundo trecho urbano comparável a essa avenida de quase dois quilômetros que começa numa praça sem igual e vai terminar numa pequena eminência, no meio do qual se levanta o mais imponente dos arcos. Rodam por ali, todas as tardes, milhares e milhares de veículos desde o fiacre de praça, as elegantes bicicletas e os pesados automóveis, até as ricas carruagens de luxo abertas como enormes cestas de flores, opulentas de viço, de cores, de perfumes. O bosque está adiante, além do decantado Arco do Triunfo erguido por Napoleão em memória da batalha de Austerlitz; lá vai chegar, de lá está voltando todo esse mundo que não cessa de passar diante do espectador, assentado de um e outro lado, à sombra do

arvoredo; lá a onda se espraia, derrama-se nas avenidas, alastra-se nas ruas, penetra nos caminhos (MONTEIRO, 1928^b, p.27).

O que separava a degradada Paris de 1849 da majestosa e moderna cidade de 1898? Um projeto urbanístico paradigmático para a sociedade ocidental, que, sob comando do imperador Napoleão III e do prefeito do departamento do Sena, barão Georges Eugène Haussmann, construíra das ruínas da velha capital francesa não apenas uma nova cidade, mas a capital da modernidade oitocentista. A haussmanização, como ficou conhecido o projeto de urbanização parisiense, tinha como principal objetivo edificar uma cidade inaugural, mas também estratégica. Por isso, foram construídas largas avenidas como a Champs Elysées, possibilitando não apenas o maior fluxo de homens, transportes e mercadorias, como também preservando a ordem, ao dificultar a organização de barricadas e facilitar a chegada do exército (BRESCIANI, 1994).

Os espaços de intervenção mais intensa foram completamente destruídos e reconstruídos dentro da nova visão do espaço urbano, privilegiando as ruas e homogeneizando a arquitetura. Ao mesmo tempo, toda a malha viária da cidade foi modificada por um plano composto por três redes: a primeira como artérias voltadas para destacar os monumentos; uma segunda veia voltada para a organização comercial e, conseqüentemente, levando ao afastamento dos mais pobres do centro; e, por fim, uma terceira, formada por veias e artérias cujo objetivo era facilitar a circulação de veículos e mercadorias (SENNETT, 2003). A nova paisagem urbana foi criteriosamente escolhida para construir um novo significado, em que cada peça ganhava em significância e funcionalidade para o conjunto da cidade. Nesse sentido, é bom destacar que Haussmann definiu Paris como centro da história universal, portanto os monumentos em destaque foram justamente aqueles que compunham uma narrativa histórica apoteótica da história francesa e europeia. A cidade que trazia um conjunto de novidades técnicas, como o uso do ferro em suas edificações, também se constituía numa obra de narrativa histórica.⁹ Nossos viajantes

⁹ Baseado em aula proferida pela professora Regina Helena em 18/09/2003.

identificavam com facilidade esse roteiro histórico, procurando sempre demonstrar a bagagem cultural que possuíam. Sinônimo de civilidade e, portanto, distinção.

A Paris procurada pelos viajantes brasileiros era também repleta de surpresas. Dela buscavam todas as novidades da transformação capitalista cuja grande virtude estaria no centro do discurso do progresso e da civilização. Os brasileiros almejavam participar da comunidade de sentidos que definia dentro da cidade cosmopolita os cidadãos — leia-se “civilizados” — através de uma série de elementos gestuais e condutas. Para tanto, era necessário andar pela cidade e aprender com seus tipos urbanos, mas, antes, era necessário se adaptar a esta nova realidade.

Habituaço à tranqüilidade quase provinciana da sua capital, sente-se despertado por solicitações tão diversas, que logo é presa de excitação nervosa. O movimento incessante de povo nos bulevares, o ruído constante de milhares e milhares de veículos rondando em todas as direções, e à noite a profusão de luzes multicores nas ruas; tudo isso atrai a atenção a cada instante, até com sobressaltos; por fim fadiga e extenua. Sê depois de algum tempo de permanência, o espírito se acalma e pode concentrar-se no exame das coisas (MONTEIRO, 1928^b, p.29-30).

Num primeiro momento os brasileiros se sentiam tontos, só os já iniciados, como Campos Salles, por já conhecerem a cidade, não sofriam seu impacto. Cabia aos novatos aproveitarem todas as oportunidades uma vez que há tempo para tudo quanto se tem tão boas gambiás como as minhas, quando se encontram fiacres por toda parte, e quando há sol, tudo das 3 horas da manhã até às 9 ½ da noite (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.35). Para a adaptação, nada melhor que visitar os lugares que tanto se desejava conhecer. Lugares como o palácio de Versalhes exigiam mais que um dia de visita. Nogueira da Gama acabou por buscar em seu roteiro um dia para visitar “as grandes águas” e outro para explorar o museu e o palácio. Mas havia outros lugares a serem conhecidos em Paris.

Tavares Bastos, que fazia tratamento de saúde na cidade, deixa entrever alguns dos hábitos dos brasileiros em Paris. Assim que chegavam, contratavam uma

professora de línguas e piano. Estabelecia-se uma rotina de aprendizado quando em viagem e se fixavam por mais tempo em um determinado destino. O deputado alagoano, assim como sua esposa e filha, aproveitava a oportunidade para dar andamento a suas lições, com a comodidade de possuírem mestres nativos e das visitas aos museus e exposições, o que, além do aprendizado, garantia uma legitimidade ao aprendizado; distinção, portanto.

A educação foi sem dúvida um dos objetos de reflexão do deputado Tavares Bastos durante sua estadia em Paris. Visitou estabelecimentos públicos e particulares de ensino e procurou fazer um raio-x do ensino na Europa, numa clara alusão a um aprendizado cujo objetivo era refletir sobre a realidade brasileira.

(...) aqui estou vendo como se ensina bem e depressa na Europa, graças aos mais aperfeiçoados métodos e à aptidão dos mestres e mestras. Principei a vista de Paris pelos asilos de crianças de 3 a 6 anos, e espero chegar até aos liceus do Estado se o inverno não me impelir para a Itália. São verdadeiros passeios, na companhia de dois homens ilustrados, um dos quais eu aqui conhecera da outra vez, e que me têm ajudado com uma bondade acima de todo reconhecimento. Hei de retirar dessas visitas uma vantagem real para o nosso país, cuja triste sorte merece que não seja só comentada, mas melhorada por quem puder e nas forças de cada um. Esse trabalho não me fatiga, posto que às vezes tome o dia inteiro, como ontem, e distrai-me, impedindo que me encerre no Gabinete (BASTOS, 1977, p.155).

Mas tantas atividades não eram propriamente baratas numa cidade como Paris. Os brasileiros, mesmo precavidos, reclamavam do alto custo que significa estar no coração da modernidade. Por causa da exposição, está tudo aqui caríssimo, e por isso custa o nosso aposento mil francos por mês (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.33).¹⁰ A viagem, no entanto, tinha também seus sacrifícios, o principal deles era ligado à alimentação. Paris já era renomada por sua gastronomia, porém freqüentar seus restaurantes não se constituía em rotina para os brasileiros. Ouçamos o depoimento

¹⁰ A exposição a que se refere é a Exposição Universal de Paris realizada em 1855 e que possuía como característica ser uma feira da indústria, exibindo maquinário e produtos dos países industrializados. Estas feiras se tornaram grandes eventos e foram realizados em várias cidades epicentros da modernidade, como Londres, Paris, Chicago etc. Para ver mais sobre o tema verifique: HARDMAN, 1988; PESAVENTO, 1997 e PLUM, 1979.

de Nogueira da Gama. Ordinariamente comemos em casa, e de quando em vez em algum dos afamados restaurantes de Paris, onde, em abono da verdade, força é confessar que paga-se muito e come-se pouco; mas que quer? Varietas delectat (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.34). Tudo se complicava quando o tempo de permanência era maior e assim se fazia necessário alugar um imóvel.

Nossas despesas regulam pelo que eu orçara. Ainda mesmo em Paris, em apartamento caríssimo (670 francos mensais), no melhor bairro da cidade, junto ao Arco da Estrela (moramos com efeito à Avenue Friedland, 23, todavia desejo que as cartas me sejam remetidas para a mesma casa do correspondente, à r. do Paradis – Poissonnière, 50.), a vida é menos custosa que no Rio de Janeiro! Em breve as árvores começarão a brotar, e os Campos Elíseos e o Bois de Boulogne, que ficam a dois passos, nos oferecerão os mais belos passeios do mundo (BASTOS, 1977, p.167 e 168).

Estar no coração do chamado “mundo civilizado” sentindo-se parte dele dissipava a preocupação com os gastos. Todavia, para alguém em tratamento de saúde, como era o caso de Tavares Bastos e esposa, D. Mariquinhas, uma outra barreira aparecia quase como intransponível: o clima. Continuamos a gozar boa saúde, posto que o frio aumente diariamente e haja caído bastante neve aqui mesmo. Provavelmente, depois do Natal, partiremos para Nice ou Cannes, onde passaremos o mês de janeiro, que promete ser frio (BASTOS, 1977, p.158). A migração para regiões mais quentes era uma saída para fugir aos sofrimentos provenientes das baixas temperaturas, mas, muitas vezes, não havia saída; nestes casos enfrentava-se o mau tempo. O rigor da estação, obrigando-nos a ficar em casa todas as noites, nos permite seguir regularmente as lições que começamos (BASTOS, 1977, p.158). Abandonavam as rotinas de visitas a museus, exposições, teatros, reuniões sociais e permaneciam todos em casa protegidos do frio. Este sem dúvida era o momento de maior provação para estes brasileiros que vinham de um clima tropical em que

o inverno era tratado como uma estação de prazer, principalmente para aqueles que, durante o verão, fugiam do Rio de Janeiro para Petrópolis, devido à profusão de febres que assolavam a cidade.

Poucos são os relatos masculinos que mencionam a convivência de brasileiros em Paris. Tavares Bastos menciona um jantar com outros quatro viajantes em que passaram recordando com viva saudade a nossa festa de família. E nós tão longe (BASTOS, 1977, p.160). Já Nogueira da Gama menciona que a maioria provinha do norte do Brasil e parecia bastante fácil localizá-los, pois para encontrá-los sempre em grupos basta um passeio pelos boulevards, Campos Elíseos e Palais Royal (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.39). Aqui percebemos que a presença de brasileiros em Paris era significativa, mas, por outro lado, o objetivo destes de serem confundidos com os cidadãos parisienses não se consumava, uma vez que eram facilmente identificados por outros viajantes.

A metrópole do século XIX serviu a nossos viajantes como espaço de repouso e aprendizado. Nela consumiu-se o progresso ora como espetáculo, ora como estratégia de ação a ser aprendida. Mas o principal gosto por Paris parecia o exercício simples de ver aquilo que sempre se soube existir. Testemunhar as paisagens parisienses, repletas de monumentos e cenários literários parece ter sido a principal atividade de nossos viajantes, para isso havia uma adaptação aos horários da cidade com mudança de hábitos. Nogueira da Gama, por exemplo, no intuito de tudo ver, inicialmente acordava bem cedo e percorria as ruas de Paris até a noite. Aos poucos sua rotina se transforma conforme vai conhecendo melhor a cidade: (...) agora é que eu começava de entrar na vida de Paris, e a tomar-lhe

gosto, deitando-me, as mais das vezes, ao amanhecer (amanhece 3 1/2), e levantando-me entre 10 e 11 (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.43). A cada passo a felicidade do reconhecimento daquilo que vê e já sabia existir, principalmente por imagens literárias. Nogueira da Gama buscou o cenário tenebroso chegando a imaginar um encontro com o corcunda na catedral de Notre Dame. Também deslizou o olhar sobre o submundo da Paris de Eugène Sue.

D'ali penetrei a vista por todos aqueles becos sombrios e tortuosos, compreendidos na ilha, onde existem a magnífica Basílica e o Palácio da Justiça, e que é o mais antigo bairro d'esta cidade denominado Cité, de que tanto fala Eugène Sue nos seus "Mistérios de Paris". Percorri-os depois, um por um, até encontrar o n. 3 da rua das Favas, rue aux Fèves, e outros em que se passaram, segundo a fertilíssima imaginação do autor, as cenas do Rodolpho, da Gueladeira, do Churinaça, do Lobisomem, da Coruja, do Mestre-Escola, do Cambeta 8 (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.35).

Como um *flâneur*, nossos viajantes exercitaram o olhar na tarefa de olhar bem a capital francesa, a sede da modernidade, a cidade de seus sonhos. E, ao se despedirem da mesma, ficava claro que conhecê-la era uma experiência capaz de transformar os indivíduos e impulsioná-los a novos desafios, distinguindo-os de outros homens de seu mesmo grupo social que não a conheciam, por isso tanta gente sonha ainda em contemplar a beleza desse quadro (MONTEIRO, 1928^b, p.28). Ficaram impressões sobre uma cidade da qual ninguém sairia imune, mas sim transformado.

Muito tenho a dizer-lhe; mas estou estafadíssimo, a tarde está linda e os boulevards convidam a um passeio; para eles deita a janela, junto da qual tenho estado desde que amanheceu, a escrever esta longa carta, parando apenas uma vez para almoçar, e, de quando em vez, para estender o pescoço e expiar por uma fresta a tafularia que por aí vai. E ainda há aí quem mande seus filhos, entregues a si, ou a um correspondente, para se educarem em Paris! É

por isso que, com raríssimas exceções, vão daqui bem educados... (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.47-48).

Outros lugares também seriam percorridos por nossos viajantes. Caminhos subjetivos que estavam ligados as suas necessidades ou mesmo ao desejo de conhecer.

Outros caminhos da modernidade europeia

Os brasileiros em viagem a Europa na segunda metade do século XIX construíram um roteiro diversificado para além das cidades de Londres e Paris. Os outros destinos atendiam a demandas diferentes, tais como observar o processo industrial europeu, encontrar um tratamento inovador para a saúde comprometida, conhecer maravilhas históricas ou reviver cenários literários. Mas suas narrativas demonstravam manter um olhar ainda focado nos hábitos citadinos, nos símbolos da modernidade, na cultura europeia. Algumas escolhas de percurso coincidiram e outras foram bastante singulares. Vejamos alguns dos lugares mais expressivos visitados por Nogueira da Gama, Tavares Bastos e Tobias Monteiro.

Bruxelas foi considerada uma bela cidade por Nogueira da Gama, que, todavia, sentia falta na capital belga da multidão existente em Paris. No entanto, destaca que grandes obras urbanísticas se realizavam para dar a Bruxelas o aspecto de uma cidade moderna. Constava ela de (...) ruas bem largas; bons edifícios, bonitos jardins, e passeios públicos (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.49), todos os elementos já encontrados tanto em

Londres quanto Paris, o que explica o destaque dado também ao jardim zoológico, ao jardim botânico e às bibliotecas.

Na Alemanha nosso viajante destaca Hamburgo por sua importância comercial. A existência de uma ampla rede de estradas de ferro era motivo para especulação sobre as vantagens da adoção no Brasil deste tipo de transporte. De novo, o olhar é o de quem aprende e assim repensa sua própria realidade.

(...) é preciso ver os prodígios que as estradas de ferro têm realizado n'esses países, sem exceção dos pontos menos favorecidos pela natureza, para calcular-se as vantagens que d'elas resultariam ao Brasil. Nem por aqui admitem que seja civilizado um país que ainda não tem estradas de ferro e, sobretudo, que ainda tem escravos (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.54).

Para o autor, a inexistência de estradas de ferro e a manutenção da escravidão constituíam dois bons exemplos do atraso brasileiro. Estradas de ferro cuja força e velocidade se tornaram não apenas uma das inovações da industrialização, mas um dos principais símbolos da modernidade.

Berlim também foi considerada uma bela cidade. Na Alemanha visitou Munique, passando rápido pela igreja de S. Bonifácio, o palácio da residência do rei, a real biblioteca, a pinacoteca, a cybotheca e a nova pinacoteca. Já Veneza foi considerada um lugar de pessoas felizes. Ainda que o período de permanência nas cidades tenha sido curto, era o suficiente para provocar opiniões sobre as mesmas, pois a memória sobre a viagem se dava durante o percurso. É interessante pensarmos que esses viajantes faziam questão de se diferenciar dos turistas por serem a viagem destes últimos caracterizada pela

superficialidade, pela falta de tempo e de atenção. O olhar guiado do turista, principalmente daquele que viajava em grupo, se diferenciava, assim, do do viajante, cuja singularidade das ações e impressões seria uma marca (PIMENTEL, 1998). Todavia, o desejo de tudo ver muitas vezes resultava em estadias rápidas, um pernoite ou mesmo horas, cujas observações também se apresentariam superficiais pela impossibilidade de conhecer a rotina dos lugares visitados. Continuemos seu roteiro.

Em Trieste, Nogueira da Gama se deparou com uma epidemia de cólera que matava por dia cerca de 50 a 60 moradores, assustando a todos que passassem ou retornassem por ali. Informações sobre o número de mortos foram censuradas para evitar um pânico generalizado. n'aqueles últimos dias, avultara tanto o rol dos que se passavam d'esta para melhor vida que, por ordem da competente autoridade, cessaria a sua publicação para não aterrar o público (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.71). O *cholera-morbus*, segundo este viajante, estava presente em várias cidades européias, obrigando a adoção de medidas duras em suas fronteiras. A dramaticidade da situação expõe-se quando o viajante visita Marselha:

Durante os dias da nossa estada ali, presenciamos o embarque de milhares de soldados franceses para a Criméia e o desembarque de um grande número de outros, atacados do cholera, e feridos, que de lá voltavam, e não se podia deixar de sentir uma dolorosa emoção, vendo-se as ambulâncias que os conduziam nos ombros dos seus camaradas cruzarem-se com os que marchavam a substituí-los, cheios de vida e de entusiasmo (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p71).

Em Trieste, Marselha e Gênova nosso viajante encontrou-se com uma outra Europa, nem elegante, nem asséptica, nem produtiva, nem salubre. As cidades perderam assim seus

atrativos, e, seja pelo medo da exposição à cólera, seja pelas tristes cenas testemunhadas, o desejo é de seguir em frente rumo à Itália de Roma e Nápoles.

A chegada à Itália se deu por Nápoles, único local em que, durante toda sua narrativa, o viajante informa sobre os documentos necessários a viagem. Não obstante ter eu tido a cautela de fazer visar meu passaporte pela Nunciatura Apostólica em Paris, só depois das 11 horas, me veio a licença da polícia para podermos desembarcar (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.77). Reclama, principalmente, da dificuldade de se entrar em Estados da Igreja, para o que era preciso paciência.

Após 4 horas e meia, Nogueira da Gama se orgulha de chegar à “cidade eterna” via Porta Cavallagieri. Ali a história se faz ainda mais presente. Seus estudos sobre a antiguidade transbordam numa erudição que lhe permite ir identificando todo o trajeto.

Passamos a praça de S. Pedro, contemplando de relance a soberba colunada que a circula e o grande templo da Cristandade; atravessamos o Tibre pela ponte de Santo Ângelo, antigamente “pons elius”, junto ao castelo do mesmo nome edificado sobre o mausoléu de Adriano, e internamo-nos pelas ruas estreitas da outrora capital do mundo, e dos meus sonhos de imaginar (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.78).

A formação histórica dos brasileiros, calcada na História Geral e prestigiando a História das Civilizações Clássicas, é reverenciada aqui. E mais, ela possibilitava aproveitar cada momento da viagem reconhecendo o já conhecido, mas ao mesmo tempo referendando o sujeito dotado deste conhecimento. A Europa não lhes parece um território estranho e sim um espaço de onde estavam afastados, exilados na América, e para o qual retornavam como um “filho pródigo” a reencontrar sua terra perdida. Essa atitude era fundamental para

diferenciá-los dos turistas que por ali já circulavam e necessitavam da presença de um guia ou cicerone. Nogueira da Gama nos conta um pouco da tensão existente entre os viajantes e o cicerone.

Foi aí que, exausta a paciência do meu companheiro, aliás pachorrento e bondoso, voltou-se colérico para o cicerone que, sem cessar, nos perturbava, no meio de nossas recordações históricas, com o galrejar costumeiro dos do seu ofício, e braçou-lhe com sua voz de baixo profundo, e em italiano, para que o pobre homem, que mal papagaiava em francês, melhor o entendesse na própria língua:

“Cale-se com mil demônios, e limite-se, uma vez por todas, a mostrar-nos o caminho; não vê que nos está importunando com suas histórias estúpidas e mentirosas? (...)”

E o cicerone emudeceu-se de súbito; e eu, frouxo de riso, deixei-me cair sobre uns destroços revolto [sic] que, de há séculos, ali jazem amontoados. É certo, nem Job teria paciência bastante para aturar por mais tempo aquele tagarela de sete fôlegos, se, como nós, ali se embevecera na contemplação d'aquelas ruínas, outrora testemunhas silenciosas da magnificência das cruzeiras e horrores com que se deleitavam os tiranos que daí dominaram o mundo (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.85).

Os guias de viagem já proliferavam na Europa durante todo o século XVIII, sendo sua leitura considerada uma das etapas de preparação para a viagem. Sobre a Itália, três clássicos: de D. J. J. Wolkman, *Historisch-Kritische Nachrichten Von Italien* (1778); de Joachin Winckelmann, *História da arte na Antiguidade* (1764) e de Giovanni Battista Piranesi, *A Vedute de Roma*. (SALGUEIRO, 2002, p.9). Embora nosso viajante fale num contato com guias dos viajantes, afirmando que eles por toda a parte se encontram na Europa (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.65) — ou ainda, quando em Roma, informe que na manhã do dia seguinte, começamos nossas excursões às ruínas, e sem mais preâmbulos referirei o que vimos, dirigidos por um cicerone e pelo roteiro de Mr. Du Pay (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.79) — não existe uma convicção na visita guiada à

Antiguidade do tempo dos reis (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.79). Prevalencia a visão de independência e uma confiante erudição considerada suficiente para uma autonomia desses viajantes, principalmente quando comparada à postura dependente dos turistas.

Em solo italiano existiam também locais que não poderiam deixar de ser visitados. As ruínas de Pompéia e Herculano, por exemplo:

ali está a presente geração no mundo da antiguidade; não dessa antiguidade entrevista através dos trechos dos livros, das dúvidas e conjecturas dos eruditos; mas da antiguidade material em toda sua material realidade; e, de efeito, duas cidades inteiras ali estão à vista, tais como as deixaram os seus habitantes há mil e oitocentos anos (NOGUEIRA DA GAMA, 1893, p.97).

Nas ruínas visitadas, o brasileiro se sentia ainda mais próximo à antiguidade européia, da qual se acreditava herdeiro. O passado de uma cultura com a qual se identificava e a cuja civilização, construída posteriormente, julgava pertencer. Compreendemos existir neste momento a confirmação da aquisição de bens simbólicos durante a viagem, tipificados pela força de referências compartilhadas pelo grupo de brasileiros ao qual pertencia Nogueira da Gama (Bourdieu, 1974). A viagem seria uma prática cultural importante para esse grupo. Nela bens simbólicos estariam sendo adquiridos e/ou trocados, ao mesmo tempo em que verificamos a legitimação de todo um conjunto de códigos civilizadores adquiridos no decorrer do trajeto e que são ressignificados diante de uma evocação do passado europeu, simbólico e material, como sendo também dos brasileiros. As ruínas procuradas não serão as ameríndias, elas pouco falavam a estas elites brasileiras sobre seu passado, mas sim o passado europeu.

A viagem de Aureliano Cândido Tavares Bastos foi, antes de tudo, uma luta pessoal contra um conjunto de doenças pelas quais foi acometido entre 1867 e 1875. Sua primeira viagem a Europa data de 1867 quando, conjuntamente com sua esposa, procurou tratamento para o tifo. Melhores da saúde, voltaram ao Brasil. Em 1874, ainda doentes, retornaram à Europa, desta vez acompanhados da filha Elisa. Entretanto, a batalha foi perdida, e Tavares Bastos faleceu a 3 de dezembro de 1875 em Nice, na França, com apenas 36 anos de idade em função de uma pneumonia.

O roteiro desenvolvido pelo deputado alagoano representa um outro olhar sobre a modernidade européia, agora centrada em tratamentos médico-terápicos, além de um forte imbricamento já existente na segunda metade do século XIX entre turismo e tratamento médico.

O início da viagem foi animador. Tavares Bastos procurou curar seu fígado e baço com tratamentos de banhos na Boêmia, as famosas “águas de Carlsbad”. Dizem que ficarei bom, mas que o essencial é viajar, distrair-me, fugir de climas quentes e úmidos, etc etc. O uso das águas de Carlsbad será por 15 a 20 dias somente, porque são mui fortes para minha constituição (BASTOS, 1977, p.141). A viagem aparece aqui como um dos elementos terapêuticos, fazendo do roteiro pela cura e pelo prazer um dos primeiros movimentos turísticos europeus (QUINTELA, 2004).

Na França, em pleno século XIX, desenvolveu-se e propagou-se o que ficou conhecido como hidroterapia, hidrologia médica, ou crenologia, visando o tratamento via águas

termais, cuja orientação e organização dos balneários ficavam a cargo do “crenologista” (PIRES, 2006). Freqüentados principalmente pela aristocracia, estes espaços curativos acabaram por se transformar também em destinos de férias, unindo a busca da cura e do prazer. Eram comuns atividades de lazer como jogos, expedições e brincadeiras, visando contornar o tédio daqueles que estavam em tratamento. Atividades que acabaram por consolidar práticas de lazer típicas da burguesia emergente francesa em contato direto com a aristocracia, e que não associavam mais lazer e ócio (QUINTELA, 2004). As estâncias termais se espalharam pela Europa e passaram a ser, seja para brasileiros, doentes ou não, ponto obrigatório de visita, assim como um bom motivo para retornar ao Velho Continente. Se, para Tavares Bastos, Carlsbad era um primor de conforto, variedade e de alegria. É campo, inteiramente campo, mas tudo tão bem tratado como se fora uma cidade grande (BASTOS, 1977, p.146), antes era esperança de cura.

Na carta que a 19 do passado dirigi a minha mãe, disse-lhe que eu entrara em sério tratamento, começando o médico por aplicar-me um cautério. Agora vai ele submeter-me ao tratamento hidroterápico, esperando enfim resultado das duchas gerais e locais. Para isso ficaremos em Paris até o começo de junho, porque devo tomar uns quarenta banhos. Depois irei imediatamente para Carlsbad, cujas águas continuam a ser-me indicadas. Este programa é o resultado da conferência de dois professores mui competentes, e muito confio no bom efeito, tanto mais que a estação melhorou e estamos no começo da primavera (BASTOS, 1977, p.173).

A busca por melhor tratamento guiava nosso viajante pelo continente europeu, assim como a procura por um clima saudável o suficiente para que pudesse continuar suas terapias. A confiança na medicina européia, englobando médicos e tratamentos, era grande. Observamos que a dependência emocional e científica de Tavares Bastos aos médicos ocasionou uma profusão de avaliações, diagnósticos e tratamentos aos quais foi submetido.

Assim: (...) desde o começo do corrente, entrei em tratamento sério com o melhor professor da faculdade (Dr.Béhier), e me dizem que não podia escolher melhor (BASTOS, 1977, p.169); logo depois, quando se sente melhor: o próprio Béhier, que ao começo hesitava, parece inclinar-se à opinião dos outros colegas (que presumem ser apenas uma hipertrofia o meu padecimento ...) (BASTOS, 1977, p.175); terminando por perder as esperanças: preocupa-me o diagnóstico do professor Béhier, em Paris; e aproveitei, há dias, a oportunidade de aqui encontrar uma das celebridades de Berlim, que já me havia sido recomendado: o prof. Frevichs (BASTOS, 1977, p.184).

Escrevendo de Lion em outubro de 1875, a caminho de Gênova, onde passaria o inverno por ser mais quente, já apresentava sinais de exaustão.

Acho-me muito melhor, seguindo o tratamento do Dr.Allemão; estou sem dúvida muito mais forte, e menos nervoso. Como o Clima da Ribeira de Gênova (onde ficam Nice, Mentone etc) é seco e brando, e o mais apropriado aos doentes do peito e intestinos, presumo que dar-me-ei otimamente e conseguirei curar-me da inflamação do baço. Ali não há pântanos, nem febres. É um paraíso, senão fora tão longe do Brasil, e eu já não estivesse fatigado desta vida de nômade (BASTOS, 1977, p.186).

A esperança de cura expressa nesta última carta ao pai, a qual tivemos acesso, parece ainda mais dramática, quando sabemos que, alguns meses depois, seria vencido por uma forte pneumonia com 36 anos de idade. Tavares Bastos fez da sua busca por uma cura também uma procura por diagnósticos para o Brasil moderno, dos quais seria um dos principais articuladores. Exausto pelas constantes mudanças de cidades para ser atendido por novos

médicos e sofrer novos tratamentos, acessou a seu modo o discurso moderno que se fazia presente na ciência médica.

A viagem de Tobias Monteiro foi profissional. Como correspondente do Jornal do Comércio, um dos mais importantes do Brasil Império, acompanhou a visita do presidente eleito Campos Salles à Europa, com a atribuição de descrever os encontros realizados com industriais, banqueiros, financistas e investidores. Seu relato superou em muito tudo isso, pois foi também uma narrativa de viagem descrevendo desde as tormentas da travessia oceânica até a emoção de chegar a Paris e Londres. Destacamos como um elemento singular em seus relatos o contato que teve direto com as grandes instituições, financeiras, jornalísticas e, principalmente, as fábricas que visitou acompanhando o presidente brasileiro e que retratavam uma outra possibilidade de acessar a modernidade européia.

A primeira instituição financeira visitada foi o banco Crédit Lyonnais, enorme, com seus 2.600 funcionários, dos quais 800 eram mulheres, além das inúmeras agências espalhadas por Paris. Impressionado com a instituição, Tobias Monteiro alerta: *é preciso, porém, penetrar na sede do estabelecimento, onde entram diariamente de oito a dez mil pessoas, para avaliar-se a grandeza dessa instituição* (MONTEIRO, 1928^b, p.35). Elogiou também a organização do banco e sua capacidade de recursos. Já os depósitos em ouro chegavam à marca de 7 bilhões de francos, (...) o necessário para resgatar todo o papel-moeda do Brasil (MONTEIRO, 1928^b, p.35). Se a visita tinha como objetivo central ampliar as relações econômicas do futuro governo com os investidores internacionais, dela ficou a constatação do nível de organização das instituições européias, amplamente

informadas sobre a real situação financeira do Brasil através de relatórios eficientes e sempre atualizados.

Mas foi um outro espetáculo da modernidade o que mais atraiu o olhar de Tobias Monteiro. Em Glasgow, na Escócia, a comitiva recebe autorização para visitar aos estaleiros Clyde Bank Engineering and Shipsbuilding Co. Ld., um conglomerado que empregava 6 mil operários e onde:

hã em construção neste momento treze navios. Além de dois enormes vapores de carga, destinados ao trigo dos Estados Unidos para a Europa, e de um grande transporte de guerra, encomendado pela Rússia, ali ganha corpo um monstro de ferro e aço de onze mil toneladas e dezoito nós de marcha por hora, mandado construir pelo governo do Japão (MONTEIRO, 1928^b, p.93).

O espetáculo da industrialização se apresentava aos olhos de nosso viajante de forma avassaladora. Várias páginas descrevem detalhes da fábrica, assim como outras que também visitou. Ali, ao ver a produção de máquinas de beneficiar café para o Brasil, refletiu sobre a indústria brasileira ainda incipiente e vinculada à agricultura.

No Brasil, a vontade de parte das elites em promover a industrialização esbarrava na vontade de outra parte das elites em manter os investimentos na agricultura. Na incipiente República de Tobias Monteiro, vários dos defensores da industrialização usarão o discurso em defesa da modernidade européia, cujas bases seriam o processo de industrialização (RENAULT, 1987). Destacava-se naquele momento a defesa da industrialização associada à implantação do liberalismo político como um contraponto à onipotência centralizadora do antigo regime imperial. Iniciava-se entre 1881 a 1890 a primeira manifestação da

industrialização no Brasil, quando cinquenta por cento das fábricas foram sediadas no Rio de Janeiro (FAORO, 2000). Foi neste contexto que nosso brasileiro se deparou com fábricas e projetos industriais muito inovadores para nossa incipiente industrialização.

Encantou-se Tobias Monteiro por tudo, desde o tamanho das oficinas ao barulho ensurdecedor que produziam. A modernidade industrial era exposta como avanço da tecnologia e/ou espetáculo diante dos olhares curiosos e atentos deste viajante.

(...) o espetáculo do trabalho absorvia, porém, a atenção dos visitantes. Ali reúne-se tudo quanto a indústria tem inventado para tornar maleáveis os metais mais resistentes; perfura-se, corta-se, amolda-se a espessa barra de ferro e aço como se perfura, corta ou amola, com força braçal, tênue tábua de pinho ou cipó flexível (MONTEIRO, 1928^b, p.94).

Ao se despedir, no caminho de volta, a paisagem impõe ao brasileiro a força da indústria européia. Tomávamos o caminho de Coatbridge, para irmos depois a Glasgow. Do alto onde está situada aquela estação, descortinávamos o espetáculo imponente de um sem número de chaminés fumegantes que sombreavam todo o horizonte (MONTEIRO, 1928^b, p.98). Chamou-lhe a atenção também a propaganda dos produtos das fábricas, anunciados pelas cidades através dos anúncios: os outdoors. Tudo viria a compor a magia da industrialização.

Nas estações de caminhos de ferro as paredes estão forradas de placas e tabuletas de todos os tamanhos e cores, com os mais variados letreiros; nos bondes dificilmente lêem-se os nomes dos lugares de destinos, confundidos com tantos reclamos do comércio, que pelo tamanho das letras atraem de preferência todos os olhares. A face anterior dos degraus das escadas, os andaimes, os tapumes, nada fica desaproveitado. Como à noite a iluminação não é bastante para ler-se tudo, já a luz elétrica começa a ser empregada na

formação intermitente de dísticos e figuras multicolores, indicando do alto das casas as últimas novidades da indústria (MONTEIRO, 1928^b, p.119).

Todos os elementos da modernidade estão presentes nesta citação. Nos transportes, o destaque é para as estradas de ferro, mas também os bondes são lembrados. Já o comércio, negociando produtos da indústria, se espalha pela cidade através de uma propaganda para a qual nem a noite era um empecilho. Para superá-la criou-se a luz elétrica, que permitia que os outdoors fossem lidos à noite, mas para que também se produzisse ainda mais no interior das fábricas (BERMAN, 1986).

Tobias Monteiro ainda visitaria algumas cidades, entre elas Colônia, Hamburgo e Berlim na Alemanha, Edimburgo, Viena, Budapeste, Cintra etc. O curto tempo em que ficou nestas serviu-lhe como acesso a informações sobre essas cidades europeias, em cujo território sempre esses viajantes encontraram algo já conhecido, além das novidades. Assim como Tavares Bastos e Nogueira da Gama, possuía um olhar que procurava catalogar as novidades do desenvolvimento europeu, e cada qual com seu foco de observação, mas todos na busca de informações e experiências que os levassem a serem vistos como “dotados de civilização”.

Mas os homens não foram os únicos no empreendimento de conhecer o território europeu. Outros sujeitos históricos também realizaram a travessia oceânica e, a seu modo, procuraram acessar a modernidade europeia. Em seguida observaremos como as mulheres construíram um roteiro próprio e como o olhar feminino descreveu a experiência desta viagem.

CAPÍTULO III

BRASILEIRAS EM VIAGEM A EUROPA

Mulheres e Viagens

As brasileiras também empreenderam viagens pela Europa. A maioria delas acompanhava os pais e os maridos em suas expedições, aproveitando o tempo disponível para ampliarem seus estudos de piano e línguas. A memória de suas viagens foi em grande parte construída pelo relato masculino de seus companheiros, através da correspondência ou das narrativas por eles produzidas. Mesmo que sejam pequenas as referências a elas, na quase inexistência de uma narrativa própria da maioria das viajantes, encontramos indícios que nos possibilitam identificar suas rotinas em terras estrangeiras. A partir delas observamos que as principais atividades desenvolvidas eram educativas, já que a Europa era uma oportunidade única de acessar uma educação ainda bastante restrita às mulheres brasileiras.

A educação das mulheres brasileiras na segunda metade do século XIX ainda se pautava na preparação para o matrimônio e para a maternidade. Para tanto, deveriam adquirir e desenvolver habilidades específicas através de uma educação repleta de disciplinas preparatórias para uma vida ornamental (QUINTANEIRO, 1995). A educação seria capaz de moralizar-lhes os atos, promover uma cultura relativa a “assuntos de mulheres” e prepará-las para serem as futuras educadoras de seus filhos. Educação diretamente voltada para fortalecer o conceito de feminilidade associado à reafirmação de suas obrigações como dona de casa.

Os ideais da domesticidade inspiravam os modelos de currículos das escolas, o campo da chamada literatura “feminina” e os domínios religiosos e morais. Tais ensinamentos – expressos na forma de artigos, debates, conselhos e sermões, e

propostas pedagógicas – visavam acentuar a complementaridade ou aperfeiçoar as diferenças de gênero e, particularmente, dotar as mulheres das qualificações necessárias ao correto cumprimento de suas tarefas sociais e biológicas, definindo claramente seus respectivos papéis (QUINTANEIRO, 1995, p.159).

Esta educação feminina direcionada para a formação de uma vida conjugal era responsável pelo abandono da escola por um grande número de mulheres antes mesmo de saberem ler ou escrever, uma vez que a escola não era sua prioridade, e sim o matrimônio. No início do século XIX, a alfabetização das mulheres se restringia, em muitos casos, apenas a sua capacitação para uma leitura razoável de textos religiosos. Pais e maridos defendiam a ignorância como uma forma de evitar a correspondência amorosa. As disciplinas cursadas se direcionavam para o estudo da língua pátria, da aritmética, da religião, do bordado e da costura. Já a partir de 1820, um novo impulso se estabeleceu na educação feminina no Brasil com a chegada maciça da literatura francesa traduzida e o aprendizado da dança e do canto, apropriados para quem gostaria de brilhar nos salões (LEITE, 1984). Foi justamente essa vida nos salões que traria uma nova perspectiva para as brasileiras oitocentistas.

A partir do segundo reinado o papel feminino na sociedade adquiriu novos contornos. Até então, tradicionalmente esta mulher era preparada para as atividades do lar, sendo a cultura escolar apenas um verniz na sua formação. Como dito anteriormente, os pais chegavam a retirar suas filhas das escolas ao completarem 14 anos, considerando que, se, por um lado, tinham passado tempo demais na escola, por outro chegava a hora de arrumar um bom casamento e adentrar ao mundo dos eventos sociais (LEITE, 1984).

Hoje, ainda, a educação de uma brasileira está completa, desde que saiba ler e escrever corretamente, manejar o chicote, fazer doces e cantar acompanhando-se ao piano, num romance de Arnaud ou de Luíza Piaget. Até agora as senhoras não tomaram da civilização senão a crinolina, o chá e a polca. A crinolina ... Coisa de

que afinal elas não têm necessidade. O chá – o mais detestável de todas as bebidas, a meu ver. A polca – dança elegante e leve que não se adapta nem ao seu temperamento, nem a sua compleição. É verdade que conservaram o cafuné e o chicote, prova de que elas não são as principais escravas da casa (Charles Expilly, 1853 *apud* LEITE, 1984, p.73).

Além do cuidado com a administração da casa e a educação dos filhos, essa nova mulher deveria ser também uma boa administradora do tempo, distribuindo seus afazeres entre a organização interna e as relações com o mundo exterior. Para tanto, em sua formação se tornou contínua a leitura dos guias, manuais e jornais que ditavam não apenas a última moda, mas também regras de comportamento diários e idéias a serem discutidas nos encontros sociais.

Percebemos nesta constante preparação das mulheres da elite urbana oitocentista uma continuidade de seu processo de treinamento, pois agora a escola seria outra: as festas, bailes, saraus, passeios públicos e eventos religiosos. A mulher seria retirada da escola para assumir o papel de colaboradora de pais, maridos ou irmãos na sua inserção e permanência nos círculos sociais, pois a

intensificação da vida comercial e política, em meados do século XIX, no Rio de Janeiro, exigia recepções formais e reuniões sociais maiores e mais complexas, nas quais as mulheres de classe alta tinham que ostentar prendas e habilidades adequadas, a fim de promoverem a posição da família (HAHNER, 2003, p.50).

Uma espécie de nascimento social começaria com sua apresentação, ainda adolescente, à comunidade, durante uma grande festa, ritual de passagem da vida de menina para a de mulher adulta.

Em janeiro do ano seguinte (1853) os Bregaro convocam a alta roda do Rio de Janeiro a um grande baile para apresentar a filha que completava 17 anos (já lá vão 88!) e se agitava feliz, olhos e cabelos negros, toda de branco, junto às preferidas amigas. Constancinha Moller e as irmãs Mariquinhas e Teresa Santos, ora a buscar refrigério na cômoda intimidade da “vastíssima varanda que precede o magnífico salão”, ora neste, ofuscada pela “infinidade de bugias que derramavam torrentes de luz” refletidas e multiplicadas nos espelhos e cristais dos lustres, a valsar entre a flor à sociedade da corte (PINHO, 1942, p.19).

As adolescentes tímidas transformavam-se em mulheres com a responsabilidade social de receber bem e assim reafirmar o lugar social de sua família. Assim:

As mulheres, excluídas de qualquer participação nos negócios e na vida pública, reinavam no privado pelo sistema de etiqueta, das regras da “sociedade” e da “temporada”. Dirigiam a “sociedade” e eram suas guardiãs: decidiam quem podia ser admitido ou excluído. O princípio se baseava numa rede de relações: não se acolhia ninguém que não fosse pessoalmente conhecido. A vida social se tornou mais seletiva, mais privada, tendo como cenário as casas ricas, sendo recebidos apenas os conhecidos. A família e os íntimos desempenharam um papel decisivo nessa esfera de inserção social, onde a admissão se fazia apenas pelas relações (HALL, 1991, p.85).

O papel feminino adquiriu novo significado, pois catalisava possíveis aliados, seduzia opositores e centralizava as identidades do grupo, sendo de extrema importância para a unidade de pensamento e ação das elites urbanas oitocentistas. Identificamos também a vida social como parte integrante do treinamento pelo qual passavam os membros da elite urbana, assim como todos aqueles que aspiravam fazer parte de seus quadros. Se os homens da “boa sociedade” possuíam, em sua maioria, uma formação jurídica, se alojando próximos ou dentro da burocracia estatal, suas mulheres passaram por outras formas de preparação.

As vidas das mulheres da elite oitocentista foram marcadas pela preparação para o casamento que “funda a continuidade social e familiar” (MARTIN-FUGIER *apud* PERROT, 1991, p.235). Estas obtinham da educação formal apenas elementos para auxiliá-las no papel de donas do lar, com destaque para a economia doméstica e a arte recreativa.

Na alta sociedade exige-se também música, principalmente piano, bem como o conhecimento das línguas francesa e inglesa e de desenho. As moças aprendem com facilidade a traduzir e a escrever a língua francesa, mas encontram em geral certa timidez para falá-las (DEBRET *apud* LEITE, 1984, p.75).

O currículo escolar pouco lhes servia, por isso saíam cedo da escola. Ao se prepararem para tornarem-se esposas e mães, buscavam companhia nas novelas de Balzac, Eugênio Sue, Dumas, George Sand e nos folhetins publicados nos jornais. Esta literatura era responsável, assim como a moda, pelo fortalecimento de um imaginário sobre a Europa, e com destaque sobre a França. Elas se muniam de todas as informações provenientes do Velho Continente, o que as credenciavam ainda mais em seu universo social.

Recebem da França gravuras das modas e esforçam-se por imitá-las a maior parte, porém manda fazer a roupa pelas grandes modistas francesas onde o menor vestido de baile custa quinhentos ou seiscentos mil réis (TOUSSAINT-SAMSON *apud* LEITE, 1984, p.44).

Não importava o valor do vestido e sim seu efeito. Esse novo lugar feminino não significava que as mulheres haviam adquirido um patamar de igualdade para com os homens; mantinha-se, apesar de sua atuação social, um papel de submissão à figura masculina. Elas sustentaram com seu requinte, luxo e até sofrimento físico — é só lembrar

o uso de espartilhos — o lugar da família na ordem social. Assim, a honra feminina representava a honra familiar ocupando seu lugar na hierarquia da sociedade. Cabiam-lhes o uso de vaporosos vestidos, a ostentação das jóias e a adoção das novidades. Enquanto isso os homens, cujo espaço profissional era cada vez mais valorizado, primavam pela austeridade dos trajés. Verificamos com isso uma ampliação dos antagonismos entre os sexos, o que se reforçou ainda mais no decorrer do século XIX.

Enquanto o traje feminino, passada a voga da simplicidade, se lançou novamente numa complicação de rendas, bordados e fitas, a indumentária masculina partiu, num crescente despojamento, do costume de caça do gentil-homem inglês para o ascetismo da roupa moderna (SOUZA, 1987, p.60).

Através da moda, as brasileiras acessavam a modernidade oitocentista, constituindo a adoção desta moda européia pelas elites num forte elemento do processo civilizador brasileiro. À moda associavam-se o polimento dos costumes, as transformações urbanísticas e o exercício de novas sociabilidades. As mudanças ocorridas nas convenções da moda vinham ao encontro da necessidade de negar os “descuidos” e a chamada “frouxidão” dos hábitos coloniais, visão contestada por Gilberto Freyre, que via, em lugar do desleixo, a naturalidade, sendo o século XVIII “o mais brasileiro na história do país” (FREYRE, 2002). Freyre definia a europeização da moda promovida no século XIX como um movimento uniformizador dos costumes e, portanto, sem correspondência com nosso meio ambiente, resultando no aumento de sofrimento e doenças aos homens brasileiros.

Não é por simples retórica que dizemos que o preto das roupas, das máquinas, dos sapatos, das carruagens, dos chapéus, trouxe ao Brasil um ar de luto fechado. Tudo indica que a mortalidade entre nós subiu com essas primeiras e largas manchas de reeuropeização da nossa vida e dos nossos hábitos. A tuberculose tornou-se alarmante. Os homens de croisé preto, de cartola preta, de botinas

pretas tinham sempre algum enterro a acompanhar nas suas carruagens também pretas e tristonhas (FREYRE, 2002, p.340).

Freyre via a moda como mera imitação européia, como uma fantasia que os brasileiros vestiam e por isso sentiam-se civilizados. Todavia, verificamos que os maiores cuidados com a moda surgem paralelos a um processo de urbanização que cria novos espaços de socialização e sociabilidade, valorizando novos hábitos citadinos para aqueles antes confinados ao espaço da casa. A ampliação da iluminação foi também uma novidade que contribuiu para que as pessoas passassem mais tempo nas ruas e se cuidassem melhor para freqüentá-las. “... é realmente à noite que a rua do ouvidor se torna magnífica, esplêndida, maravilhosa! Vende-se o duplo do que se vendeu durante o dia” (PINHO, 1942, p.246-247). Era a exibição tomando o lugar da reclusão colonial, principalmente quando nos referimos às mulheres. Certamente alguns dos grandes atrativos para que a sociedade saísse da segurança do seu lar foram as lojas e as ruas da moda. Vejamos o depoimento de Joaquim Manuel de Macedo no célebre livro *Memórias da Rua do Ouvidor*:

As senhoras fluminenses entusiasmaram-se pela Rua do Ouvidor, e foram intransigentes na exclusiva adoção da tesoura francesa. Nem uma desde 1822 se prestou mais a ir a saraus, a casamentos, a batizados, a festas e reuniões sem levar vestido cortado e feito por modista francesa da Rua do Ouvidor.

Houve revolução econômica: os pais e os maridos viram subir a cinquenta por cento mais a verba das despesas com os vestidos e os enfeites das filhas e das esposas.

A rainha da Moda de Paris firmou seu trono na Rua do Ouvidor (MACEDO, 1952, p.217).

A citação acima nos informa da importância da moda feminina e dos seus espaços de comércio e divulgação no Rio de Janeiro oitocentista. Através dela, as mulheres, excluídas do mundo do governo e do mundo do trabalho, acessavam a modernidade européia e conseguiam se auto-representar como “civilizadas”. É importante lembrar que esta moda

era um fenômeno que se coadunava com o viver urbano. Segundo Simmel (SIMMEL *apud* VELHO, 1987), ela se associava às grandes cidades da modernidade como um fenômeno da tomada de consciência da subjetividade pelos indivíduos. Num mundo competitivo, a aceitação nos círculos sociais legitimava os cuidados com a apresentação social, pois, ao mesmo tempo em que afirmava a participação neste universo, promovia paralelamente a distinção social frente aos outros grupos. A disciplina no vestir, no comportar-se, no andar, distinguia o indivíduo das massas trabalhadoras, abrindo-lhe espaço para o convívio junto ao círculo da “boa sociedade”.

Por diferenciar o indivíduo e seu grupo, a moda era responsável pela formação de uma identidade coletiva e, conseqüentemente, parte importante na constituição de uma representação social das elites urbanas oitocentistas. Segundo Bourdieu, essa distinção

... não se esgota no conflito simbólico pela imposição de uma determinada representação da sociedade, mas se estende na produção de novos gostos socialmente diferenciadores e no abandono progressivo das práticas culturais quando estas são apropriadas pelas classes inferiores (BOURDIEU *apud* RAINHO, 2002, p.43).

A distinção se instrumentalizava na elegância ou na adoção de vestidos cujos moldes franceses eram diariamente divulgados pela imprensa carioca. Entretanto, em alguns momentos adquiriam contornos mais próximos dos hoje praticados por aqueles que fazem da *griffe* ou origem do produto um fetiche. Vejamos outra fala de Macedo:

O Wallerstein foi o Carlos Magno da Rua do Ouvidor.

Ó loja do Wallerstein!... A lembrança dos seus primores faz ainda palpitar corações, não de velhas, porque não há senhoras que o sejam, mas de senhoras que foram meninas e jovens durante o florescimento daquele gênio do bom gosto, florescimento que perdurou desde o fim do primeiro reinado até além da coroação do Imperador o Sr. D. Pedro II.

Havia na Rua do Ouvidor, e em outras como a da Quitanda, lojas que vendiam sedas, leques, chailes, etc..., a preço de vinte, trinta, cinqüenta por cento menos do que se compravam iguais e algumas vezes inferiores na loja do Wallerstein; mas que importava isso? ... não eram do Wallestein!... (MACEDO, 1954, p.218).

Encontramos não o objeto-roupa, mas sua assinatura, como aquela que agregava valor ao produto, garantia não apenas da qualidade ou do bom gosto, que poderiam ter concorrentes, mas sim como este estabelecia a distinção. Se arte e cultura, nela incluindo a moda, transformaram-se em mercadoria na modernidade capitalista, maior se tornou o significado de seus produtos. A roupa adquirida nas lojas da moda era mais do que uma mercadoria possuindo papel simbólico e respeitabilidade junto ao grupo social que a reconhecia. A moda no mundo oitocentista era uma prática coletiva que traduzia e legitimava uma ordem, definindo também os guardiões do sistema (BACZKO, 1985).

Vejamos outra narrativa, que, apesar de um pouco mais longa, merece ser citada:

No ano de ... (não quero expor-me à indiscrição marcando o ano), um deputado novo de alguma das províncias do norte, foi com a sua jovem e digna esposa à loja do Wallerstein, e à escolha deste, e sem questão de preço, comprou-lhe o mais distinto corte de seda para vestido, com que a senhora deveria aparecer em próximo baile diplomático, e encarregou ao Wallerstein da escolha da melhor modista, e de todos os ajustes com esta, e foi nisso prontamente servido.

Tudo ocorreu por conta e responsabilidade do famoso lojista, ditador da moda. Não sei qual foi a modista preferida, mas ou por tardo reconhecimento de deficiência do corte de seda, e falta de fazenda igual, ou por imprudentes estragos da tesoura, a tal modista para completar um dos panos da saia do vestido dissimulou na barra deste, e do lado esquerdo, uma emenda em forma de triângulo finíssima e quase imperceptível, cosida, e ainda mais oculta por baixo de rendas e flores.

Nem Cristóvão Colombo que descobriu a América nos desertos oceanos seria capaz de descobrir aquela emenda coberta por flores e rendas na barra de um vestido.

A jovem provinciana não deu com o escondido defeito, e aplaudiu-se do seu vestido que lhe pareceu e era realmente distinto, e tão distinto que produziu no baile o mais lisonjeiro efeito.

Mas por isso mesmo no fim de pouco tempo algumas senhoras com seus olhos perscrutadores fizeram a descoberta da quase invisível emenda triangular! E uma por inveja e outras por inocente pediram à esposa do deputado explicações de semelhante novidade.

- Não sei; respondeu a senhora meio confusa, e corando vexada; não sei, o vestido veio-me do Wallerstein, que escolheu a seda, a modista e tudo dirigiu.

As curiosas ficaram atônitas ao ouvirem o nome do Wallerstein, e antes de terminar o baile, cada uma delas já achava graciosa a emenda triangular dissimulada entre rendas e flores; nenhuma, porém, confiou às outras a nova impressão que aquela novidade lhe causava.

Dez dias depois, em outro baile, todas as curiosas apresentaram-se com riquíssimas toilettes trazendo bem visível ao lado esquerdo junto à barra dos vestidos a emenda triangular: porém já exagerando a moda não só com a manifestação e com proporções maiores da emenda; mas também porque esta como negligentemente feita repuxava com pequenos arregaços a barra do vestido, de modo a deixar ver a ponta do sapatinho de cetim do pé esquerdo.

- Que extravagante e feia moda é aquela? Perguntavam algumas senhoras.

- É fantasia ... É emenda triangular à Wallerstein, respondiam as outras já informadas.

No dia seguinte, o Wallerstein foi obrigado a responder numerosas interpelações, e a emenda triangular caiu no ridículo (MACEDO, 1952, p 219-221).

Esta crônica da sociedade de corte é primorosa para pensarmos a relação da moda com o estabelecimento de uma identidade entre as elites urbanas oitocentistas. A primeira imagem a ser destacada é a do deputado “forasteiro” que procura a casa de moda para comprar um vestido para sua esposa usar num evento social. Este seria acessório indispensável à inserção dela, assim como do marido, no universo social do Rio de Janeiro. Wallerstein tornou-se o intermediário, aquele que, através de sua produção, credenciava esta mulher à sociedade qualificando-a como “elegante”, e, portanto, passível de ser aprovada a compartilhar do universo da “boa sociedade”. O casal, por outro lado, se completava, cada qual assumindo um papel no teatro das relações sociais. Sua ascensão

social passava pela competência administrativa e política do marido, mas também pela apresentação social das esposas e filhas. Elegantes, educadas, mergulhadas em sedas, enfim, civilizáveis. Todo um luxo que demonstrava não apenas a boa condição financeira do casal, mas, principalmente, características, sinais e elementos passíveis de serem reconhecidos por todos, levando-os à aceitação no círculo social o qual desejavam freqüentar (SOUZA, 1987; RAINHO, 2002).

O acesso não diminuía a competição. As mulheres durante o baile examinaram a novata, avaliando sua capacidade de permanência no grupo privilegiado. Observavam minuciosamente, procurando um deslize. Como colaboradora, a esposa assumia um novo papel extremamente importante, pois se tornou também responsável por manter o casal nos círculos sociais. Para tanto, rearticulou sua imagem, tornando-se elegante, amável, interessada e sedutora. Colocou-se em xeque toda a velha imagem da família patriarcal, relativizando o personalismo da figura paterna e abrindo espaço para a individualização de outros membros. Assim, a esposa “(...) deixa de ser a eterna ausente do convívio social para ingressar nele como complemento indispensável do marido e como colaboradora ativa, porém velada, de sua carreira e seus negócios” (LAVELLE, 2003, p.77).

Quando se destacavam em educação ou elegância, as jovens mulheres imediatamente eram comparadas às mulheres francesas, paradigma do bom tom. Em *Senhora*, de José de Alencar, a heroína Aurélia é comparada por sua amiga, D. Firmina, às moças de Paris, pois há de ser difícil encontrar no Rio de Janeiro uma moça que tenha sua educação. E nem mesmo, por Paris existiria uma senhorita tão refinada como Aurélia (ALENCAR, 1875). Percebiam que o elogio ganha força por compará-la às moças parisienses, percebidas pela

sociedade brasileira como dotadas de primorosa educação e modos civilizados, postura raramente encontrada em terras nacionais, como era o caso de Aurélia. A heroína de Alencar não havia feito a tão sonhada viagem, porém quem a realizasse atingiria um novo lugar social condizente com sua imersão no mundo civilizado. Reconhecia o seu polimento e suas qualificações, abrindo-lhe também a possibilidade de educar e civilizar outros.

D.Mariquinhas e Elisa são mulheres reais que viveram a experiência da viagem. Respectivamente Esposa e filha do deputado Tavares Bastos, tiveram suas memórias de viagens narradas no interior da correspondência entre o marido-pai e o sogro. Era neste diálogo masculino que elas apareciam de viés, sempre coadjuvantes de Tavares Bastos, mas também sempre fazendo da viagem um espaço de aprendizagem. D.Mariquinhas e Elisa eram mulheres de famílias tradicionais, ligadas ao mundo do governo, cuja rotina européia fixava-se num aprendizado que deveria transformá-las em esposas e mães bem preparadas, além de buscarem as bases de um padrão de elegância condizente como o papel que deveriam desempenhar em sociedade.

Da vida de Maria Teodora Alves Barbosa pouco se sabe, apenas que era de família abastada e se casou com o publicista alagoano Aureliano Cândido Tavares Bastos em 27 de janeiro de 1866. Já em 1867 realizaria sua primeira viagem a Europa para tratamento do tifo, doença que possuía assim como o seu marido.

Ontem o nosso novo médico (um italiano recomendado por nosso vice-cônsul) examinou Mariquinhas, e ouviu-lhe os pulmões e o coração. Depois do exame, declarou-nos que Mariquinhas nada sofre no pulmão; que a sua fraqueza é que é a sua moléstia. É a melhor notícia, que posso transmitir a V. Mcês. Fiquei contentíssimo.

Mariquinhas já começou a engordar. Ontem fez comigo um passeio a Villafranca (admirável vista de Nice!) de três horas: andou muito a pé, com o belo sol que fazia, e na volta ainda passeou a pé no Jardim e no Passeio dos Ingleses durante uma longa hora, no meio de um extraordinário concurso de gente, mais feminina do que masculina, o que foi uma verdadeira festa. Às quatro horas ainda fomos ao salão de leitura do Cassino ler os jornais.

Só nos falta montar a cavalo, e governar um carro descoberto, para sermos iguais aos outros (Bordeus, 6 de novembro de 1867 - BASTOS, 1977, p.94).

É o marido quem informa sobre a frágil saúde da esposa. Na narrativa destaca-se a alegria do cônjuge, que acompanha atenciosamente a recuperação de sua esposa, expressão de uma afetividade muito próxima a de um pai que cuida da filha. Esse costume baseava-se na tradição da ideologia masculina, legitimada por legislação brasileira, que tratava as mulheres como “menores” a serem protegidas e tuteladas pelos homens (HAHNER, 2003).

Em Paris, Dona Mariquinhas, já com a saúde mais fortalecida caminhava pelo passeio público usufruindo do que a cidade lhe oferecia. Mas era no interior do lar que ela exercitava seu papel mais importante. Mariquinhas, inteiramente sã e engordando, está satisfeítíssima, novamente agora que está senhora de sua casa, onde nós nos achamos muito melhor que nos hotéis, e mais barato (BASTOS, 1977, p.175). Era no interior da casa que se realizava todo um processo de formação feminino, em que as aulas de piano e línguas destacavam-se enquanto habilidades essenciais para função de esposa e de filha de um publicista. Assim, associavam-se a educação particular, a permanência no interior do lar e, conseqüentemente, com o passar do tempo da viagem, o apego ao universo estrangeiro.

O rigor da estação, obrigando-nos a ficar em casa todas as noites, nos permite seguir regularmente as lições que começamos. A casa é um colégio. Elisa já

começou os seus estudos com a melhor vontade. Parece-me que ela há de ser muitíssimo aplicada. Era tempo de começar: há poucos dias celebramos os seus oito anos. Está felizmente mui bem disposta, e, posto recorde sempre a casa da vovó, a comida da vovó, a mão, no mesmo posto, - não quer que falemos em voltar ao Brasil. Sô em Paris se pode viver, sô aqui há divertimentos e brinquedos - diz ela constantemente! Muito contribui para essa predileção a criada, que tomamos em junho, e que tão boa companhia nos faz (BASTOS, 1977, p.157).

Elisa, mais jovem, dava inúmeras provas de adaptação à vida européia, explicitando em vários momentos o desejo de ali permanecer. Já se sentia transformada pela viagem, adaptada à rotina e à cultura européia.

Aí vem a Elisa, e me pede que lhes diga que venham para cá, que é melhor. Não cessa de lembrar-se da vovó e dos feijões, etc; mas decididamente não quer voltar mais ao Brasil. (....)

Mariquinhas envia muitas e muitas saudades a todos, a minha Mãe e a Thonilla, a V. Mcê. Ela tem sido muito feliz, e vai muito bem com o piano. Felizmente sente menos a ação do frio que eu. Elisa nada sofre; está crescendo e promete voltar outra (BASTOS, 1977, p.160).

A confiança destas mulheres aumentava à medida que ampliavam sua educação, elemento que as inseria no universo da modernidade européia, transformando suas práticas sociais e familiares, antes tão marcadamente hierárquicas, em relação aos pais e maridos.

Assim, pois, não receie minha Mãe que eu volte às carreiras. Acresce que a permanência na Europa é altíssima à Mariquinhas, e não menos a Elisa. Ambas ganham saúde, e foram mais facilmente os seus estudos. Si cá ficar mais um inverno, Mariquinhas adquirirá o perfeito conhecimento do inglês e da história e da literatura moderna. Seu gosto parece desenvolver-se, e novos horizontes se abrem à nossa intimidade. Ora bem! (BASTOS, 1977, p.166-167).

O aprendizado de novas habilidades produzia mudanças no comportamento tradicional, possibilitando uma redução da diferença entre homens e mulheres, ao mesmo tempo em que implementava uma possibilidade de diálogo entre os dois sujeitos, antes inviabilizado pela ingenuidade e falta de preparo feminino (QUINTANEIRO, 1995). Ao mesmo tempo facilitava às mulheres o acesso a novas opiniões divergentes da opinião local, permitindo acesso a outros pontos de vista (HAHNER, 2003).

Viagens como esta possibilitavam às mulheres um acesso maior à educação, permitindo sua própria transformação como sujeito histórico e, conseqüentemente, também a transformação das relações que travava com seu pai e/ou marido. Este nos parece ter sido o movimento de Dona Mariquinhas, que aos poucos vai deixando de lado uma atitude passiva,coadjuvante que era da viagem do marido, passando a reelaborar suas atitudes e adquirir uma postura mais ativa diante dos locais que visitava. Em Roma

Jã nos atrevemos a visitar subterrâneos; hoje estivemos nas catacumbas da campanha romana, onde Mariquinhas mostrou mais ânimo que eu. Andou uns 20 minutos por baixo da terra, entre os túmulos, e eu nem fiz metade do caminho (BASTOS, 1977, p.98).

Dona Mariquinhas passou a compartilhar a viagem com o marido tanto os momentos que exigiam esforço físico e resistência, pelo convívio com a multidão na rua, até mesmo naqueles momentos destinados à obtenção de informação e conhecimento nos salões de leitura. A mulher apresenta-se agora como companheira do homem na vivência da viagem.

Elisa e Dona Mariquinhas ao invés de escrever suas próprias cartas preferiam mandar recados por Tavares Bastos. A escrita das cartas exigia tempo, disposição e apuro técnico o que certamente justifica o fato de que elas estavam sempre adiando a carta de próprio punho: Mariquinhas tinha o projeto de escrever largamente a cada um dos senhores, mas ela foi dormir para acordar cedo (...) (BASTOS, 1977, p.102). Mantinham-se porém as promessas de uma correspondência feminina. Mariquinhas, que já escreve, e a Elisa, que começa, prometem-lhes um testamento pelo correio (BASTOS, 1977, p.160). A opção por não construir uma prática de escrita epistolar inviabilizou a construção de uma memória particular sobre a viagem destas mulheres, uma vez que as cartas são lugares de memória e organizam os traços históricos fragmentados. Muito se perde, pois geralmente as cartas se compõem em uma versão da História profundamente enraizada no cotidiano e nas histórias singulares de seus membros (DAUPHIN; LEBRUN-PEZERAT, POUBLAN, 1994).

As cartas são ao mesmo tempo documentos e objetos históricos, privilegiando não apenas o que foi visto, mas também o imaginário e as representações da viagem. As trocas epistolares não são práticas culturais diversas às viagens, sendo portanto indissociáveis neste trabalho. Não devem ser tratadas como simples relatos, e sim em conjunto com as viagens, como espaços de sociabilização, formação e treinamento de remetentes e destinatários. Acreditamos como Cécile Dauphin, que as cartas tem caráter polissêmico, ou seja, de trocas afetivas, profissionais e intelectuais (LEMOS, 2004).

Destacamos que o recebimento, a leitura e a divulgação das cartas ocupavam lugar importante na vida das elites oitocentistas. Seja na privacidade familiar ou nas reuniões

sociais, seu conteúdo transformava-se em assunto central.(HÉBRARD, 1991). As cartas eram difundidas nos eventos sociais onde os códigos culturais europeus eram reverenciados, como os bailes, saraus, teatros, passeios públicos, entre outros que normalmente abriam espaço para a comunicação das novidades trazidas pelas últimas cartas. Mas outros aspectos também merecem destaque, como a freqüência das trocas epistolares, assim como a ansiedade por sua chegada. Compreendemos que a comunicação via cartas era essencial para tornar suportável as distâncias e a longa duração das viagens. Assim, principalmente entre as cartas familiares, o espaço de tempo entre uma e outra se traduzia numa espera nervosa e muitas vezes temerosa dos motivos do atraso.

Porém, a falta de escrita de Dona Mariquinhas não inviabilizou que ela participasse da construção de uma memória sobre a viagem. Ela encaminhou para a família no Brasil vários elementos essenciais para a construção da memória sobre a viagem realizada, como fotografias, lembranças e presentes. Mariquinhas envia uma vista do magno passeio dos Ingleses, onde moramos logo ao chegar aqui, e donde saímos por ser muito batido do vento do mar (BASTOS, 1977, p.94). A seu modo registrava e reunia lembranças da viagem cuja escrita era realizada por Tavares Bastos.

Mas havia outras mulheres, que viajantes, escolheram viver na Europa. Só ou acompanhadas, viajaram por diversos países europeus demonstrando uma enorme autonomia para viver no exterior e se deslocar constantemente, sem que fosse necessária a mediação masculina para isso. Duas mulheres fugiram ao padrão da esposa e/ou da filha

coadjuvantes da viagem, e encararam a difícil missão de romper fronteiras. Também foram responsáveis por registrar sua própria viagem. Falamos da Condessa de Barral e de Nísia Floresta.

A Viagem Clássica da Condessa de Barral

Das inúmeras viagens realizadas pela Condessa de Barral pela Europa, destacamos aquelas que foram registradas através de cartas à família imperial brasileira, ou em especial a D. Pedro II no período de 1859 a 1890, e que foram publicadas pelo Arquivo Nacional com o título de *Cartas a suas Majestades*. Através delas é possível conhecer não apenas as viagens realizadas pela Condessa de Barral, mas também a sua vida cotidiana no Velho Mundo.

As viagens sempre fizeram parte da formação de Luíza Margarida Portugal de Barros, a Condessa de Barral. Seu pai, Domingos Borges de Barros,¹¹ viveu grande parte de sua vida no exterior, seja em Portugal como representante da Bahia nas cortes portuguesas, seja como emissário brasileiro na França para buscar o reconhecimento de nossa Independência. Acompanhante do pai quando criança e adolescente, a futura Condessa de Barral possuiu uma educação diferente, portanto, da maioria das mulheres brasileiras.

Junte-se aos seus vários títulos e ao renome de que gozava como poeta os bens de fortuna, em grande parte herdados dos pais, proprietários rurais na Bahia, e ter-se-á uma impressão do ambiente que rodeou a infância e a mocidade de Luíza Margarida Portugal de Barros. Além disso, com ela viajou muitas vezes através

¹¹ Domingos Borges de Barros, homem culto, literato, poeta e político que logo ocupou cargos no exterior, primeiro representando a Bahia nas cortes portuguesas, mesmo antes da Independência do Brasil, depois em França, onde trabalhou pelo reconhecimento da nossa Independência e tão bem desempenhou esta função que mereceu o título de barão de Pedra Branca em 1825, logo depois elevado para visconde.

da Europa, conhecendo entre outros países a Itália, a Suíça e a Alemanha (MAGALHÃES JÚNIOR, 1956, p.3).

A viagem foi um elemento importante na formação da Condessa de Barral. Além de ter estudado em colégios europeus, as diversas viagens que empreendeu tornaram possível o seu polimento cultural, contribuindo também para a formação de sua personalidade, crítica, forte e autônoma. Foram essas mesmas características que a levaram a contrariar os desejos de seu pai ao optar pelo matrimônio com um estrangeiro, o diplomata francês Chevalier de Barral, filho do Conde de Barral e Marquês de Monferrat e permanecer na Europa. Durante seu casamento exercitou suas habilidades de anfitriã, promovendo diversos encontros sócio-culturais. O casal Barral organizou em Paris um dos mais concorridos salões, onde membros da nobreza e da intelectualidade compartilhavam momentos de prazer e ampliavam seu conhecimento (MAGALHÃES JÚNIOR, 1956).

um seletto salão literário e artístico estabelecido à rua d'Anjou - um novo 'Hotel Rambouillet em miniatura', segundo o depoimento de um contemporâneo. Ali apareciam às vezes, o compositor Frédéric Chopin, os pintores Franz e Hermann Winterhalter, o bibliotecário Landresse, o cantor Lablanche e o arqueólogo Teixier. Etc (MAGALHÃES JUNIOR, 1956, p.4).

Posteriormente Barral se tornaria a dama de honra da princesa de Joinville, D. Francisca, irmã de D. Pedro II, que havia se casado com o príncipe de Joinville, filho do rei Luiz Felipe, e que precisava ser bem aceita na Corte Francesa. Barral foi sua mestra, ensinando-a a enfrentar os olhares desconfiados dos franceses. Por causa deste trabalho, sua formação e seu destaque social, surgiu o convite, formalizado pelo mordomo da casa imperial Paulo Barbosa, para ser preceptora das princesas imperiais brasileiras. Seu desafio era tornar Leopoldina e Isabel educadas para a vida social no Brasil, ou em qualquer corte européia.

Importante também era prepará-las para assumir suas responsabilidades públicas, haja vista, conforme rezava a tradição, recairia sobre elas a continuidade da monarquia brasileira.

Foi em 1856 que Barral fez pela primeira vez sua aparição na Corte Brasileira, na qual deixaria sua marca, pois “nenhuma mulher daquela época teve igual poder social ... e político” (PINHO, 1942, p.167). E nunca mais se afastaria da família imperial. A amizade que estabeleceu com D.Pedro II, traduzida em uma correspondência de cerca de quarenta anos, era comentada por todos, que viam em suas cartas recheadas de conselhos uma forte interferência nas ações do imperador. No Rio de Janeiro, a Condessa de Barral continuou a chamar a atenção.

A casa de Mme de Barral parecia uma pequena corte ao lado da grande, com menos etiqueta e mais jovialidade. Sorridente, a condessa, jovem ainda, mas com os cabelos já brancos, recebia com aquela especial graça que conquistava a todos os corações, sempre achando a palavra amável para cada um. Havia ali mesa franca para os amigos e sala aberta para recebê-los todas as noites (PINHO, 1942, p.193).

Envolvida na formação das princesas imperiais, Barral se dedicou a suas maiores paixões: os cavalos e a História. Ensinou História de Portugal e da França a Izabel e Leopoldina, referindo-se a lugares que já havia visitado, o que ampliou o encantamento de suas alunas. Do imperador tornou-se a principal interlocutora, seja na prática epistolar, nos encontros quase diários no palácio de São Cristóvão, quanto nas freqüentes viagens a Petrópolis, quando o imperador fazia questão de encontrar-se com a condessa, no hotel Orléans (PINHO, 1942). Barral seria ainda a intermediária da correspondência de D.Pedro II com Gobineau, além de ter auxiliado na organização da primeira viagem do imperador à Europa.

Sua correspondência ativa, realizada durante uma de suas longas estadias na Europa, a remetente comunica suas inúmeras viagens pelo território europeu aos imperadores brasileiros, apresentando-os a diversos elementos da modernidade européia. As várias cidades, os mais diversos locais visitados, suas impressões e críticas. Uma narrativa típica de uma viajante que, mesmo já conhecendo vários países, ainda se surpreendia com o que encontra pelo caminho, e nos dá uma belíssima descrição feminina sobre a Europa do seu tempo.

A Itália foi o país mais ocupou a atenção das cartas da Condessa de Barral uma vez que morou alternadamente entre a França e a Inglaterra. Registrou viagens nos anos de 1869, 1878 e 1882. Em sua correspondência, endereçada a D.Pedro II e D.Tereza Cristina, descreveu sua visita a várias cidades italianas, nas quais esteve diretamente em contato com a arte e a cultura clássicas, elementos presentes em sua formação educacional e no seu gosto pelo conhecimento histórico. Para Barral, em território italiano, a história estava por todo lado.

(...) enfim, pisa-se sobre a história por assim dizer, e V.M.I. pode avaliar quanto eu devo apreciar essas recordações tendo sempre sido a história meu estudo de predileção – em Milão vimos o famoso Sposalizio de Rafael e aqui a Assunta de Titiano. Bastava ter visto estes dois painéis para dar por bem empregada a viagem quanto mais à vista de S. Marco e do Palácio dos Doges (BARRAL, 1977, p.67).

As viagens da Condessa de Barral pela Itália em muito se assemelhavam à viagem clássica, ou *grand tour*, qual seja: “o gosto pela arte e a arquitetura dos antigos, o culto à ruína e a atração de valores estéticos sublimes (...)” (SALGUEIRO, 2002, p.1). Essa viagem tipicamente aristocrática caracterizava-se principalmente por objetivar uma educação

peçoal em paralelo a um maior conhecimento da cultura dos antigos, pois a Itália era cara a todos que amam o que é belo nesse mundo... (3 de outubro de 1873 - BARRAL, 1977, p.81). Esse amor à arte, à cultura e à ruína representava uma identidade com a história europeia, da qual a maioria das elites brasileiras oitocentistas acreditava ser herdeira. A Condessa de Barral atuou como uma espécie de correspondente para os monarcas brasileiros que por ela eram informados das notícias de sua filha Izabel, que foi morar junto com o Conde D'Eu e seus netos, D. Pedro e D. Luiz na Europa. Ao mesmo tempo as cartas da Condessa diziam das novidades culturais do Velho Mundo, assim como das belezas encontradas pelas cidades visitadas. Sua narrativa quase sempre informal à exceção feita ao se referir aos imperadores, está repleta de descrições sobre a cultura e a arte europeias além de muitas reflexões sobre o Brasil, assunto que iremos nos dedicar no próximo capítulo.

Em cidades como Viena e Nápoles, Barral destacou a beleza do patrimônio artístico e arquitetônico, mas descreveu também o que chamou de “sua decadência”, tanto no que concerne à desorganização urbana quanto à existência das febres e epidemias que colocavam a população em perigo. Essa era uma realidade muito diferente da esperada, pois vislumbrava nas edificações antigas justamente a força da história e da cultura italianas.

Estamos morando riviera de Chiaja, mas não fomos para o hotel da Vitória porque estão agora cavando um grande fosso que tem dado febre às pessoas que lá moram. Escolhemos o hotel da Grande Bretanha onde estamos muito bem (BARRAL, 1977, p.81).

Barral estava assustada com tantos imprevistos. Para uma viagem a um dos berços da antiguidade clássica só estava preparada para ver o espetacular, o belo, a história. E

perseguiu tudo isso em seu roteiro. Como era tradicional numa *tour* aristocrática, não faltou a visita às ruínas de Pompéia e Herculano, a qual, pela indisposição do filho Dominique, durou pouco tempo. O importante era deixar registrado através de sua carta que lá havia estado. Em 1878, em Florença, procurou visitar várias igrejas, das quais destacava os afrescos de Fran Angélico e as igrejas de S. Lourenço, Sta.Croce e Orto San Michell (BARRAL, 1977). Acompanhada pelos príncipes imperiais, a Condessa de Barral se mostrava íntima da cidade à qual retornava.

Estamos de volta a Florença onde seus filhos foram passar 3 dias com o Duque d'Aumale, os Cobourgo e os Cartres. Fizeram-me o favor de levar a essa deliciosa digressão, e devo dizer-lhes o grande prazer que senti tornando a ver todos os meus velhos amigos, os quadros das galerias Degli Uffizzi e do Palácio Pitti! Com que gosto saudei ainda La Piazza della Signoria e as maravilhas dela Loggia del Lanzi! (BARRAL, 1977, p.141).

Esta sensação de estar em casa vinha do uso cultural que fazia dos lugares visitados, uma vez que já os conhecia através dos manuais de História e da Literatura italiana utilizados nas escolas européias nas quais havia passado grande parte de sua vida. Sentia-se fazendo parte por conhecer e por se identificar com o universo aristocrático europeu e para o qual a antiguidade clássica era o berço. Assim, se distinguiam dos outros visitantes, conseguindo, entre outras facilidades, bilhetes para assistir a missa na Capela Sistina, e tendo ainda o privilégio de comungar diretamente das mãos do Papa (BARRAL, 1977).

Era no contato com o outro, o estrangeiro — como a própria Barral — que as dificuldades aumentavam. Em carta ao imperador D.Pedro II, a Condessa, exaspera-se com o intenso movimento de pessoas dentro da igreja de São Pedro em Roma.

O Miserere foi admirável, porém, o vai-vem na Igreja de S. Pedro é terrível não há o menor respeito – só voltamos às 7h ½ e realmente a saída da igreja com os sinos a dobrarem era uma coisa admirável. Senti minhas lágrimas rolarem no véu (3 de abril de 1882 - BARRAL, 1977, p.202).

Incomodava Barral o burburinho dos visitantes — futuramente caracterizados como turistas — que lhe pareciam despreparados para estar lá. Ao mesmo tempo deixa entrever sua intensa emoção diante do ritual dos sinos. Nesse momento, ela diferia dos outros, sentia-se iniciada através de sua formação educacional, social e religiosa, sendo capaz de compreender toda a beleza do ritual da igreja. Adentrou no ritual, se identificou e se emocionou, algo muito distante daqueles visitantes barulhentos. Barral exprimia naquele momento o orgulho aristocrático.

E este orgulho transparece em boa parte de suas cartas. A rotina das viagens incorporava os hábitos da aristocracia européia, como as caçadas com membros da nobreza e os piqueniques nos parques. Durante o inverno o ambiente mais adequado era o interior das residências, reduzindo-se o tempo nas ruas e aumentando o número de jantares e reuniões sociais. Durante o dia, os longos passeios também era um bom programa. Nossos dias passam-se sempre os mesmos modos grandes passeios a pé por qualquer tempo que faça, música, leitura, trabalho com Dominique e cama às 10 h ½ . – Vida sã para a alma e o corpo! (BARRAL, 1977, p.166). Aos sábados, patinação. E ainda sobrava tempo, quando estavam em Nice, para o tradicional Carnaval de Guerra de Flores.

O Visconde de Nioac estava ontem na Estação com sua família e hoje o encontramos no passeio da Guerra das Flores que foi animadíssimo. Não obstante o frio, lá estivemos de carro aberto e cheio de raminhos de flores que atiramos às vezes mesmo com furor quando víamos pessoas conhecidas. A Princesa e D. Luis foram comigo de carro, o Príncipe D. Pedro e Witold Czartoriski num outro (BARRAL, 1977, p.262).

A Condessa de Barral também descreveu a rotina cultural nas noites de verão. Nessa estação as pessoas estavam mais presentes nas ruas, pois se viam livres das gripes que as atacavam no inverno. Então se multiplicavam as visitas, as festas, as exposições e principalmente a freqüência aos teatros. Barral nos dá informações sobre as várias peças de teatro representadas tanto em Paris, quanto em cidades que percorreu em suas viagens pela Europa. Esse era um momento tradicionalmente de cortesias entre os membros das aristocracias brasileira e européia. Assim.

Mesmo horrível calor hoje 4ª feira 20 de julho. Mertian veio almoçar e aqui ficou e dormiu. Jantamos no hotel de Londres com seus filhos e chez le Duc de Montpensier que nos levou depois a Michel Strogoff¹² no teatro Chatelet. Divertiu-me muito. Tivemos todos os luxos do bom camarote, bons sorvetes, bom carro e, sobretudo, a amabilidade extrema do bom Duque de M (BARRAL, 1977, p.176).

Essa rotina vivenciada pela aristocracia brasileira na Europa muito se aproximava da rotina na corte brasileira. No Rio de Janeiro, a rua do Ouvidor era o espaço escolhido para passeios ao ar livre e o acesso a vitrines e a sorvetes gelados.

Tanto nos saraus como nas corridas do Prado Fluminense, nas regatas de Botafogo como nos passeios em barca, ou nos jantares do Jardim Botânico, ou nas excursões a cavalo a Tijuca, esse domínio se afirmava absoluto, fechado, completo – mesmo nas displicências dos que tarde estacionavam no Demarais ou

¹² Peça de Júlio Verne. (BARRAL, 1977, p.176).

no Wallestein e entre o cavaquear da política e de letras colhiam das passantes da rua do Ouvidor algum olhar furtivo ou algum sorriso adejante (PINHO, 1942, p.104).

Certamente as correspondências narrando esses passeios, como a da Condessa de Barral, contribuíram para que os membros das elites brasileiras se motivassem a incorporar à sua rotina o passeio diário pela cidade, observando vitrines, e ainda saindo para realizar compras. Vimos no capítulo anterior a crítica dos homens brasileiros, tendo em vista a Europa, quanto a ausência da “boa população” nos parques e jardins do Rio de Janeiro. Com o passar do tempo, as mulheres procuraram no interior das lojas comerciais os tecidos ou vestidos, rompendo com a tradição colonial dos caixeiros-viajantes que levavam suas mercadorias para o interior do país, ou batiam de porta em porta na Corte. Como os europeus, homens e mulheres começavam a sair às ruas comerciais do Brasil para um dia de compras.

E as compras certamente eram parte do cardápio europeu desfrutado pela Condessa de Barral. Escrevendo de Roma em 1882, ela nos afirma: *Shopping parte do dia. Comprei uma linda descida da cruz pintada sobre fayence dos Abruzzi coisa extremamente bela e antiga dont je suis ravie* (BARRAL, 1977, p.197). Muitas vezes se fez acompanhar pela Princesa Isabel. Sua filha veio me buscar para ir com ela fazer compras – Ela agora tanto exagera o exercício a pé quanto exagerou a imobilidade extraordinária na cama (BARRAL, 1977, p.158). Ou ainda: *Amélie Drummond a diné ici et j'ai été avec elle et Dom voir les magasins d'étreennes et acheter des chapeaux Minche (joli sac de Bombons) pour toute mes petites amies* (BARRAL, 1977, p.158).

Mas não era apenas para as compras que as mulheres se reuniam. Barral descreve em suas cartas outras situações em que elas compartilhavam momentos agradáveis, como na leitura coletiva de romances e jornais. Não saí de casa hoje. A Mana Chica veio com Mlle. Fabre de La maurelle de quem eu gosto tanto, e a pobre Mme de St. Maixent. Estamos lendo um lindo romance chamado Pompom. A heroína é uma negrinha. Li tanto que os olhos estão ardendo (BARRAL, 1977, p.162). Ou ainda: Princípios a ler um Mariage d'amour de Halévy que parece original. A leitura de muitos jornais (diários) seria interessante – mas eu queimei todos aqueles que foram anotados por um seu conhecido (BARRAL, 1977, p.185).¹³

Percebemos que, ao contrário da narrativa de Tavares Bastos — na qual encontramos poucas informações sobre a rotina de sua mulher Mariquinhas e sua filha Elisa —, outros temas ganham importância quando a própria mulher constrói sua narrativa através de suas cartas. Elas estavam nas cidades européias oitocentistas, assim como os homens, mas vivenciaram-na de uma forma bastante diferente da rotina feminina apresentada nas narrativas de pais e maridos. As aulas de piano continuam a existir, porém perderam espaço na narrativa para os passeios públicos, os jantares, pelos quais eram responsáveis tanto quanto à organização e recepção dos convidados. As cartas da autoria feminina destacavam as práticas solidárias entre as mulheres, que, juntas, exploravam as cidades européias no ir e vir das compras, trocando idéias e informações nos encontros vespertinos e também

¹³ Segundo os editores das cartas de Barral, tratava-se do próprio imperador.

acessavam, juntas, a cultura literária européia via leitura coletiva. Através de sua própria correspondência as mulheres parecem menos sozinhas e frágeis em território estrangeiro.

A Condessa de Barral foi uma liderança entre esse grupo de mulheres brasileiras na Europa. Forte, determinada e autônoma, utilizou sua formação e sua experiência de viajar pela Europa como elementos que legitimaram sua liderança e ainda reafirmaram seu pertencimento à cultura européia. Foi reconhecida por seus pares, homens e mulheres. Construiu em suas cartas uma narrativa de viagem na qual, à medida que apresentava o roteiro percorrido, refletia sobre ele e sobre outras questões, principalmente àquelas ligadas a problemas brasileiros. Aproximou os imperadores brasileiros, seus destinatários, dos locais que ia conhecendo, da cultura que ia adquirindo e das surpresas pelas quais passava. Sua rotina não diferia muito daquela realizada mesmo por mulheres que eram coadjuvantes de seus maridos na viagem européia. Porém, delas pouco se sabe. Assim, as cartas da Condessa de Barral tornam-se documentos privilegiados para pensarmos o universo da viagem feminina à Europa.

Barral não se fiou apenas nos privilégios aristocráticos ou nas relações que travava com intelectuais, políticos e artistas. Percebemos que sua formação e vivência na Europa dotaram-na de autonomia e maturidade suficientes para enfrentar as mais difíceis situações, mesmo quando não estava sob a proteção de seus pares. Em suas cartas de viagem ao imperador D. Pedro II e a imperatriz D. Tereza Cristina demonstrou coragem, autonomia e autoridade, condutas muito diversas das encontradas por grande parte das brasileiras que por aqui foram educadas, no seio da família patriarcal, visando unicamente o caminho do matrimônio e da maternidade. Dois momentos foram por ela descritos a seus remetentes, e

exemplificam bem a postura de Barral. O primeiro deles foi o seu retorno a Paris, em plena Comuna de Paris, em 1871, e a experiência de um terremoto em Nice, em 1887.

Era 1871, e Barral encontrava-se em Londres quando da ocupação de parte do território francês por tropas prussianas. Acompanhada do adido da Legação Brasileira em Londres, disfarçado de encarregado de despachos, realizou por mar a travessia para o continente por longas dez horas. Em território francês passaram pela provação da inspeção prussiana, e embarcaram num trem militar para Paris, aventura narrada por Barral aos imperadores brasileiros.

(...) nós partimos por um trem militar prussiano, com todo o material prussiano, wagons de 3ª classe, e assim, chegamos a Rouen às 8 h. da noite. Lá vi o Dr. Bronn com muito prazer. No dia 7 seguimos para Amiens, lá tendo saído do carro para almoçar tomaram nossos lugares, e para seguir viagem entramos num wagon de bois, e fizemos boas 2 horas de viagem sobre a palha. Em Creille pudemos comover le chauffeur de outro trem de bois que nos tomou com ele no fourgon du frein de la Locomotive, e depois de mil paradas e dificuldades chegamos à La Chapelle de St. Denis dentro das fortificações de Paris! Foi com grande emoção. Eram 2 horas da madrugada, chuva à gamelas e lama digna do Calolê de St. Amaro – Foi mister gramar a pé até Paris aonde chegamos às 3 horas – dormimos num hotel porque não se podia achar quem carregasse a bagagem e Paris estava no escuro. – Que tristeza! Que miséria! No dia 8 disse ali adeus ao Sr. Correia cada um tomou sua direção e eu fui antes de vir à minha casa entregar todas as cartas, de que vinha encarregada. Era o famoso dia das eleições – tudo se passou sem barulho, mas creio que o Partido Democrático rouge l'emportera. Nem posso contar tudo quanto tenho visto, e tudo quanto tenho feito! Parece incrível (Fevereiro de 1871 - BARRAL, 1977, p.71).

A narrativa desta mulher de 55 anos aproximou seus destinatários do campo de batalha francês. Ao mesmo tempo demonstrou sua segurança e conhecimento sobre um território que não lhe era mais estrangeiro. Paris era sua casa, mas ainda assim era brasileira e baiana, com força suficiente para enfrentar a viagem em vagões de madeira, sentada na palha. Sua

identidade estrangeira estava lá, na chuva à gamelas e lama digna do Calolê de St. Amaro (BARRAL, 1977, p.71). Constituía-se numa mulher híbrida, pois “francesa na França, pela educação e pelo casamento, era Barral brasileira no Brasil pelo sangue, pelo nascimento e pelo sentimento” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1956, p.5). Matéria esta que será objeto de nossa atenção no próximo capítulo.

Mas Barral encontrou-se novamente em situação de risco, desta vez em Nice, quando, em fevereiro de 1887, presenciou um terremoto. Colocada a prova reagiu com muito bom humor.

Agora que o perigo parece passado, venho dizer a V. M. que nunca dancei semelhante fandango na minha vida como ontem ali pelas 6 horas da manhã!... Esta carta que também é para sua Majestade a Imperatriz só dará uma imperfeita idéia do que se deu aqui quando eu direi que durante 25 segundos fomos literalmente peneirados nas nossas camas e que um quarto de hora depois sentimos novo tremor, porém menos brávio mas que aliás convidou a todos a sair das camas. A Mariquinhas que desde Pau não dava cópia de si entrou-me no quarto adentro em fraldas de camisa e se o caso não fora tão sério muito me teria feito rir. ‘O que foi isso Senhora Condessa – são artes do inferno’ e palpitante caiu na minha cadeira de braços sem poder mais se mover. – Às 7 h 1/2 eu saí com a Princesa e fomos tomar as cinzas numa capelinha a 2 passos desta casa, e confesso nunca ter agradecido com maior fervor a Deus de ter escapado a um grande perigo. Mal voltamos para casa sentimos 3º tremor e como todos disseram que o observatório anunciava o 4º tremor muito mais forte para as 10 horas tratamos de ir todos para o jardim carregando os meninos doentes embrulhados em cobertores, e colocando Totô dentro de um carro com a irmã enfermeira que cuida dele e nós ficamos como ciganos acampados no alto do morro. Deus louvado fazia tempo verdadeiramente glorioso (24 de fevereiro de 1887 - BARRAL, 1977, p.264).

Em sua correspondência aos imperadores, Barral já havia comunicado sua sorte em escapar de um terremoto ocorrido em 1878 na Itália, onde a cidade de Alésio de San Remo havia

sido bastante destruída deixando um grande número de desabrigados. Já o acontecimento em Nice não a apavorou. Demonstrou tranqüilidade para aguardar os próximos passos, informou-se sobre novos abalos e até mesmo pôde admirar a paisagem do alto do morro em que se abrigaram à espera de novos tremores.

Estes dois eventos nos sugerem a força e a tranqüilidade de Barral em território europeu, espaço em que aprendeu a força da educação para a mulher e no qual fez de suas viagens um instrumento de conhecimento e formação contínua. Como mulher superou a posição de coadjuvante e foi protagonista de sua própria história, aristocrática, autoritária, privilegiada, mas, ainda assim, uma mulher do seu tempo. Como o foi Nísia Floresta, outra mulher a escrever sua própria narrativa de viagem.

Nísia Floresta: uma romântica na Alemanha

Nísia Floresta Brasileira Augusta, batizada Dionísia Gonçalves Pinto, não fez da luta por seus direitos apenas uma reivindicação pessoal, e sim transformou seu trabalho num espaço de reflexão e luta pelos direitos de todas as mulheres. Aos 21 anos de idade já escrevia sobre a condição feminina na imprensa pernambucana. Em 1838, viúva e com uma filha pequena, fundou no Rio de Janeiro o colégio Augusto, onde promoveu um ensino de qualidade para as mulheres, tentando prepará-las de forma mais completa, ou seja, superando as disciplinas decorativas, como bordado e canto, e valorizando aqueles conteúdos que pudessem melhor preparar a mulher para a vida moderna e o mundo do trabalho.

Criticava o ensino como um todo, tanto o oferecido a homens quanto às mulheres. Comparava as escolas primárias oitocentistas a presídios que se utilizavam de métodos disciplinadores, como a palmatória e a vara, para incentivar os alunos aos estudos. Nísia Floresta denunciou ainda o despreparo dos professores na compreensão e discussão dos textos clássicos a serem trabalhados em classe, como Tito Lívio, Virgílio ou Horácio. E contestava veementemente a formação feminina — ainda mais precária que a masculina — pois voltada para a preparação para o matrimônio e a maternidade. Ainda assim, ironizava: “Por que a ciência nos é inútil? Porque somos excluídas dos cargos públicos; e por que somos excluídas dos cargos públicos? Porque não temos ciência” (DUARTE, 1998 *apud* MUZART, 1999, p.177).

Nascida em Papari (atualmente leva seu nome) no Rio Grande do Norte, em 12 de outubro de 1810, Nísia Floresta foi considerada a precursora do feminismo no Brasil e na América Latina. Identificava-se com as lutas das feministas européias de seu tempo na reivindicação do direito de homens e mulheres a instruções morais, intelectuais e profissionais como forma de realizar a igualdade entre os sexos (MICHEL, 1982). Também, como ocorreu entre as européias, adotou a defesa de outros grupos sociais marginalizados, como foi o caso dos índios brasileiros, denunciando o perigo de sua perda de identidade (MUZART, 1999).

Atuando na escola e na imprensa, Nísia Floresta convivia nas duas maiores instituições de defesa dos direitos das mulheres no Brasil. Com pouco espaço considerado respeitável para atuar profissionalmente, a educação passou a abrigar aquelas mulheres que, melhor

formadas, poderiam sobreviver de seu trabalho, porém sempre pior remuneradas do que os homens. Já os jornais ao promoverem as trocas de idéias e informações, constituíram-se meio extremamente importante na divulgação da luta pelos direitos das mulheres (HAHNER, 2003). Nísia Floresta se utilizou de ambos para divulgar suas idéias, que iam desde o direito a uma melhor educação para as mulheres a reflexões sobre temas femininos como a maternidade, o casamento, a saúde da mulher etc.

Nísia Floresta viajou à Europa pela primeira vez em 1849, aos 39 anos, seguindo os conselhos dos médicos que atenderam sua filha, Lúvia Augusta, gravemente acidentada. Seu filho Augusto Américo também a acompanhou. O retorno ao Brasil aconteceu em 1852, mas logo voltaria a viajar a Europa por onde ficaria por 16 anos, de 1856 a 1872, desta vez somente com a filha. Em 1875, uma nova e definitiva viagem se realizou, pois Nísia Floresta não retornaria ao Brasil, visto que veio a falecer a 24 de abril de 1885 em Bonsecours, na Normandia (AUGUSTA, 2001). Uma vez em território europeu, continuou produzindo obras e discutindo tanto a educação quanto a condição feminina.

Nísia Floresta residiu na Europa por 28 anos, adotando a França como sua segunda pátria. Em Paris esteve em contato com grandes intelectuais franceses, convertendo-se inclusive ao Positivismo, graças à amizade com Augusto Comte. Viveu na mais cosmopolita das cidades oitocentistas e também empreendeu viagens por outros países. Foi à Itália e à Grécia, onde realizou um roteiro clássico repleto de reflexões que originaram o texto *Trois ans en Italie, suivis d'un voyage en Grèce*. Mas é na Alemanha onde sua narrativa de viagem nos apresenta as mais fortes impressões. Talvez porque Nísia Floresta estivesse mais reflexiva, ou porque a cultura alemã lhe parecesse realmente estranha a sua origem

brasileira e à sua educação de matriz francesa. O fato é que o texto que produziu durante a viagem — *Itinerário de uma Viagem à Alemanha* — apresenta inúmeras informações sobre o universo da viagem de brasileiras — estava com a filha — a partir de um roteiro diferente do percorrido por Barral. Destacaremos alguns pontos de sua turnê pela terra de Goethe e Kant, observando sua rotina, suas reflexões e, principalmente, como elaborou uma narrativa sobre a viagem, sobre a história e sobre si mesma.

A escolha pela Alemanha não foi aleatória. Nísia Floresta viajava após a morte de sua mãe, acontecida em 1855. A viagem transfigurava-se num retorno a vida, após longo período de sofrimento. Transitando entre sensações de alegria e tristeza, nossa viajante procurou levar a seus interlocutores, o filho e os irmãos no Brasil, todas as emoções vivenciadas no decorrer da viagem. Fazia anotações nas quais deixava suas impressões e ao mesmo tempo se assumia como narradora e personagem. Fazia uma viagem pelo território alemão, entrando em contato com seu passado em ruínas ou com as promessas de progresso da modernidade. Ao mesmo tempo realizava uma expedição para dentro de si mesma, buscando superar o sofrimento com autoconhecimento (DUARTE, 1998). Era uma viagem-terapia.

Numa lógica romântica, a morte da personagem seria o coroamento ‘perfeito’ desta peregrinação. Afinal até então ela esteve obcecada pela morte, meditando sobre o passar do tempo, convivendo com ‘fantasmas’ e admirando locais fúnebres. Diante de alguns túmulos chega mesmo a desmaiar romanticamente, numa atitude teatral bem de acordo com as reações tantas vezes descritas em romances e peças da época. A nostalgia da infância perdida, a consciência da efemeridade dos dias felizes, as viagens em busca do exótico e pitoresco, aliadas a uma dose mórbida de atração pelo fúnebre, por um certo clima soturno e macabro, contribuem, sem dúvida, para a consideração da autora como uma militante da estética romântica e deste texto com um belo exemplo do gênero relato de viagem (DUARTE, 1998, p.17).

No interior da viagem processava-se uma espécie de laboratório, no qual as novas experiências, surpreendentes, agradáveis ou não, possibilitavam uma mudança do sujeito. Naquele momento Nísia viveu um ritmo próprio que se realizava no tempo da observação das ruínas históricas e das novidades da industrialização alemã. Tudo seu olhar catalogava. Esta atenção a fazia perceber o surpreendente numa paisagem já conhecida previamente.

O desejo de viajar pela Alemanha era antigo, pois a terra do Romantismo e da Filosofia muito atraía Nísia Floresta. Andar por suas cidades significava ingressar nesse novo espírito que misturava a força da poesia ao processo de industrialização. A leitura de Goethe aproximara-a do território alemão, porém era a história que elaborava seu roteiro. Sua memória será construída através das cartas à família.

A primeira carta de Nísia Floresta, datada de 26 de agosto de 1856 dá mostras de melancolia e a dor pela morte da mãe a impulsionavam a sair de Paris, procurando novos ares, e, assim, momentos de introspecção, reflexão e aprendizado. O roteiro estava diretamente ligado a seu estado de espírito e por isso partiu rumo à Alemanha pela Bélgica. A velocidade do trem lhe permitia observar a paisagem, e com ela recordar sua própria vida. Escolheu uma viagem que lhe propiciasse um encontro com o passado já conhecido por anos de aprendizado da História Européia, e que se tornava refúgio das tristezas do presente. Sua erudição, ao lhe permitir o reconhecimento da paisagem, lhe garantiria a segurança necessária para empreender a viagem. *A minha direita e a minha esquerda sucedem-se paisagens interessantes, desenrolando-me uma página dos tempos passados* (AUGUSTA, 1998, p.41).

Em viagem, Nísia Floresta nos demonstrará qual era o foco de sua atenção durante todo o destino: a história da Alemanha e do Romantismo. Durante o percurso inicia seu reconhecimento.

Já haviam desaparecido atrás de nós Amiens, depois Arras, com suas reminiscências históricas: a primeira exhibe seus canais, fábricas e a linda catedral; a segunda evoca o fantasma ainda bem vivo de Robespierre. Em Valenciennes, paramos mais demoradamente para jantar e ver melhor a velha cidade em que Clóvis III e Carlos Magno realizaram, em 603 e 771, assembleias gerais (AUGUSTA, 1998, p.39).

A paisagem histórica se sucede na narrativa de Nísia Floresta demonstrando seu preparo e sua erudição. Não se refere a mapas, roteiros ou guias de viagem no início do percurso. Sabemos que eles existiam, como se viu nos depoimentos masculinos do capítulo anterior. Porém a viajante poderia omitir a consulta. A princípio percebemos em sua narrativa pessoal, sem indicação de fontes, consultas ou guias, uma vontade da viajante em reconhecer o que sabia existir, uma espécie de prova. Mas aos poucos vai revelando a existência de uma assessoria bastante discreta ou mesmo informal. Assim: (...) **graciosa mulher que nos-las mostrava** destacou aquela onde os antigos estados de Brabante tinham suas assembleias; **Ou ainda:** Diante do Hotel de Ville acha-se um vasto edifício chamado 'Mercado do Pão' e mais vulgarmente 'Casa do Rei'. Foi lá (**disseram-me**), em uma pequena sala, que os condes de Horn e de Egmont passaram a noite (...) (AUGUSTA, 1998, p.45 - grifos meus). Percebemos que, se a localização podia ser colocada em dúvida — pois havia sido feita por alguém em quem não parecia confiar — por outro lado, a história ali supostamente vivida era de domínio da viajante. Já em Aix-la-Chapelle, foi destacada a presença de um guia junto aos visitantes.

Vários estrangeiros visitaram a famosa sala dos imperadores quando nela penetramos. Um guia, falando alemão e francês, explicou-nos os diferentes quadros que ornamentavam as outras salas e colocou-nos a par dos fatos históricos que se realizaram neste edifício (...).

“Os tempos mudaram muito”, diz-me o guia: “por estas janelas que a senhora vê aí ao lado, jogava-se dinheiro ao povo, depois do esplêndido banquete que se realizava aqui”.

Agora, dizia-me eu, o dinheiro entra aqui através de alguns Kreutzers dados a este homem, que mostra os restos dessa grandeza passada! (AUGUSTA, 1998, p.75 e 76).

Enquanto estive em território em que a maioria das pessoas falava francês, a viajante não se precisou de um guia. Será somente em território alemão, onde não dominava a língua, que a figura do guia se fazia necessária, o qual aparecia destacadamente em sua narrativa. Percebemos também o fato de que, diferentemente dos homens, as mulheres não se inibiam ao demonstrar que em inúmeros momentos precisavam de ajuda, fosse de guias, tradutores ou outros ajudantes. Situação muito diversa da encontrada nos relatos masculinos, como no capítulo anterior, nos quais os homens se irritavam profundamente com a presença destes desconhecidos. Na narrativa de Nísia Floresta, os guias tiveram um papel importante na realização de sua viagem. Assim, na carta escrita a 2 de setembro de 1856, descreve o momento em que precisou de ajuda ao visitar a torre de Colônia: sem a ajuda de um guia, não teríamos podido reencontrar nosso caminho, em meio a esta floresta de agulhas e pequenos campanários (AUGUSTA, 1998, p.83).

Nísia Floresta também observou como a cidade era descrita por alguns franceses que a habitavam, pois considerava-os bons observadores dos costumes, e por isso capazes de descrever como ninguém a cidade em que viviam. Porém, em conversa com uma parisiense

que morava em Bruxelas, a viajante brasileira se decepciona com o depoimento. A francesa diz que a cidade é uma miniatura de Paris, apenas com maior “licença dos costumes”, com o que Nísia Floresta não concorda. Para ela nenhuma outra cidade era tão licenciosa quanto Paris. Aqui encontramos o confronto entre dois olhares sobre a mesma paisagem visitada. Compreendemos na postura de Nísia Floresta um duplo depoimento como estrangeira, a primeira delas a se referir a Bélgica, que pouco conhece, e a outra quando fala de Paris, onde reside, mas ainda mantém uma distância crítica enquanto viajante estrangeira.

As visitas aos monumentos de Bruxelas foram muitas. Longas visitas a museus, palácios e igrejas, sendo que retornaria várias vezes a alguns lugares. O roteiro de Nísia Floresta estava em aberto. Ela fazia seu tempo, com isso possuía a tranquilidade necessária para o aprendizado da história de cada monumento visitado. Encontrá-los significou ao mesmo tempo uma reafirmação da devoção à história européia, amplamente presente nos currículos escolares de brasileiros, ao mesmo tempo em que rendia homenagem a sua formação no Brasil que também a preparara para a viagem.

Nísia Floresta também visitou outros espaços na Bélgica, como o jardim botânico e o jardim zoológico. Neles se surpreendeu com a diversidade da fauna e da flora catalogada. E se emocionou com a presença de espécimes brasileiras, encontro que será explorado no próximo capítulo. Assim, História e Ciência se apresentaram à viajante brasileira como atrativos da civilização européia.

Como viajava apenas em companhia da filha, os relatos de Nísia Floresta pouco falam de encontros e jantares, como os descritos pela Condessa de Barral. Mas descreveu outras diversões. Cada cidade visitada era como um grande parque de diversões a ser explorado.

As ruas circundantes são belíssimas, sobretudo a Rua Real. Entre as construções notáveis de Bruxelas, admirei a Passagem de Saint-Hubert: é a mais elevada e muito mais bela que todas as passagens da sedutora Paris. As lojas são igualmente elegantes (AUGUSTA, 1998, p.57).

Lugares especiais para compras, as passagens foram inspiradas nos falanstérios de Fourier, espaços nos quais as pessoas romperiam com as agregações tradicionais como o casamento, a família, os valores, e se uniriam pelas vontades, sentimentos e projetos comuns. Porém, seria com o desenvolvimento do capitalismo que elas ganhariam outro sentido. Com o desenvolvimento industrial, a fabricação em série, o crescimento da concorrência comercial, as passagens, espécies de galerias repletas de lojas, tornam-se espaços para a exaltação do comércio na exibição dos produtos em vitrines cada vez mais luxuosas (BENJAMIN, 1989). Ali se encontrava de tudo.

*Libraries, modistes, gantières , marchands de Cannes, verriers, cafetiers et restaurants, tou participaient à cette fête da la consommation. L'apparition des produits manufacturés et la creation simultanée des passages constituèrent une véritable révolution du commerce de détail. La vie Sociale s'en trouva transformée. L'auteur des Nouveaux Tableaux de Paris n'y reste pas insensible:
De cesp alais les colonnes magiques
A l'amateur montrent de tout parts
Dans le objets qu'étalent leurs portiques
Que l'industrie est rivale des arts!
(MONCAN, 2003, p.27)*

As mulheres faziam das compras uma das atividades mais importantes de seu roteiro. As novidades da perfumaria, da moda e decoração as atraíam para as galerias. Por um lado,

adquiriam souvenirs da viagem, por outro antecipavam tendências da moda e da elegância. Com Nísia Floresta não foi diferente. Todavia, mesmo diante de tantos produtos a serem consumidos, a viajante não banalizou seu discurso em prol da luta pelos direitos das mulheres. Em visita a uma fábrica de meias, questionou a frivolidade das damas da sociedade mantida pelo trabalho árduo de outras mulheres. Esse elemento de solidariedade entre mulheres de lugares sociais diferentes, presente na postura de Nísia Floresta, também marcaria profundamente o movimento feminista europeu no século XIX (MICHEL, 1982).

Se a viagem de Nísia Floresta por Bruxelas, cidade ainda tão próxima a Paris, foi repleta de novidades, ela nos informou ainda mais na chegada em território alemão. Será em Aix-La-Chapelle¹⁴ que, pela primeira vez, se sentirá estrangeira.

Ouvindo falar somente alemão, fui tomada, um instante, pela emoção de me encontrar em um solo completamente estrangeiro, pois, na Bélgica, exceto as pessoas das classes baixas que falam flamengo entre si, todo mundo expressava-se em francês, de maneira que eu me sentira até aqui ainda como na França, que considero uma segunda pátria (AUGUSTA, 1998, p.71).

Nísia Floresta se encontrava finalmente diante de uma fronteira. Identificou-se estrangeira no limite entre a cultura europeia — que já conhecia, vivenciada na longa estadia em território francês — e a abertura de uma nova possibilidade de conhecimento, agora fincada na cultura alemã. A incompreensão da língua tornava-a menos segura, mas ainda assim preparada para viver o desafio. A viajante entra no território alemão protegida pela cultura literária, histórica e filosófica que carrega de sua formação clássica. Ela se difere, assim, de

¹⁴ Aix-la-chapelle conhecida com a cidade de Carlos Magno, ficou por muitos anos sob domínio francês após sua ocupação por tropas napoleônicas, mas a partir de 1815 é passada à Prússia. Também conhecida por seu nome em alemão, Aachen ou Aquisgrão.

tantos outros viajantes que encontrará pelo caminho, os quais, ao contrário dela, poucos preparados estavam para a realização da viagem.

Em Bruxelas e nas cidades seguintes, Liège, Verviers, Géronsthère, a viajante havia se encontrado com pessoas ou famílias inteiras que falavam o francês e as descreveu como “bastante hospitaleiras”. Assim, não se sentiu em nenhum momento estrangeira. Essa constatação da fronteira, aqui delimitada pela língua, nos avisa que Nísia Floresta estará observando a tudo com cuidado redobrado, por segurança, mas também pelas enormes surpresas com as quais se deparam seu olhar. Aos poucos, o estresse do traslado, bagagens, alfândega, vai sendo sucedido pela alegria de encontrar-se cada vez mais com o passado europeu, sediado em terras germânicas. Emociona-se, sobretudo, diante do túmulo de Carlo Magno, em Aix-La-Chapelle.

De pé, sob a cúpula desta capela inacabada do século VIII, cujo interior é da mais perfeita magnificência bizantina e respira extraordinária majestade, eu imaginava ver as gerações que se sucederam até nossos dias! Emocionadíssima, parei nesses lugares históricos para olhar o passado e refletir sobre o futuro! (31 de agosto de 1856 - AUGUSTA, 1998, p.69).

Ali, para a viajante, havia o encontro com a História, não da Europa, mas de toda a humanidade. O passado histórico era visto como um espelho para os homens, seu conhecimento traria lições para o presente e projetaria o futuro da humanidade. A História, mestra da vida, exibiria heróis que ensinariam ao homem valores e civismos. Assim, Carlos Magno não falava só do Império Carolíngio, mas de todo um conjunto de experiências e valores que deveriam ser compartilhados por aqueles que conheciam sua história, que possuem educação, e, portanto, se distinguem do restante da população inculta.

Este modelo de História foi responsável por formar inúmeras gerações de brasileiros entre os séculos XIX e XX. Através dele acreditava-se que a história do Brasil era uma continuidade da história europeia e que portanto, o Brasil representaria a idéia de “civilização” no Novo Mundo, sendo sua elite responsável por se formar e, posteriormente, educar os demais grupos sociais. Repleta de valores morais, como honra e patriotismo, ela edificava uma história linear e progressiva, que deveria ser conduzida por heróis, mártires, preparados ou escolhidos para comandar a humanidade, com o que, assim, garantiria legitimidade às ações políticas das elites nacionais (DIEHL, 1998; REIS, 2000).

Nísia Floresta se emocionou a cada encontro com a história, pois, além de aprender um pouco mais sobre a cultura europeia, — dentro da noção de uma História Universal — se identificava com ela. Mas o culto ao passado não significava apenas aprendizado da História. A viajante, ao deslocar-se pelo rio Reno, identificou também no passado, e mais precisamente na Idade Média, tão viva nas cidades ribeirinhas, a força das idéias do Romantismo.

Ó idade média! Tão fértil em grandes amores, e sublimes feitos guerreiros! Onde estão as virtudes notáveis que viste eclodir com tanto vigor?... A civilização moderna, que devia tê-las desenvolvido, sufocou-as! e as paixões efeminadas, o egoísmo e o enfraquecimento das crenças, fonte dos males que afligem a humanidade, as substituíram, lamentavelmente (AUGUSTA, 1998, p.97).

A nostalgia de um tempo encantado de cavaleiros e suas armaduras foi decantada por Nísia Floresta. Admiradora do Romantismo, ela lamentava a perda do encantamento do homem moderno, cada vez mais racionalista, ainda mais nas relações afetivas. Num mundo onde

prevaleciam a técnica e a racionalidade, como era o caso europeu, pequeno era o espaço para o encantamento. Assim, segundo Weber, o Romantismo procurou reencantar o mundo, numa tentativa de desvendar o inconsciente e vencer a luta contra o “desencantamento do mundo” (WEBER, 1982).

Para Nísia Floresta esta viagem talvez pudesse funcionar como um reencantamento do mundo. A tristeza pela morte da mãe lhe exigia um esforço para recuperar as esperanças e tantos sentimentos adormecidos. Assim:

Paris não me falava mais ao espírito, desde que eu experimentara a dolorosa crise que me arrastou de perto de vocês. Eram-me necessários, repito, outros espetáculos, impressões novas e diferentes, para distrair-me da tristeza profunda, causada pela irreparável perda que me despedaçou o coração e transformou minhas idéias, orientando-as em direção nova. Esses espetáculos e impressões, achei-os nesta terra que a cada dia me interessa mais (AUGUSTA, 1998, p.165).

A experiência da viagem funcionaria como uma forma de recuperação da perda materna, e ao mesmo tempo oportunidade de estar diante de um mundo e de pessoas que pudessem ressignificar sua vida. Durante a viagem, Nísia empreendeu um processo de conhecimento de novas paisagens, mas, paralelamente, vivenciou um processo de auto-reflexão e autoconhecimento. Este movimento não foi fácil assim, em alguns momentos estar em constante viagem a fez sentir-se solitária.

Quem poderia compreender e menos ainda descrever o que se passava no coração dessas duas estrangeiras solitárias, ali, um pouco à parte, perto de uma mesa cercada de tantas outras, povoadas de gente de todas as nações e de todas as idades, crianças, moças, velhos, falando todas as línguas, exceto a nossa! (AUGUSTA, 1998, p.80).

Esta mulher-viajante viveu a ambigüidade das alegrias e surpresas da viagem, assim como as saudades de casa e dos entes queridos. Fez das fotografias e das cartas recursos para amenizar a falta e a distância e seguir em frente. Porém não se isolou, apesar de preferir uma viagem solitária com a filha. Esteve presente nos lugares onde prevalecia a festa, a multidão, a alegria. Resolveu tudo observar, aproximando seus leitores de todos os espaços que visitava. E assim acabou por nos falar da grande presença de turistas ou viajantes como ela.

Viajando em barcos a vapor ou em trens pelo território europeu, Nísia Floresta foi entrando em contato com um grande número de estrangeiros que, como ela, visitava a Alemanha em 1856. A viajante preferia a navegação, pois lhe parecia mais um ingrediente para transformar suas observações, além de facilitar-lhe ir descendo e conhecendo diferentes lugares. De toda forma foi conhecendo o território alemão e se surpreendendo com o que via.

Viajar, repito-lhes, é o meio mais seguro de aliviar o peso de uma grande dor que nos mina lentamente. Desde que deixei Paris para visitar a Bélgica e a Alemanha, os dias não mais parecem ter a lentidão que me matava. A pressa que preciso ter para não perder tal ou tal trem, a beleza das paisagens percorridas, o interesse que nos inspiram os monumentos e os estabelecimentos diversos que visitamos, o estudo dos costumes locais, tudo isso faz-me passar o tempo rapidamente e, de modo geral, estou mais atordoada que tocada pelos objetos variados que se oferecem a minha visão (AUGUSTA, 1998, p.129).

É nesse ritmo que vai de cidade em cidade alemã, passando pelos mais variados hotéis e por caminhos em que sempre se abrigavam outros visitantes. Enquanto Nísia Floresta esteve na Bélgica, a presença de estrangeiros acabou por ajudá-la, uma vez que falavam

bem o francês e acabaram por guiá-la. Na despedida, porém, lamentava a fugacidade dos relacionamentos entre os viajantes que tinham fim a cada partida. Já na Alemanha entrará em contato com os diversos viajantes estrangeiros a partir dos passeios públicos, nos quais encontrava, como em Aix-la-Chapelle, grande número de “passeantes”. Pelas cidades que percorria, sempre os viajantes lhe chamavam a atenção. Eles estavam nos monumentos que atraíam uma multidão de viajantes (AUGUSTA, 1998, p.96); nos hotéis encontramos suntuosa mesa de hóspedes, cercada por uma multidão de viajantes (AUGUSTA, 1998, p.99). Mas será na excursão pelo Reno que verificou o maior movimento de estrangeiros.

A multidão de estrangeiros que descia em cada porto para visitar os lugares curiosos; outros subindo no paquete, parado um instante para esta interessante manobra: toda esta vida, este movimento, estes quadros variados formavam um espetáculo grandioso que a lua nova, aparecendo neste dia de excursões sobre o Reno, poetizava ainda mais.

Alguns viajantes puseram-se a cantar, e os sons dessas vozes, em um barco a vapor, atravessando as águas deste rio soberbo, entre estas montanhas soberbas, aumentam minha emoção (AUGUSTA, 1998, p.111).

Diferente dos relatos aristocráticos do Visconde Nogueira da Gama e da Condessa de Barral, Nísia Floresta se deixa entreter pela presença de outros viajantes com hábitos diversos aos seus. Divertia-se com eles numa visão tipicamente romântica, sem divisões aparentes de nacionalidades ou classes sociais, eram ingleses, franceses e russos, todos tratados com a mesma hospitalidade pelos alemães. Mas em alguns momentos de sua narrativa, a viajante restabelecia a distinção entre os diversos viajantes, já que não tratava a todos com a mesma paciência.

Escrevendo de Schwetzingen, a 18 de setembro de 1856, reclamou de que a cidade se transformou num ponto de encontro não somente de turistas desocupados, que preferem em geral as cidades das águas e sua elegante convivência, mas particularmente dos artistas e dos poetas, que deparam, nos numerosos passeios (...) (AUGUSTA, 1998, p.157 e 158). Prevalencia ainda a visão dos turistas como desocupados e sem preparo para empreender a viagem. Assim, muitos deles poderiam contribuir para degradar o ambiente e colocar em risco o patrimônio das cidades visitadas. Ao visitar as ruínas do castelo de Heidelberg, denunciava a imprudência da multidão sobretudo a multidão de estrangeiros que sobem, por dois passeios bordados de árvores e precipícios, para visitar seus altivos restos! São modestos pigmeus que vêm, na ociosidade, contemplar o gigante derrubado e a obra imponente dos homens de outrora! (AUGUSTA, 1998, p.145).

Mais que uma distinção de classe, presente em discursos como o da Condessa de Barral, percebemos a fala de Nísia Floresta como a de uma educadora de seu tempo, que via na ignorância da História por parte dos visitantes um empecilho para que pudessem realmente aproveitar o passeio. E apostava na educação como um caminho para preparar futuros visitantes. Imagem que vislumbra em Carlsruhe, quando se encontra com uma jovem professora italiana que fazia uma excursão com seus alunos. Às imagens dos turistas sem nenhuma formação se juntaram as do ensino no Brasil ainda tão insuficiente para educar integralmente e assim em contraste, a mulher que ali estava, diante de mim, viajando, instruía seus alunos, cujos pais sabem apreciar as vantagens deste método que fará rir os espíritos ainda antiquados (AUGUSTA, 1998, p.162).

Nísia Floresta acenava para a viagem como uma prática educativa importante para o desenvolvimento de uma postura de respeito ao patrimônio histórico e cultural. De novo, antecipou um debate ainda não realizado no Brasil, ao defender idéias como preservação do patrimônio e educação patrimonial, e reconhecer o aprendizado da História e da Cultura através da própria experiência da viagem. Sua correspondência se apresentou como um espaço no qual repercutiram sua formação e também suas propostas para o desenvolvimento da educação. Suas cartas narraram mais do que apenas a viagem, mas também seu processo de amadurecimento cultural e construção de idéias próprias.

A Condessa de Barral e Nísia Floresta, viajantes brasileiras na Europa na segunda metade do século XIX, procuraram através de suas cartas aproximar dos leitores no Brasil o roteiro percorrido. Ambas já residiam por muitos anos em território europeu, porém aqui são retratadas em movimento, quando se deslocavam de suas casas e procuravam aprender mais sobre a história, a cultura, a arte, a industrialização, através da viagem.

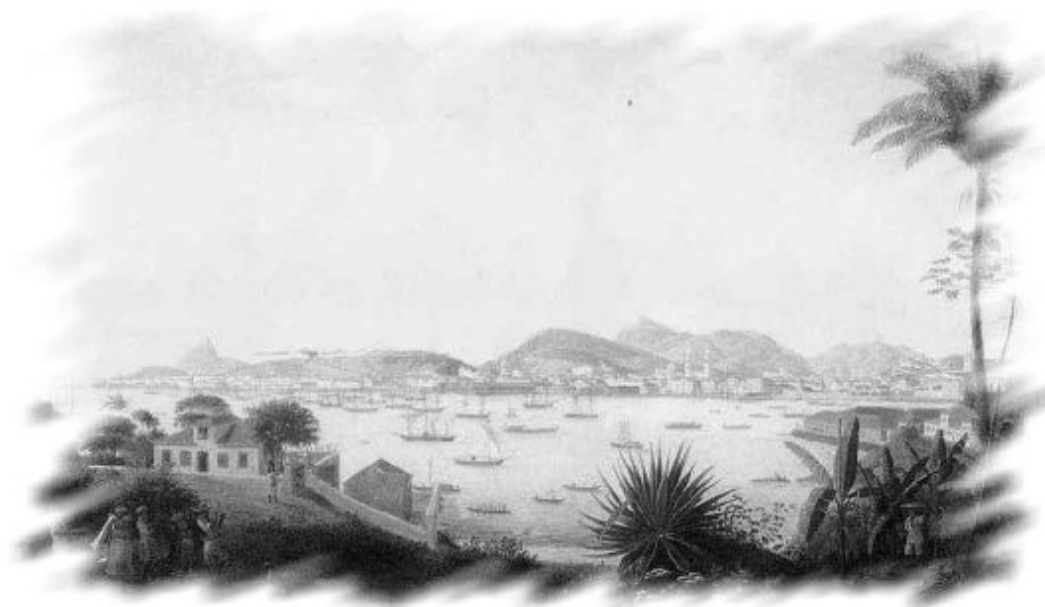
Essas mulheres foram protagonistas de suas viagens ao construírem um roteiro e uma narrativa completamente diferente das dos homens. Seus olhares não se fixaram nas cidades ou na indústria como espaços de representação da modernidade européia. Procuraram mais pela história e pela cultura. Porém, perceberam melhor, e em especial Nísia Floresta, a existência do outro, fosse ele o nativo ou também o viajante estrangeiro, atitude tão negligenciada nos relatos masculinos, que se fixaram muito no urbanismo, na arquitetura e na industrialização.

Observamos em suas narrativas de viagem uma referência maior à fronteira que delimitava as diferenças, fosse entre países ou entre classes sociais. Assim, Nísia Floresta se sentiu estrangeira na Alemanha, por não falar alemão e ter dificuldades de se comunicar, ou quando a Condessa de Barral rearticulou o discurso aristocrático ao narrar seus privilégios e criticar os que não lhe eram pares.

Percebemos nestes relatos de viagem femininos uma diferença importante em relação àquele apresentado por Tavares Bastos sobre a rotina de sua esposa e filha. Quando as mulheres aparecem nas narrativas masculinas, são descritas num ambiente caseiro e quase passivo diante da cultura européia, que lhes chega através das aulas de línguas e piano. D.Mariquinhas era assim apresentada por Tavares Bastos, sempre doente ou em recuperação, frágil e ao mesmo tempo disciplinada na sua formação. Em alguns momentos ele até a descreve com alguma autonomia, e animada o suficiente para alguns passeios a pé. Porém, o quadro se transforma mesmo quando as próprias mulheres constroem suas narrativas de viagem. De pessoas passivas, apresentam-se como indivíduos com personalidade para escolher os roteiros, delimitar o seu tempo e conduzirem a própria viagem. Características tão significativas a homens e mulheres contemporâneos. Não se restringiram a acessar a modernidade européia através da moda ou da elegância; assumiram, sim, uma postura moderna.

Mas existiram momentos em que os relatos de homens e mulheres se aproximam. À medida que ficavam mais tempo distantes do Brasil representavam cada um a seu modo suas saudades. Aos poucos, a presença brasileira em suas narrativas de viagem a Europa foi ganhando mais espaço. A lembrança do Brasil estava no relevo, na natureza, nas pessoas,

no pôr do sol etc. Mas também serviu para desqualificar práticas da etiqueta, elegância e hospitalidades européias. A seguir, destacaremos como a imagem do Brasil e dos brasileiros foi sendo recriada em território europeu, não mais tendo como parâmetros exclusivos as grandes metrópoles européias. Em outras palavras, brasileiros e brasileiros, ao descreverem durante suas viagens a cultura européia no que concerne a sua organização social, artística, cultural, médico-sanitária ou mesmo turística — muitas vezes redirecionavam o olhar para um novo modelo de comparação: o Brasil. Nesse sentido, a representação do país de origem realizada no percurso das viagens se apresentava original em relação à elaborada em território brasileiro. Como se, em terras distantes, nosso país fosse reencontrado.



"Quando eu canto pelo Sabe eu me lembro da Cambes, ai meu Deus que coisa boa!"

Tom Jobim

CAPÍTULO IV

SAUDADES DO BRASIL

A viagem a Europa foi desejada por brasileiros oitocentistas que queriam ir ao encontro daquilo que já sabiam existir, ou seja: a história européia, as inovações da indústria, os cenários literários, a arte e a cultura clássica e moderna. Eles buscavam experimentar a vida nas grandes capitais da segunda metade do século XIX em meio à multidão das ruas, à efervescência cultural, aos novos hábitos citadinos. Mas, uma vez iniciada a viagem, realizou-se um outro encontro, muitas vezes sutil, subjetivo, inesperado, e, ainda assim, significativo, desta vez com o próprio Brasil.

As narrativas de viagem produzidas por Tavares Bastos, Visconde Nogueira da Gama, Nísia Floresta, Tobias Monteiro e a Condessa de Barral, nos apresentam em momentos pontuais um novo olhar sobre o Brasil. A distância foi responsável por uma leitura mais criteriosa do país, sua realidade e seus problemas. Ao mesmo tempo, possibilitava que, em alguns momentos, o Brasil — e não a Europa — ocupasse o lugar de modelo de organização e civilidade. Nessa hora, estes viajantes que esperavam ser confundidos com os europeus por compartilharem seus códigos culturais, se viram como estrangeiros: tendo aí se estabelecido uma fronteira entre o universo brasileiro e o europeu. A Europa não era mais o espaço da identidade cultural que almejavam, ela havia se transformado no outro.

No processo de amadurecimento dos viajantes, esse era um momento muito importante que se desenvolvia no percurso da viagem. Os brasileiros, que possuíam uma preparação prévia para conviverem com a cultura européia, percebiam que lhes faltava algo. Coisas

aparentemente simples como a comida: Na verdade, não havemos de demorar-nos; tenho vivas saudades, de todo esse Brasil, inclusive os feijões (20 de janeiro de 1868 - BASTOS, 1977, p.98), ou coisas ainda mais difíceis, como no já citado texto de Tobias Monteiro a bordo do Thames: hoje, ao cair do sol, nesta hora de recordações e saudades da terra pátria tão longe, com as suas montanhas verdejantes e o céu daquele azul que já não vemos (2 de maio de 1898 - MONTEIRO, 1928^b, p.17).

Assim, entre a saudade e a indignação, entre o romantismo e a reflexão crítica, estes viajantes foram apresentando elementos constituintes de uma identidade cultural brasileira compartilhada pelas elites oitocentistas. O principal destes indícios de nossa brasilidade era a natureza, elemento capaz de fazer com que acessassem o Brasil em vários dos países visitados através da luz, das cores, do odor, do som. Enfim, dos sentidos e dos instintos.

“E bonito por natureza”

A carta de Nísia Floresta escrita em Bruxelas e datada de 26 de agosto de 1856, por exemplo, fornece matéria significativa para que se possa pensar a relação de identidade estabelecida entre os brasileiros na Europa oitocentista e as imagens da natureza que lhes remetiam a lembranças do Brasil. A viajante encontrava-se no interior do jardim zoológico, onde admirava coleções de espécimes de vários países. Querendo ficar só, afastou-se dos demais visitantes, surpreendendo-se com o que viria a seguir.

Persegui a imagem de vocês, que me precedia, ô caros objetos dos meus sonhos! O canto dos pássaros de nossa terra pátria, aqui reduzidos à condição

de prisioneiros, para servirem, mediante um franco por pessoa, de distração e prazer a uma população estrangeira, tocava melancolicamente meus ouvidos e despertou em meu espírito a lembrança das mais agradáveis paisagens que percorri outrora sob o nosso belo céu! A deliciosa Floresta de antigamente, berço de meu nascimento, testemunha de minha inocente felicidade fraterna e de minhas primeiras lágrimas de filiais! Beberibe, Jacuí, Petrópolis, Tijuca e os aquedutos de nossa Carioca apresentam-se de uma vez tão vivamente ao meu espírito, que parei, em êxtase, sob um conjunto de árvores espessas, subjugada por estranho poder, esquisita ilusão! Vocês estavam lá, em torno de mim: juntos, observávamos nossos verdes papagaios, empoleirados em galhos, e uma infinidade de outros seres alados de nosso país. Esses animais alegraram-se ao ver-nos como para festejar nosso encontro em solo estrangeiro! Vocês estavam lá, com toda a poesia dos nossos fugidios dias de felicidade! (26 de agosto de 1856 - AUGUSTA, 1998, p.52).

A narrativa apresenta o encontro com as aves brasileiras, um momento mágico, como se naquele instante não se encontrassem ali apenas a viajante e os pássaros, mas sim um reencontro com o próprio Brasil. A distância transformava o contato da viajante com sua terra: quase um sonho. Através dele poderia retornar não apenas à Floresta, cidade natal, mas também à infância, momento de construção das mais tenras lembranças, nas quais estavam juntos todos os seus entes amados. Como o viajante Marco Pólo, que dizia que em cada cidade visitada reencontrava sua cidade e sua infância (CALVINO, 1999), Nísia Floresta se reencontrou com seu passado naquele instante. Ao mesmo tempo, seu relato fica melancólico, como de uma exilada diante da imagem da pátria distante. Estrangeira, identifica-se com a vida dos pássaros, também desterrados, e transformados em mercadoria para a diversão de estrangeiros.

Mas outro viajante também se lembraria do Brasil ao se deparar com um ambiente próximo. Tobias Monteiro narraria, ao passear pelos parques londrinos.

Diante desse espetáculo, lembrei-me dos nossos parques, cobertos de relva tão verde, sombreados de árvores tão copadas, cortados de água tão clara; o 'parque', aberto sobre o mar como o primeiro canto de nossa natureza, oferecido à admiração dos estrangeiros; e o campo engastado no coração da cidade, dando de muitos de seus pontos a ilusão de um retiro agreste, com os limites que lhe traçam ao longe, por trás das casas encobertas da praça, a Tijuca, Santa Tereza e Nova Cintra (MONTEIRO, 1928^b, p.70).

As narrativas de Nísia Floresta e Tobias Monteiro, nós oferecem uma visão compartilhada por eles da natureza brasileira percebida como surpreendente, valorosa e exuberante, matéria também presente na escrita de outros viajantes. Essa imagem é recuperada através do contato com a paisagem européia, objeto constante de comparação e admiração, readquirindo, todavia, novas cores e sentidos, focando na exaltação da natureza como o maior patrimônio brasileiro. Uma tradição ainda muito forte em nossa cultura.

Sérgio Buarque de Holanda (1996) nos mostrou que as primeiras visões do Brasil construídas pelos portugueses que aqui chegaram traziam uma diferenciação importante entre os homens e a natureza. Por um lado, a humanidade demonizada formada por seus nativos sem fé e sem lei, a presença de negros e dos portugueses degredados. Todos eles facilmente associados a uma humanidade fantástica habitada por monstros religiosos, do bestiário, ou feras humanas. Na presença selvagem de uma humanidade sempre ameaçadora, os portugueses se sentiam em risco constante. Temiam ser flechados, devorados num ritual de canibalismo, contaminados pelos vícios da carne, pela nudez e pela preguiça. Enfim, estava diante de uma humanidade inviável.

Havia em terras brasileiras, no entanto, outro elemento que redirecionaria a visão sobre o Brasil: sua natureza. Para esses mesmos colonizadores portugueses, a descoberta do Brasil

se constituiu num recado divino, pela beleza da paisagem, a abundância da fauna e da flora, e, por isso, era tarefa deles transformá-la numa terra saudável, cristianizada e edificante. Como o último vestígio do Éden, a natureza brasileira era um sinal do bem e do mal, dois caminhos possíveis para a humanidade. De um lado, ela fazia da vida dos homens que nela habitavam um inferno: pela presença de inúmeras doenças, insetos e outros animais peçonhentos, além das intermitentes chuvas tropicais. Estes eram os principais sofrimentos que afligiam os negros e os colonos. Para outros como os hereges, degredados, feiticeiros, significava a última possibilidade de redenção, ou seja, funcionava como um purgatório para que pudessem pagar por seus erros e, assim, se redimirem neste mundo. Por fim, a existência de riquezas naturais, em especial as minerais, transformava o Brasil no paraíso terrestre para a Coroa Portuguesa. Enquanto o Novo Mundo era visto como o inferno ou o purgatório para os colonizadores portugueses, a metrópole europeia era descrita como o espaço da cultura e terra dos cristãos, legitimando-se então no processo colonizador.

As primeiras narrativas históricas produzidas sobre a colônia portuguesa também realçaram a natureza, desta vez como elemento de propaganda a fim de atrair novos colonos. Uma tradição inaugurada já na chegada dos portugueses ao Brasil com o relato de Pero Vaz de Caminha.

Nela, até agora, escreve Caminha, não pudemos saber que haja ouro nem prata, nem nenhuma coisa de metal, nem de ferro; nem as vimos. Mas, a terra em si é muito boa de ares, tão frios e temperados, como os de lá. Águas são muitas e infundas. De tal maneira é graciosa que, querendo aproveitá-la dar-se-á nela tudo por bem das águas que tem (CAMINHA, 2005, p.3).

A natureza se apresentava como o elemento de destaque nesta nova terra, promessa, portanto, de prover de muitas riquezas os colonizadores que ousassem vir para a colônia. Podemos verificar essa prática em vários textos, entre os quais os de Pero de Magalhães Gandavo, que escreveu no século XVI a *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Gandavo, cuja presença na colônia portuguesa ainda é colocada em dúvida, fez em seu texto uma louvação a nova terra, propaganda para imigrantes. Frei Vicente Salvador, Rocha Pita, Ambrósio Fernandes Brandão, Antonil, e outros, seguiram o mesmo percurso. Destacavam aos possíveis imigrantes europeus as belezas e os progressos que os aguardavam nas terras coloniais portuguesas.

Com a vinda da família Real, inaugurou-se o processo de civilização do costumes no Brasil, aproximando os brasileiros de hábitos culturais europeus. Uma das medidas tomadas pelo então Príncipe Regente D.João foi patrocinar a vinda de uma comissão de artistas europeus que pudessem qualificar a mão de obra artística brasileira. Conhecida como Missão Francesa, a equipe, chefiada por Jacques Le Breton, formou-se por pintores, escultores, arquitetos, músicos, além de inúmeros artífices, como mecânicos, ferreiros, serralheiros e carpinteiros. Sua atuação influenciou a arte brasileira, em destaque para a paisagem urbana e a arquitetura (GARCEZ; OLIVEIRA, 2003). Um de seus mais importantes pintores, Nicolas Antoine Taunay, que ficou no Brasil de 1816 a 1821, produziu mais de trinta paisagens do Rio de Janeiro. Em todas elas, como no quadro *Baía da Guanabara vista da Ilha das Cobras*, de 1828, havia o encontro da paisagem urbana, símbolo da civilização em harmonia, com a exuberante paisagem natural, aí incluído um céu profundamente azul. Já em *Praia de Botafogo*, de 1876, Taunay nos mostrará uma cidade minúscula diante da grandiosidade da natureza soberana e monumental, nele representada pelo Pão de Açúcar,

assim como pelo coqueiro, um dos principais elementos emblemáticos de nossa paisagem. Já em Jean Baptiste Debret, a natureza brasileira se apresentava ora na paisagem carioca, ora nos cestos repletos de frutas tropicais vendidos por uma legião de escravos nas ruas da corte brasileira. Enfim, os estrangeiros que por aqui vieram viram e ensinaram a ver a natureza como um elemento para identificarmos o Brasil. Essa profusão de luz e cores influenciará o trabalho do jovem pintor Édouard Manet, que, em 1849, aos 17 anos, desembarcou no Rio de Janeiro.

Ele é fascinado pela beleza inaugural da natureza, pela baía 'encantadora', pelas montanhas verdes e pelas paisagens dos arredores. Segundo as lembranças de Ambroise Vollard, Manet reconhecia ter aprendido muito desta natureza e, em particular, da observação da variação da luz tropical (CARELLI, 1994, p.78).

Mas este não era um movimento inaugural. Em outros tempos a natureza também foi vista como o grande atrativo para se pensar o Brasil. Durante o governo de Maurício de Nassau, 1637-1643, chegaram ao Brasil vários artistas que produziram pinturas de paisagens, naturezas-mortas, retratos de figuras humanas e animais, o que construiu uma panorâmica da colônia para os distantes europeus. Entre os diversos artistas destacamos Franz Post, que, com apenas 24 anos, produziu inúmeras paisagens brasileiras consideradas bem próximas do que se encontrava no novo mundo. Já Albert Eckhout produziu pinturas nas quais retrata nativos em meio a exuberante vegetação tropical. Nelas abundam flores, frutas e animais, mas não deixa de existir informações sobre a presença dos rios, e também da colonização, representada pelas plantações ao fundo da paisagem. Sua obra procurou ilustrar nossa fauna e flora, como, por exemplo, suas naturezas-mortas, em que frutas, legumes e outros frutos são apresentados como um cartão-postal brasileiro.

A chegada dos viajantes estrangeiros — naturalistas e cientistas — no século XIX reforçou o destaque dado à natureza brasileira. Estes percorreram grande parte de nosso território coletando e catalogando dados sobre nossa flora e fauna, e ao mesmo tempo ensinando aos próprios brasileiros a conhecerem suas riquezas naturais. A natureza tropical, tão diferente das paisagens pastoris européias, atraía pelo exotismo, pela dramaticidade e pela exuberância. Através dela vivenciaram uma união entre arte e ciência capaz de dotá-los de um sentimento espiritual que os aproximasse de Deus. Segundo Luciana Martins, foi nesse momento que “o olhar ocidental para a natureza começou a profissionalizar-se, almejando legitimidade e precisão científicas, e, ao mesmo tempo, proporcionou deleite, alimentando a curiosidade européia por cenas exóticas” (MARTINS, 2001, p.9). Percebemos que, no século XIX — momento para profissionalização do trabalho científico — ainda assim naturalistas e leigos compartilhavam a visão de que a natureza seria uma mensageira de Deus, o que tornava sua leitura uma forma de aproximar-se do criador, revelando-lhe o discurso inerente à natureza. Nesse sentido, o Brasil readquire papel de destaque, sendo descrito por aqueles que contemplavam a criação, e que percebem o Brasil novamente como um paraíso, agora também para suas pesquisas científicas.

A imagem do Brasil produzida pelos estrangeiros falava de uma terra encantada pela grande presença de riquezas naturais, mas também atrasada frente aos progressos já desenvolvidos na Europa e Estados Unidos. Imediatamente após a surpresa diante das dimensões territoriais, da grandiosidade da natureza e do exotismo do homem nativo, vinha a decepção com uma história ainda por se realizar. Reforçava-se a idéia da Europa berço do progresso, e do Brasil lugar deformado, cuja colonização promoveria o acesso ao

progresso. Assim, essa natureza, que era boa para se ver, tornar-se-ia também apta a ser devastada para a promoção do desenvolvimento.

Após a Independência, era preciso escrever uma História Brasileira; o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGB, teve a tarefa de construir uma identidade nacional. Seus sócios eram intelectuais responsáveis por intermediar os vários simbolismos presentes na sociedade e construir uma história que interpretasse o Brasil, ou seja, transformasse simbolicamente a realidade sintetizando-a numa única história compreensível a todos, aquela escolhida para representar o país. Essa imagem do que era o Brasil passava necessariamente por sua riqueza natural. Esta era acessada tendo como modelo os escritos dos naturalistas estrangeiros que por aqui estiveram e lhes ensinaram a produzir também um inventário da paisagem, tipos e quadros locais.

A natureza surgia como o principal elemento para narrar sobre o Novo Mundo, mas nem sempre foi vista de forma positiva. Precedendo os cientistas que visitaram a América durante o século XIX, outros observadores não viram a natureza apenas como modelo de beleza e representação do amor divino pelos homens, mas, denegrindo-a como “decadente”, “desorganizada”, “insalubre”, procuravam demonstrar a inferioridade do continente americano em relação ao europeu. Dois destes pensadores, Buffon e De Pauw, foram responsáveis por construir uma visão negativa da natureza da América no século XVIII.

Segundo Maria Lígia Coelho Prado (2004), Buffon descreveu a natureza da América como inferior a da Europa. Ele, que se filiava à filosofia aristotélica, utilizou-a em sua análise da natureza. Assim, como Aristóteles defendia que tudo que era perfeito permaneceria estável,

ou seja, sem mutações, era considerado grande, superior, por manter-se fixo. A mutabilidade da natureza na América, continente considerado jovem e imaturo, causaria a constante putrefação do ambiente, o que explicaria sua decadência frente à estabilidade da natureza européia. Tal raciocínio explicaria a debilidade de seus animais.

Os animais eram de pequeno porte, pois não havia leões, tigres, elefantes ou girafas. O lhama, por exemplo, não passava de um camelo mirrado. No continente, dominavam insetos e répteis, que tinham sangue frio, e os animais europeus, como os domésticos, aqui não se adaptavam ou diminuía de tamanho. Já a natureza americana era hostil ao seu desenvolvimento. A unidade generalizada corria e deteriorava tudo, enchendo o ar de miasmas perigosos (PRADO, 2004, p.181).

A repercussão dos escritos de Buffon foi intensa e duradoura devido ao grande número de leitores que atingiu em vários tempos, entre eles o positivista Augusto Comte, que o considerava uma leitura obrigatória. A visão da natureza americana desorganizada e/ou instável se associou a uma caracterização de seus nativos como pouco numerosos e débeis o suficiente para não promoverem um processo de expansão populacional e domínio da natureza, índices importantes na caracterização dos países desenvolvidos. Mas foi Corneille de Pauw que, em 1768, escreveu *Recherches Philosophiques sur les Américains*, em que afirmava que não era a natureza da América e, conseqüentemente, o americano degenerados, e ou imperfeitos, mas “decaídos e decadentes”. De Pauw corroborava a visão de Buffon sobre a natureza tropical da América, e onde este último via *degeneração* ele via *decadência*. Restava a Europa manter-se no caminho da evolução (PRADO, 2004).

Alexandre Von Humboldt, que ficou na América Espanhola por cinco anos, criticou Buffon e De Pauw pelo determinismo, ao pensar o futuro da América a partir de uma natureza degenerada ou decadente. Para Humboldt, o índio americano havia caído de sua condição,

sendo substituído por uma sociedade mais elevada e civilizada que a sua, portanto legitimada a colonizá-lo. Alguns autores contestariam esta imagem, numa fala que se aproximava das imagens construídas por nossos viajantes na Europa. Vejamos o caso da norte-americana Abigail Adams, falando diretamente de Londres em 1786.

(...) não era possível disputar com a Europa as maravilhas de suas artes e indústria, que tinham chegado a um extraordinário grau de maturidade e perfeição. Mas, dizia ela, nada se igualava à natureza norte-americana: os pássaros europeus não cantavam tão maravilhosamente, as frutas não eram tão doces, as flores não tinham o mesmo perfume, o povo não era tão virtuoso (*Apud* PRADO, 2004, p.188).

A exaltação à natureza e aos valores humanos dos americanos constituiu-se num contradiscurso daqueles que, ao compararem os Estados Unidos com outros países da Europa, viam a superioridade destes últimos em sua arte, indústria e mesmo história. Porém, ao se falar em natureza, a exuberância do Novo Mundo serviria para determinar sua importância como *wilderness*, ou seja, sua visão como natureza abençoada, e portanto portadora de mensagens divinas. Assim, na segunda metade do século XVIII os poetas românticos americanos defenderam a visão das florestas selvagens da América como especiais em relação à preferência dos iluministas europeus pelos jardins esquadrihados do palácio de Versalhes. Outro grupo, ainda, defenderá o primitivismo natural como positivo. Foi o caso de Henri Thoreau, escritor americano que abandonou a sociedade urbana para viver isolado no lago Walden, falando, assim, sobre a natureza americana.

Se o céu da América parece infinitamente mais alto e as estrelas mais brilhantes, acredito que esses fatos simbolizam as alturas que a filosofia, poesia e religião de seus habitantes poderão um dia atingir (*Apud* PRADO, 2004, p.189).

A América era uma promessa, sua exuberância natural assim anunciava. O Brasil também ressurgia para os nossos viajantes através de sua natureza prodigiosa. Vejamos outro relato de Nísia Floresta, agora escrevendo de Heidelberg.

Na circunvizinhança deste mesmo castelo, encontro algo que se assemelha a um oásis. Uma alameda mais densa e solitária do que as outras, o murmúrio da água que cai de um rochedo e que desperta em minh'alma um doce pensamento; os cantos de não sei que pássaros que se agitam na folhagem da floresta e fazem saros, chilreando o canto da aurora em árvores plantadas por minha mão e que, em sua floração, se vergavam sobre a janela de meu quarto, na hora em que eu gostava de contemplar, no meu jardimzinho, a rosa e o jasmim desabrochando sob o orvalho; os sons longínquos de uma música aérea vinda do alto, para lembrar-me os acordes melancolicamente poéticos de um violão que vibrava ao impulso de hábil mão, nas horas do silêncio e do amor, sob o céu morno e estrelado dos trópicos, quando a lua cheia se levantava atrás das montanhas da magnífica Guanabara, inspirando a alma sensível que meditava e que a contemplava, um profundo e santo devaneio! Todas essas lembranças voltaram-me ao pensamento, quando eu deixei o castelo de Heidelberg e embrenhei-me, com minha filha, nos seus arredores arrebatadores e pitorescos (AUGUSTA, 1998, p.147).

Percebemos, na narrativa de Nísia Floresta, um reencontro com o Brasil. Mais do que apenas uma descrição da paisagem brasileira, o que a viajante recupera é a natureza presente em sua memória. Era uma natureza mátria, dadivosa, boa para se viver, e um atrativo visual capaz de superar as dificuldades e só trazer uma memória repleta de afetividade. O oásis encontrado possibilitou, na distante Alemanha, o reencontro com o Brasil, e, mais que isso, restabeleceu junto a viajante um sentimento de pertencimento.

Nísia Floresta recuperou também a visão que Pero Vaz de Caminha tinha da fertilidade do solo brasileiro. Ao mesmo tempo a paisagem européia foi se diluindo ao som da queda d'água e dos pássaros levando-a para outro lugar. Retornou a sua vida no Rio de Janeiro, quando cuidava da terra plantando as futuras árvores. Neste momento da viagem, Nísia

Floresta se aproxima da visão de Marco Pólo, apresentada no primeiro capítulo, no qual a viagem se transforma para ele num momento de retorno a suas origens, a sua cidade, a sua infância. Nísia Floresta estava distante do território brasileiro, mas a surpresa da paisagem encontrada durante a viagem a reaproximava de suas raízes. O viajante se reencontra com seu lugar de origem ao deparar-se com vestígios, indícios e imagens que lhe remeteram à sua casa. Vejamos neste outro momento quando passeia pelo rio Reno:

Parecia-me, então, estar perto de vocês: ora acreditava-me em um dos nossos navios a vapor, ladeando com vocês nossas ilhas pitorescas, nossas soberbas montanhas do Rio de Janeiro; ora subindo ou descendo um de nossos grandes rios do interior do Brasil, de margens sombreadas por árvores seculares (AUGUSTA, 1998, p.95).

A natureza não comporia apenas a paisagem, mas se tornaria elemento-chave para acessar uma imagem de Brasil no continente europeu. Estes brasileiros perceberam o Brasil através de outros elementos que não os símbolos nacionais, e sim instintos, cores, sons, luzes, enfim sentidos expostos diante de uma natureza prodigiosa sob a qual se construía uma identidade brasileira entre esses viajantes. Eles chegam ao tão esperado Velho Mundo e imediatamente seu olhar se tornava saudoso da paisagem brasileira. Ao saltar do arsenal da marinha, tive viva recordação do Rio de Janeiro, renovada várias vezes adiante, em passeio na cidade (8 de maio de 1898 - MONTEIRO, 1928^b, p.22). Era com o Brasil que lá se encontravam em solo estrangeiro. Esse discurso coadunava com a perspectiva dos românticos brasileiros que associavam em pleno século XIX a relação de brasilidade, ou seja, nossa identidade cultural, com a natureza. O indianismo será uma das formas mais usuais de defender essa idéia, mas esta se estabeleceria também na dramatização da natureza sob a qual compunham uma narrativa repleta de sentidos, buscando o

convencimento do leitor, aqui também visto como cidadão. Aqui podemos aproximar o primeiro encontro entre as idéias de Nísia Floresta e Gonçalves Dias, num dos poemas mais conhecidos , e que foi produzido à partir da experiência da viagem.

Canção do Exílio
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o Sabiá
As aves que aqui gorjeiam
Não gorjeiam como lá.
Nosso céu tem mais estrelas
Nossas várzeas tem mais flores,
Nossos bosques tem mais vida,
Nossa vida mais amores.

Em cismar, sozinho à noite
Mais prazer encontro eu lá.
Minha terra tem palmeiras
Onde canta o sabiá.

Minha terra tem primores
Que tais não encontro eu cá;
Em cismar sozinho a noite
Mas prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o sabiá.

Não permita Deus que eu morra,
Sem que eu volte para lá;
Sem que desfrute os primores
Que não encontro por cá;
Sem qu'inda aviste as palmeiras
Onde canta o Sabiá.
(Barbosa,19997,66)

A exaltação romântica de Gonçalves Dias ganha eco na narrativa de Nísia Floresta. Em ambas verificamos o compartilhar de idéias que ligam o Brasil, a natureza, e sua singularidade no mundo. Uma auto-etnografia se fortalece na percepção dos elementos

naturais, exóticos, paradisíacos como aqueles capazes de fazerem os homens reconhecerem a si próprios e ao lugar de onde vieram.

O contato com a natureza em solo europeu promoveu um reencontro com o Brasil, mas não era uma paisagem qualquer. Lembrar nossa natureza exigia uma exuberância, surpreendente em terras européias. Algumas publicações vieram corroborar isso, pois se vangloriavam em comparar a natureza brasileira a outras encontradas pelo mundo. Em 1900 foi publicado um livro que sintetizaria essa imagem: tratava-se do polêmico *Porque me ufano do meu país*, de Afonso Celso. O autor — também poeta, político, historiador e professor — distribuiu em 42 capítulos os motivos pelos quais dizia acreditar no futuro do país. Não é de se estranhar que o principal elemento apresentado seja a natureza, que, exuberante, assinala para um futuro grandioso.

Não é só no Brasil que pompeiam florestas virgens. Há-as magníficas na Ásia e na África. Mas a floresta brasileira se assinala por qualidades especiais.

Em primeiro lugar, as suas madeiras excedem em formosura e duração às melhores do mundo. Abundam nela plantas medicinais e industriais. Inexaurível a sua seiva! Não lhe causa diferença inverno ou verão. Jamais se despem as árvores; guardam o mesmo viço, dão flores e frutos em qualquer época do ano. Vergam ainda ao peso da safra anterior e já rebentam em botões. O agricultor mal lhe pode vencer a energia invasora. Derruba-se a mata; breve nasce outra mais vigorosa na sede da antiga. Pedras que em toda parte apenas se revestem de musgo ostentam aqui vigoroso arvoredo. Não se notam espaços livres; arbustos rasteiros preenchem os claros. Terra abandonada vê-se logo assaltada pelo mato. Guarnece o chão basto tapete esmeraldino, pontilhado de pequeninas flores. A densidade é estupenda. Avultam as enredanças, os cerrados impenetráveis. A natureza aqui nunca se esgota ou descansa. Em criação incessante e infinita, tira da própria morte, dos troncos caídos, das folhas secas, novos elementos de vida. Os lugares mais pobres têm o encanto dos velhos parques olvidados (CELSONO, 192?, VI).

Os motivos pelos quais Afonso Celso diz se ufanar pelo Brasil estão diretamente relacionados à tradição inaugurada por Caminha em ver a natureza brasileira como

dadivosa, a capacitar o país ao crescimento. A garantia de boa matéria-prima era, assim, o elemento essencial para a tomada do processo de desenvolvimento.

E mais, diferente da Europa, o destino brasileiro estava inexoravelmente ligado ao progresso. Por conseguinte, é incontestável a superioridade econômica do Brasil, material e moralmente aquilatada. Tudo nele tende a crescer, a subir. Nenhum perigo sério lhe ameaça o desenvolvimento, nenhuma chaga o corrói, como acontece à Europa, sob o receio permanente de uma guerra, e minada, como também os Estados Unidos, pela extrema riqueza e pela extrema indigência, fontes de invejas e desprezos (CELSO, 192?, XIII).

A Europa, na citação acima, perdia o espaço para as amplas possibilidades brasileiras rumo ao desenvolvimento. O país superaria suas deficiências através da enorme quantidade e qualidade de recursos naturais disponíveis pela jovialidade territorial, pelos amplos espaços a serem explorados e pela inexistência de ameaças como guerras e ou inimigos externos. Algo muito diferente da realidade dos países do continente europeu. Assim, a inserção do Brasil no processo de desenvolvimento era algo considerado natural, pois alicerçado por sua riqueza natural, mas, obviamente, exigiria do governo e sua elite dirigente sair de uma situação de marasmo tomando atitudes empreendedoras neste caminho. Nísia Floresta colocava na ordem do dia o inexorável destino do Brasil rumo ao progresso. No texto *Cintilações de uma Alma Brasileira* (1859), a viajante deixa ainda mais clara essa profecia sobre o desenvolvimento brasileiro, e que só será passível de se realizar devido à riqueza da nossa natureza.

Entre inumeráveis tesouros naturais, entre tantas diferentes belezas, vejo o engenho e as artes que dão as mãos para facilitar os modernos progressos. Vejo o inspirador gênio do jovem e grandioso Brasil consagrar ao aperfeiçoamento desses os grandiosos produtos do fértil solo, e a índole humana de que se privilegiam os seus filhos. Vias públicas estendem-se por quase toda parte; linhas férreas permitem em alguns lugares que o vapor transporte os vagões

através de planícies e montes, como já há mais de anos um grande número de embarcações singram os mares e que singram este continente.

Solícito em aproximar as distâncias e irmanar os povos, o vapor abre caminho por todo lugar, irresistível pioneiro da civilização universal das nações (AUGUSTA, 1997, p.169).

Em sua viagem pelo território alemão, Nísia Floresta fez uso do trem como meio de transporte, um dos símbolos da modernidade européia. Ela elogiava sua alta velocidade, mas ao mesmo tempo o conforto e a tranqüilidade que permitiam ao viajante refletir sobre a paisagem que passava pela janela, assim distraindo seu olhar e estabelecendo uma analogia com alguns momentos de sua vida. Nesse espaço, lhe era possibilitado reelaborar pensamentos e reorganizar suas idéias, promovendo uma resignificação de sua vida e da viagem. Era também nessa hora que o olhar distraído na paisagem conseguia focar um dos principais símbolos da modernidade oitocentista.

As inumeráveis estações da estrada de ferro, as flores em profusão que as cercam, os viajantes que descem e sobem nos vagões, o campo bem cultivado ou arborizado, um céu magnífico varrido de nuvens, o ar morno, graças a um sol propício, todo este conjunto de atrativos celestes e terrestres, de animação e vida, nos tornava cada vez mais agradável esta rota que percorríamos, observando o perfil, hábitos e maneiras dos novos viajantes que subiam em cada estação. Misturamo-nos à conversa de alguns deles: suas idéias, imbuídas de justiça, ratificaram-me a opinião que formara do povo alemão (AUGUSTA, 1997, p.166).

Percebemos no relato acima a importância das estradas de ferro como meio de transporte para viajantes e nativos, uma vez que garantia não apenas o traslado, mas um espaço social de convivência entre os diferentes povos. Mais compreensível nos fica a simbologia do trem como um dos elementos da modernidade a vencer a força das distâncias e os obstáculos naturais. É nesse contexto que a defesa pela implantação das estradas de ferro no Brasil aparece no discurso de nossos viajantes, uma vez que defendiam a inserção brasileira

no mundo desenvolvido. À grandiosidade natural do nosso território deveria vir a ação do governo e de outros empreendedores, para recortar o país de caminhos de ferro. Nogueira da Gama, em carta escrita em Viena a 31 de agosto de 1855, constata:

Para começar, dir-lhe-ei que é preciso ver os prodígios que as estradas de ferro têm realizado n'esses países, sem exceção dos pontos menos favorecidos pela natureza, para calcular-se as vantagens que delas resultariam ao Brasil. Nem por aqui admitem que seja civilizado um país que ainda não tem estradas de ferro e, sobretudo, que ainda tem escravos. Ah! Se os meus votos tivessem a virtude que lhes eu desejo, de há muito estariam resolvidos os dois problemas até para glória do reinado do Sr. D. Pedro 2º (31 de agosto de 1855 - NOGUEIRA DA GAMA, 1894, p.54).

A natureza mátria exigia a intervenção dos homens agindo na promoção do desenvolvimento necessário para colocar o país no rol das nações civilizadas. Terras a serem exploradas existiam, faltava vontade política e investimentos para construir estradas de ferro no Brasil interligando o território. Nos anos 70 do século XIX, foi necessário o incentivo dos investidores estrangeiros, e em especial dos britânicos, para a construção de estradas de ferro, atendendo, assim, ao crescimento do mercado interno brasileiro, sediado em grande parte nas cidades.

Mas, se a existência de recursos naturais servia para reforçar as potencialidades brasileiras, era necessária também a adequação a novos hábitos citadinos identificados entre os europeus e desconhecidos dos brasileiros. Novamente entrou em cena a observação da paisagem, principalmente o hábito dos europeus em frequentar parques, jardins e passeios públicos, espaços para respirar o ar e admirar a harmonia e a beleza natural, mas também cenário importante de novas sociabilidades. Os principais jornais brasileiros da segunda

metade do século XIX apresentaram várias reportagens sobre as belezas e a ausência de pessoas nestes espaços. Vejamos um trecho de uma delas realizada sobre Paris.

Muitos lugares, a principiar-se pelos boulevares, servem de passeios públicos; mas os que mais especialmente têm este caráter são: as Tulerias, o Luxembourg, o Jardin des Plantes, a Place Royale, os Champs Elysées, o Parque Monceaux, o Bois de Boulogne, o Bois de Vincennes, e trinta squares, isto é, jardins cercados, magnificamente plantados e regados, sempre cheios de passeadores, de crianças da vizinhança, brincando debaixo da vigilância de suas mães, aias ou criadas. Aqui no Rio de Janeiro, podemos comparar, bem que em ponto pequeno, com os squares de Paris as nossas praças de Onze de Junho, da Constituição, do Duque de Caxias, Jardim Botânico, e no futuro as praças da Aclamação e de D. Pedro II.

Os Champs Elysées situados na parte ocidental de Paris acham-se separados do Jardim das Tuileries pela Praça da Concorde. Este vasto passeio compreende o Cours –la –Reine, 1,70 metros de comprimento, o Grand-cours, 1.780 metros, a alameda das Veuves, 621 metros, e termina no Arco do Triunfo da Etoile. Os Champs Elysées são decorados com belos chafarizes e repuxos, com pavilhões regulares de arquitetura polycroma, ocupados por cafés e restaurantes, com duas grandes rotundas de igual arquitetura ocupadas uma por um panorama, outra por um circo-olímpico. A grande alameda central e as laterais servem ao formoso passeio de Longchamps, que tem lugar às quartas, quintas e sextas-feiras da semana santa. No centro esquerdo (lado sul) dos Champs Elysées acha-se o Palais de l'industrie, reservado as exposições permanentes, as cerimônias públicas e as festas nacionais. Forma um retângulo de 231 metros de comprimento sobre 108 de largura. A fachada principal abre-se ao norte na grande avenida e se compõe, assim como o palácio todo, de um pavimento térreo e um primeiro e único andar, com cinquenta janelas cada um. Ao centro existe um pavilhão saliente, onde se acha a entrada principal, formada de um pórtico de 15 metros de largura sobre 17 de altura. O interior do edifício apresenta uma vasta sala de 192 metros de comprimento, 48 de largura e 30 de altura.

O Bois de Boulogne, passeio habitual do mundo elegante de Paris, ocupa uma superfície de 700 hectares. A última guerra tinha-o devastado, mas a municipalidade de Paris o tem feito plantar novamente com árvores de trinta até cento e cinquenta anos. É no Bois de Boulogne que existe o Jardim da Aclimação, uma das maravilhas da paciência, sabedoria e gênio dos humanos. (continua...) (ILLUSTRAÇÃO BRASILEIRA, n.10, 15 de novembro de 1876, p.148).

A descrição sobre os parques parisienses não tinha apenas como finalidade apresentá-los aos leitores do jornal, mas também produzir nos mesmos o desejo de também freqüentar os espaços naturais nas cidades brasileiras. Se este não era um hábito entre nós, era necessário adquiri-lo. Foi assim que nossos viajantes se manifestaram. Tobias Monteiro foi um dos

mais enfáticos. Em texto produzido em Londres, a 28 de maio de 1898, relata um dia de domingo na cidade, período durante o qual as pessoas se refugiam em casa ou no campo, como já foi descrito no segundo capítulo. Porém, neste domingo em especial, o viajante acaba descrevendo a experiência de passear pelo Hyde Park.

A pé e em poucos carros (sendo proibida, em qualquer dia, a entrada dos que têm número de praça), muita gente passeia em caminhos escolhidos, marginados de filas de cadeiras, pagas a um penny, onde se assentam mulheres, muitas dentre as quais poderiam figurar em concursos de beleza. E a secundá-las na exibição de uma raça bela e vicejante, destacam-se os homens, vestidos com elegância que apenas se pode imitar, e revelando enfeite variado das lapelas o amor das flores (28 de maio de 1898 - MONTEIRO, 1928^b, p.69).

O passeio no parque londrino serviu de referência para o viajante se lembrar imediatamente dos parques brasileiros, cujo principal diferencial era, de novo, a exuberância natural.

Diante desse espetáculo, lembrei-me dos nossos parques, cobertos de relva tão verde, sombreados de árvores tão copadas, cortados de água tão clara; o 'passeio', aberto sobre o mar como o primeiro canto de nossa natureza, oferecido à admiração dos forasteiros; e o campo engastado no coração da cidade, dando de muitos de seus pontos a ilusão de um retiro agreste, com os limites que lhe traçam ao longe, por trás das casas encobertas da praça, a Tijuca, Santa Tereza e Nova Cintra (28 de maio de 1898 - MONTEIRO, 1928^b, p.70).

Novamente o contato com a natureza européia surpreende nosso viajante ao levá-lo a pensar no Brasil. As lembranças da vivência com a natureza em seu país de origem era um dos elementos mais importantes na formação da identidade destes brasileiros em viagem pela Europa. Bastava aconselhar aos brasileiros a adotarem o hábito dos passeios e atividades nos parques e jardins como uma forma de valorizá-los, evitando o vandalismo e

ao mesmo tempo proporcionando à “boa sociedade” novos espaços para sociabilizar-se, compartilhando novos códigos de conduta e elegância. E continua Tobias Monteiro:

A gente menos atarefada do Rio poderia também ter seus dias e horas consagrados aos parques, onde o estrangeiro pudesse admirar a beleza, a elegância, a graça de nossas pátrias. Todas as grandes cidades do mundo têm o seu passeio público, ponto de encontro do bom gosto, da moda, para a gema da sociedade. Na América do Sul, Santiago, Montevideó e Buenos Aires, com o seu magnífico Palermo, ensinaram ao Rio essa regra elementar da vida urbana, ainda não aprendida (28 de maio de 1898 - MONTEIRO, 1928^b, p.70).

Critica por fim aqueles que se dizem saturados da natureza e vislumbram elegância apenas nos passeios pelas ruas da moda, defendendo, assim, as atividades nos parques e jardins.

Se a natureza cansou-nos com a sua exuberância; se a nossa vida de arrabalde deu a muitos entre nós um canto de chácara ou de jardim sombrio; se os nossos parques já não nos interessam, façamos da preferência por eles uma regra de bom tom. Nas manhãs de estio, ao cair das tardes de sol, tudo ali é mais aprazível que na rua do Ouvidor. Se não é possível a circulação de carruagens no Campo, será fácil iniciar a boa prática pelos giros a pé, no Passeio, onde, como ainda no Campo, nos Jardins Botânicos e Zoológico, também a grande massa do povo não sabe aos domingos levar as crianças, a semana inteira guardadas em aposentos às vezes insalubres (28 de maio de 1898 - MONTEIRO, 1928^b, p.70).

Tobias Monteiro ainda testemunharia o comportamento das crianças inglesas em visita ao Jardim Zoológico, quando, mesmo excitadas pelo contato com os animais, elas em nenhum momento ameaçavam a integridade dos mesmos, não os irritando ou agredindo, mas os alimentando com suas guloseimas, prática ainda permitida naquele momento. Continuando sua viagem, o viajante escreveria suas impressões da visita a Áustria-Hungria, também marcada pela visão dos parques e jardins. A bordo do Thames, através do qual retornará ao Brasil, descreve o verão na Europa, quando a população, por divertimento ou simplesmente

para refrescar-se, procura no centro das cidades lugares para passear, divertir-se e se sociabilizar. Novamente lhe vêm as paisagens de outro cartão postal: o Rio de Janeiro.

No Rio não se foge dos teatrinhos da rua do Espírito Santo, dos restaurantes da rua do Ouvidor e deixam-se desertos ou desaproveitados os cantos verdes e sombrios de Santa Tereza, Laranjeiras, Gávea, ou das ilhas da Bahia, tão propícios às diversões nas noites calmosas (16 de agosto de 1898 - MONTEIRO, 1928^b, p.183).

Mas se a paisagem natural era considerada uma das marcas representativas da identidade com o Brasil, ela poderia não ser valorizada. Nos relatos dos cinco viajantes trabalhados, em apenas um momento a natureza européia parece superar a brasileira: trata-se do momento em que a Condessa de Barral escreveu aos antigos imperadores brasileiros, logo após a Proclamação da República, narrando suas despedidas da princesa Izabel. Era o momento em que coincidentemente a paisagem se modificava.

O mês de outubro vai correndo por cá magnificamente, e a paisagem ainda mais bela me parece, com a variedade de cores das folhas, umas verdes, outras amarelas, outras avermelhadas (...)

Tenho o mau-gosto de preferir essas despedidas de verão ao verde perene do Brasil tão monótono (11 de outubro de 1890 - BARRAL, 1977, p.339).

Barral no trecho acima assume uma postura bem diversa da narrada anteriormente pelos outros viajantes. Aquilo que para eles era sinônimo de nossa riqueza natural, para ela transforma-se em algo monótono comparado à diversidade das cores da flora européia. Mas não era despropositada essa pequena demonstração de rebeldia. A Condessa de Barral estava bastante triste com o caminho político brasileiro que havia golpeado mortalmente o Império e instaurado uma República militar. Assim, se referia com mágoa ao Brasil e ao

seu povo, por não ter resistido ao movimento que levou ao fim da monarquia. Em algumas de suas cartas deixa bem clara sua revolta. Para mim não há mais pátria perdi-lhe todo o amor que lhe tinha e cubro-me de vergonha quando me falam no Brasil.(BARRAL,1977,p.317). Assim, se a natureza servia para elogiar e engrandecer o país, também era um bom alvo quando o objetivo era agredi-lo.

Nísia Floresta novamente anteciparia futuras reflexões ao denunciar a ameaça à natureza proveniente do crescimento das cidades tal como o Rio de Janeiro. Para a autora o Brasil não possuía uma cultura de preservação e utilização do meio ambiente, preocupado que estava em ampliar áreas habitadas. Assim, diferentemente do que via na Europa, onde a paisagem do campo lhe parecia preservada e bonita, aqui prevaleciam as cobiça disfarçadas de ações para o progresso.

Mas aqui o campo é mais bonito, pois a mão do homem em vez de desenfeitá-lo de seus arrebatadores atrativos, como no Rio, empresta-lhe novos encantos, oferecendo aos que passeiam todo o conforto que se pode desejar nessas paisagens deliciosas. O vandalismo que abate as lindas árvores dos arrabaldes do Rio, para saciar os caprichos da civilização artificial, não é conhecido nos subúrbios de nenhuma cidade que visitei. Pode-se dizer , sem temer a censura de parcialidade, que a verdadeira civilização se faz sentir mais em algumas das florestas da Europa do que em certas aldeias do nosso vasto império.(16 de setembro de 1856,AUGUTA,148) .

Comprendemos que no interior das narrativas dos viajantes brasileiros pela Europa na segunda metade do século XIX existia um discurso em defesa da natureza como elemento

restaurador do sentimento de pertencimento ao Brasil, e ao mesmo tempo de construção de uma identidade entre estes sujeitos históricos. Percebemos que uma vez distantes do território nacional elaboravam novas representações deste, tendo a natureza como elemento estimulador. Estabeleceu-se assim , uma inversão durante a viagem. Os brasileiros que daqui saíam dispostos a ver e aprender com o “Velho Mundo”, redirecionavam seu olhar sobre seu país de origem. Do outro lado do Atlântico estes brasileiros observaram o Brasil de uma forma diferente. Acreditamos que esse movimento pode ter se realizado de duas formas. A primeira delas se estabeleceu no decorrer da viagem, quando a distância de casa fazia com que esses brasileiros se sentissem nostálgicos e assim, procurassem amenizar a saudade, identificando em solo estrangeiro tudo o que poderia lembrar o Brasil. O olhar do viajante, atento e catalogador, foi em trânsito demarcando as fronteiras entre o seu mundo, agora localizado na memória, e o mundo europeu o qual saía do espaço da imaginação e se apresentava como a realidade. Invertidos os lugares, onde a Europa passa a ser a realidade e o Brasil o sonho, os brasileiros acabaram produzindo narrativas bastante etnocêntricas , todavia , inovadora pois mudaram sua centralidade para tomar como novo parâmetro de comparação, o Brasil, tendo como um dos pilares a sua exuberante natureza. Por outro lado, compartilhavam através de uma tradição narrativa e escolar a associação Brasil - natureza ,o que dificultaria qualquer tentativa de representá-lo de outra forma. Desde Pero Vaz Caminha, passando pelos artistas da chamada Missão Francesa e os relatos dos cientistas e naturalistas do século XIX , o discurso nacionalista do Romantismo ou mesmo o texto de Afonso Celso publicado no início do século XX, retratam essa tradição na qual a imagem do Brasil era imediatamente associada à sua natureza paradisíaca.

Acreditamos que os relatos produzidos por brasileiros em viagem a Europa oitocentista foram originais por nos apresentarem no interior de uma narrativa da viagem, um processo de reelaboração da auto-imagem de si e do Brasil. Assim, podemos verificar no discurso da natureza um momento de diferenciação entre o “Novo Mundo” e o “Velho Mundo”. Se este último fundamentava a vida sócio-cultural de nossas elites oitocentistas, durante a viagem era sentido como um lugar estrangeiro, e, portanto passível também de decepções e críticas. O realismo que se estabelecia diante das observações das cidades européias, reorganizava a imagem destas para os brasileiros, produtores e ou leitores destas narrativas. Nossos viajantes se comportariam não como colonizados que buscavam se transformar em europeus, mas em observadores e mediadores das duas culturas, cujas fronteiras pareciam muito bem reconhecidas. Reforçava-se a imagem da Europa desenvolvida, culturalmente rica e liderando o processo civilizador . Mas o Brasil aparecia como promessa de futuro, próximo e não distante. O conhecimento adquirido em solo europeu ajudaria, mas não seria suficiente dada as nossas condições materiais, leia-se as riquezas naturais, muito mais privilegiadas ao nosso ingresso no caminho do desenvolvimento. Ou seja , o conhecimento adquirido na Europa, através da observação de sua realidade e de suas escolhas para o desenvolvimento poderiam auxiliar no projeto brasileiro, porém, a nossa realidade era ainda melhor, graças a uma reserva de recursos naturais que credenciava o Brasil ao progresso.

Brasilidade latente

Percebemos existir no relato dos viajantes brasileiros em viagem a Europa na segunda metade do século XIX, a constatação de sua condição de estrangeiro, distante, e a partir desta, uma redescoberta do Brasil. Este movimento nos parece aproximar dois grupos historicamente tão distantes: A elite oitocentista e os modernistas dos anos 20. Podemos partir do prefácio de *Poesia do Pau Brasil*, assinado por Paulo Prado, que faz a seguinte referencia: “Oswald de Andrade em uma viagem a Paris, do alto de um atelier da praça Clichy – umbigo do mundo descobriu maravilhado seu próprio país” (*apud* CARELLI,1994,p.199 e 200). Essa imagem parece encontrar-se com o que percebemos muito nitidamente em nossos viajantes. A Europa serve como cenário para que descubram o Brasil. O viajante sentia assim, estrangeiro, e passa a ver como estranho aquilo que não reconheceu. O não pertencer a paisagem não o fragiliza, mas direciona-o a observar de forma mais cuidadosa, a si, ao entorno e também àquilo que foi deixado para trás. A ausência do cenário conhecido opera neste viajante um exercício de reaproximação promovendo uma nova percepção de suas raízes, sua cultura, e outros elementos que denotam seu pertencimento. Isso explica como no exterior os brasileiros tanto se irritavam diante da ignorância dos estrangeiros frente às coisas de nossa terra. Era como se eles abortassem a existência do Brasil, como espaço geográfico, cultural, mental e também afetivo. A descoberta da ignorância do outro, revoltava assim , em momentos diversos aqueles que acreditavam estar instruídos para tudo saberem das cidades visitadas. Como os europeus não sabiam nada sobre o Brasil? O Visconde Nogueira da Gama , diretamente de Paris, em 07 de setembro de 1855, protestava.

Certo , não faltam divertimentos para todos os gostos e condições, e creio que, para os gozos da vida, não há nada como Paris; mas , é espantosa a ignorância

d'esta gente a respeito do Brasil: geralmente , confundem-no com os estados platinos, e passamos aqui por naturais d'essas paragens; com bem raras exceções, os mais adiantados nas nossas cousas, sabem apenas que vivemos por aí algures; e a prova é qu ainda há bem poucos dias , uma das primeiras notabilidades médicas de Paris, que talvez esteja em dia com o que vai à China, admirou-se lhe ter o nosso amigo Dr. Antônio da Costa apresentado carta de recomendação do ministro francês no Rio de Janeiro.

Não sabia esse Mr. onde era o Rio de Janeiro, e , ainda menos, que houvesse aí uma legação da França. (7 de julho de 1855, NOGUEIRA DA GAMA, 37).

O mesmo aconteceria mais tarde com Gilberto Amado, que exclamaria, também de Paris:

“A necessidade de clareza leva-os a reduzir ao máximo os detalhes. O Brasil...um detalhe.”

(*apud*: CARELLI,198).

A total ignorância dos europeus sobre a vida e a cultura brasileira irritou os brasileiros oitocentistas de uma forma bastante próxima do que aconteceu com Gilberto Amado no início do século XX . A decepção diante do desconhecimento deles sobre a nossa cultura, parecia um golpe naqueles que tinham a pretensão de conhecer em profundidade a cultura européia e, em especial, a francesa. Tal constatação parecia desconstruir-se a imagem de uma proximidade cultural e uma identidade entre estes dois universos, representação edificada em anos de escolaridade e formação cultural.

A natureza se apresentava como um elemento edificante da diferença entre Brasil e Europa, pois sua existência conseguia equilibrar, para estes brasileiros, a riqueza das artes e da cultura européia. Mas antes de tudo , ela era a referência para que se identificassem com o país revelando seu sentimento de pertencimento. É importante ressaltar que alguns

modernistas recuperaram dos românticos oitocentistas a noção de que a brasilidade estaria ligada à natureza, ou seja, a nossa identidade nacional se calcaria numa natureza *suis generis*, que conseqüentemente resultaria numa civilização também *suis generis*, bem diferente dos outros modelos civilizatórios. A brasilidade então seria acessada pelos homens e mulheres através de um “estado natural de espírito que diz respeito a intuição de um sentimento nacional, visceralmente brasileiro”.(VELLOSO, 1993, 15). A idéia de brasilidade estava presente nos discursos modernistas, principalmente no grupo denominado Verde-Amarelo, defendia a comunhão entre o homem e o meio ambiente, cabendo ao intelectual, criar uma consciência nacional capaz de quebrar os obstáculos para que o homem agisse junto à natureza. Os Verdes-Amarelos defendiam a noção de brasilidade sob três pilares, espaço, território e geografia e viam o Brasil como uma criança que precisava ser potencializada, através da maior ocupação territorial e do domínio da natureza. Acreditavam que nos trópicos, a natureza seria encarregada de provocar o avanço do pensamento nacional. (VELLOSO, 1993). Assim como os viajantes oitocentistas relacionavam-se à natureza brasileira uma potencialidade capaz de dotar o país de riqueza num futuro desenvolvido.

Todavia, diferiam dos brasileiros oitocentistas, por condenarem a cidade como espaço para o desenvolvimento do mercado, o que de certa forma tornaria o homem dependente. Ao mesmo tempo se contrapunham à visão contextualizadora de Mário de Andrade que propunha no estudo das diferenças regionais justamente a avaliação daquilo que lhes dava uma unidade, eliminando assim a análise das partes em prol da reflexão sobre o conjunto das características brasileiras. Para Mario de Andrade era outra a questão, pois ele

queria, sobretudo entender o tempo presente, a brasilidade. Assim, Mário de Andrade não pensava em embalsamar a cultura. Desconfiava do passado como um tempo perfeito, digno de ser revivido. Não propunha, como o faziam os verdes amarelos, nenhuma viagem idealizada de volta ao passado. Queria entender a tradição no que ela tinha de atual de vivo. Era essa a tradição que interessava pesquisar e analisar. Por isso a denominava ‘tradições móveis’ (VELLOSO, 2000, 69).

Mais de 50 anos de distancia separam do grupo Verde-Amarelo os viajantes brasileiros oitocentistas. Todavia, é possível perceber uma certa proximidade entre eles. A defesa da singularidade nacional não se apresentava explicita nas correspondências destes brasileiros em viagem à Europa. Como homens e mulheres do seu tempo estes viajantes não conseguiram quebrar o paradigma da cultura européia, tanto no seu modelo de civilidade, história, hábitos, etc. Ainda assim, acreditamos, que esta defesa do Brasil, enquanto promessa de futuro, tanto economica quanto culturalmente, calcada na observação e valorização de sua natureza, demonstrará uma latente descoberta das nossas características mais significativas e singulares. Elementos estes que mais tarde, quando do advento do modernismo, tornar-se-ão a base para um novo olhar sobre o Brasil.

Ao contrário do que se imaginava, numa leitura das elites brasileiras atreladas à cultura européia, por sua formação, sua cultura, seu imaginário sobre o urbano, seu desejo de desenvolvimento industrial, foi durante as viagens a Europa oitocentista que eles conseguiram ter o distanciamento suficiente para observarem, refletirem e construir uma representação do Brasil. Nesse sentido podemos pensar que ainda que diretamente compartilhando um modelo cultural europeu, os brasileiros, produziram em suas narrativas uma inversão das zonas de contato, espaço dos encontros coloniais, onde se travam as disputas pelo controle do poder e da cultura. Não mais a América, o “Novo Mundo”, mas agora sim o próprio território europeu que será apropriado por estes viajantes para nele

elaborarem , com o conjunto de saberes construídos, apreendidos e ali criados , uma nova imagem para a Europa e para o Brasil. Seus textos se apresentariam assim como narrativas auto-etnográficas por apropriarem-se do léxico do colonizador, mas utilizarem uma postura própria. Ou seja, usavam das narrativas de viagens, aprendidas a partir da leitura da literatura de viagem e dos romances europeus, para nas suas próprias construções narrativas elaborarem uma visão original de si e do outro.

Inúmeros foram os exemplos de relatos de viagem cuja abordagem se ajustava a uma prática imperialista exercida pelos “olhos brancos civilizados” dos europeus. (PRATT, 1999) Os chamados “olhos do Império”, tudo faziam para tornar seus relatos de viagem capazes de contribuir para o projeto de colonização dos povos americanos. Assim:

“O Imperialismo, antes considerado e analisado primordialmente na forma de um fenômeno político ou econômico, como produto e como agente responsável pela construção de visões de mundo, auto-imagens, estereótipos étnicos, sociais, geográficos entre outros, e que se legitima não apenas pela dominação externa, visível através de relações econômicas e políticas, mas pela interferência direta nas mentes das pessoas com ele envolvida”. (PRATT, 1999,11).

Todavia, no que se refere aos relatos de nativos, é possível verificar uma dinâmica própria na criação de sua auto-imagem, basicamente oscilando entre a subordinação, a resistência e a autonomia frente aos valores europeus. Seriam assim, os espaços de encontro entre culturas diversas, locais de choque e negociação cultural. Para Ortiz¹⁵ as chamadas Zonas de Contato, nas quais as possibilidades de encontros culturais positivos seriam tão numerosas quanto os perigos a serem enfrentados. (citado por PRATT, 1999) Destacamos a

¹⁵ORTIZ, Fernando. Contraponto Cubano. Caracas, Biblioteca Ayacucho, 1978.

inversão destas Zona de Contato, quando homens do “Novo Mundo” se encontrariam em território europeu, articulando novas representações e novas relações de poder. Estabeleceria-se desta forma uma prática de transculturação na qual “*se os povos subjugados não podem controlar facilmente aquilo que emana da cultura dominante, eles efetivamente determinam em graus variáveis, o que absorvem em sua própria cultura e no que o utilizam*”.(PRATT, 1999, 31) Todavia, poderíamos caracterizar os relatos de viagem, produzidos pela visita dos povos da América à Europa como um conjunto diverso e heterogêneo de formas de expressão no qual se promoveria por parte do viajante-narrador um diálogo com as representações metropolitanas - algumas das quais legitimadas por este - como forma de facilitar sua própria entrada na cultura letrada Metropolitana.

Mas não foi apenas a natureza que serviu aos brasileiros em viagem a Europa como modelo de comparação com o Brasil. Por todo lado identificavam problemas, hábitos ou manifestações culturais que estimulavam a comparação com seu país de origem. Nogueira da Gama não deixou de observar questões diretamente ligadas a sua atividade junto à Corte, por isso a elegância ou a falta dela apresentavam-se como motivo para críticas muitas vezes ácidas, como se vê abaixo quando comenta sobre um baile de que participou em Paris:

Foi enorme a enchente do baile que a cidade de Paris deu ao jovem rei de Portugal, nos magníficos salões do Hotel de Ville. Que tafularia! Mas também, que ratazana, meu Deus! Não me lembro de ter visto toilettes tão ordinárias, já não digo, nos bailes do paço, e do visconde de Mirity, nas festas da Glória; mas em outros de inferior categoria, como os do brigadeiro Pacca, do conselheiro Nabuco, do Pinheiro, etc.(6 de julho de 1855, NOGUEIRA DA GAMA, 45)

Também as cidades eram alvo de comparação:

A cidade é bem limpa policiada; mas sua iluminação a gás é inferior à do Rio de Janeiro, e a alguns outros respeito está Lisboa muito abaixo d'aquela capital; por exemplo: ainda não tem água senão a dos antigos chafarizes, alguns bem curiosos com obras de arte; todo o transporte de cargas pelas ruas é feito, a pau e corda, pelos galegos, e por carros de boi, de eixo móveis, tão, toscos e pesados como dos pontos mais atrasados das nossas províncias. (12 de maio de 1855, *NOGUEIRA DA GAMA, 22*).

Estes não eram nem os hábitos e nem a cidade esperada pelos brasileiros em sua viagem pela Europa. A constatação de problemas estruturais serviria de mote para a construção de uma crítica à cultura e as cidades européias ao mesmo tempo em que permitia uma reflexão sobre as cidades brasileiras. Percebemos que o Brasil se apresentava novamente como o modelo de comparação, seja na superioridade da organização e da etiqueta nas festas ou recepções ou demonstrando o atraso da capital da antiga metrópole, passado que os brasileiros só evocariam para reivindicar uma hereditariedade européia. Suas narrativas apresentavam não apenas o anseio de “ver bem”, e com isso aprender muito sobre os lugares que visitavam, mas simultaneamente procuravam também por seu lugar de origem. De forma natural projetavam as imagens do Brasil sob as das cidades européias. O mesmo aconteceu com Nísia Floresta quando visitava a cidade alemã de Colônia. Passeando por suas ruas entre a multidão de passantes e os cafés, a viajante ao observar o cair da noite neste momento relembra do Brasil.

As primeiras sombras da noite começavam a descer, quando vários globos suspensos às árvores foram acesos. Nosso Passeio Público do Rio apresentou-se então ao meu espírito, como em um período de festas que passei lá com vocês todos, época (ai de mim!) bem afastada daquela em que os deixei, para aventurar-me sozinha neste Dédalo que se chama vida no estrangeiro. (1º de setembro de 1856, *AUGUSTA, 81*).

A saudades do Brasil surpreendiam nossos viajantes em momentos corriqueiros de sua experiência nas cidades européias. Tudo parecia perfeito, e, no entanto, nossos viajantes se descobriam fora de lugar. As observações tornaram-se mais freqüentes e também a comparação com a cultura brasileira. Ao mesmo tempo, recuperavam em solo estrangeiro, algumas de nossas manifestações culturais , revalorizando-as como uma forma de aproximarem-se do país distante. Foi o caso da Condessa de Barral que escrevendo a D. Pedro II diretamente da França, relembra com nostalgia as festas que eram realizadas na Bahia. Era seu aniversário, momento em que geralmente as pessoas ficam reflexivas e as lembranças vêm à tona.

Nasci em Sábado de aleluia quando as negras apregoavam nas ruas pastéis quentes para desenfastiar da quaresma...cada ano foi festejado esse dia , até meus parentes me trazerem para a Europa - Quando eu voltei ao Brasil principiaram outra vez os festejos nos meus Engenhos com foguetes, zabumba, batuques, peru por cabeça, boi de espeto, saúdes dos lavradores descarregando na Senhora Dona e tudo quanto há de mais hospitaleiro e de mais cordial - voltei para a França nunca mais soube quando eu fazia anos. Tornei ao Brasil, tornei a fazer anos, mas sem foguetes nem zabumbas, o Brasil se civilizava e as saúdes não descarregavam mais na Senhora Dona, eu não era mais Iaiá de todos , era Sá Condessa. (BARRAL, 327).

A nostalgia da alegria, da festa e da comemoração permite que as lembranças de Barral sejam vistas como um observatório das diferenças entre os dois lugares. O Brasil, território da festa, da alegria , da afetividade. Na Europa, de outro modo, prevaleciam a discrição e a sobriedade. A imagem dos brasileiros sempre associada à alegria e à festa , será compartilhada por Nísia Floresta, que nas ruas de Frankfurt reencontrará o Brasil na música, nas flores, nas festas. Imediatamente a viajante elabora uma aproximação entre o povo alemão e o brasileiro.

O povo alemão não é galante , mas parece-me polido , franco, amável, sincero, o que, certamente vale muito mais.

Encontramos sempre polidez e franqueza em todos aqueles a quem me dirijo, para pedir uma informação qualquer; há mesmo quem leve a bondade a ponto de desviar seu caminho para nos conduzir a um monumento ou a um estabelecimento que queremos ver. Essa boa vontade que eles têm em servir aos estrangeiros faz que eu me sinta, muitas vezes, como se estivesse em meio à maioria dos nossos compatriotas, sempre prestimosos em obsequiar aqueles a que dão hospitalidade com tanta boa vontade.(8 de setembro de 1856,AUGUSTA,118)

Nísia Floresta encantada com a cidade de Frankfurt,olha com ternura para cada um de seus detalhes.A simplicidade e alegria da cidade, a hospitalidade e gentileza de seu povo lhe remetem a lembranças do povo brasileiro o que ela considera também portadores das mesmas. Não existe algo a aprender nesse momento, são iguais. Identidade nem sempre encontrada em solo europeu. Essa mesma simplicidade reaparece em momentos pontuais quando vez ou outra a própria linguagem reaproxima pessoas que por tanto tempo se viram distantes do Brasil, em expressões populares especialmente simbólicas para nossa cultura popular. A Condessa de Barral, por exemplo, uma aristocrata que naturalmente misturava o português e o francês em suas cartas aos Imperadores Brasileiros, também conseguiu em alguns momentos ficar tão próxima de expressões do homens de sua terra natal. **Eram 2 horas da madrugada, chuva à gamelas e lama digna de Calolê de Santo Amaro.**(BARRAL,1977,71). O Brasil estava lá nos gestos, nos hábitos, na linguagem. E vez ou outra também deparavam com ele pelas ruas das cidades européias.

Nísia Floresta testemunharia em Colônia , em 02 de setembro de 1856, uma procissão. Este ritual religioso tão comum entre os brasileiros , é ali reencontrado nas suas singularidades.

Como os brasileiros o povo alemão foi descrito como muito religioso, e bastante concentrados no ritual que realizavam , o que deixou a viajante admirada e emocionada. A imagem lhe lembrava o interior do Brasil, porém, trazia a singularidade alemã, pois Um padre portava a imagem do Cristo sobre a cruz; atrás marchavam , em filas, homens e mulheres penteados e vestidos côm camponeses. (AUGUSTA,1998,86). Essa imagem impressionou Nísia Floresta. Ao contrário do Brasil , quando a tradição colonial fez dos rituais religiosos também rituais sociais , os alemães preferiam o uso de roupas mais simples ou típicas, em oposição ao luxo e ornamentação dos brasileiros nestes mesmos eventos.

Enfim, tudo remetia a saudades do Brasil, um país redescoberto, num lugar tão distante. Quando escolheram viajar ou mesmo viver na Europa, os brasileiros oitocentistas esperavam encontrar ali tudo o que faltava ao Brasil. A cultura e a História européia eram vistas como modelares. Sua população como civilizada, suas cidades como modernas. Em cada um dos relatos aqui trabalhados, a viagem se inicia como uma grande esperança . Seja ela pela cura das doenças de Tavares Bastos e esposa, ou das saudades de Nísia Floresta. Também almejavam o contato com o mundo moderno, nos relatos de Tobias Monteiro ou ainda o luxo e elegância dos europeus, em festas, saraus, teatros e recepções freqüentadas pelos aristocráticos Visconde Nogueira da Gama e Condessa de Barral. Todavia, o que não se esperava era que o que “faltava no Brasil”, se transformasse em uma “falta do Brasil”. E assim, o olhar sobre o mundo europeu ativava a expectativa de reencontrá-lo, seja em Edimburgo onde “o sol brindava-nos com um dia claro de primavera e o céu tão azul lembrava do Brasil” (MONTEIRO, 82) ou ainda em Veneza de onde Tavares Bastos relata:

Temos gostado muito de Veneza: escrevo-lhe olhando para o grande canal e para os gondoleiros que passam. A tarde está lindíssima, e estas águas e estes meninos com suas canoas me recordam a minha terra. Estou inclinado às saudades do Brasil. (21 de fevereiro, 1868, TAVARES BASTOS, 103).

Tavares Bastos olha para a paisagem veneziana, com seus gondoleiros e suas gôndolas, mas o que vê é sua terra, Alagoas, onde jangadas guiadas pelos jangadeiros cortam o mar. A nostalgia vem da luz do entardecer, paisagem consagrada à saudade pelo romantismo. Mas também vem dos canais e dos barcos lembrando a distância que separa o viajante de casa.

Destacamos assim recriação da imagem do Brasil e dos brasileiros, tendo novos parâmetros, que não exclusivamente os das grandes metrópoles européias. Em outras palavras, ao descreverem as “Capitais do século XIX” - no que concerne à sua organização social, cultural, médico-sanitária ou mesmo arquitetônica - nossos viajantes, muitas vezes, redirecionavam o olhar para um novo modelo de comparação: o Brasil. Nesse sentido, a representação do país de origem, feita durante as viagens, através das cartas que endereçaram a amigos e parentes, se apresentava original em relação à elaborada em território brasileiro. Como se em terras distantes o nosso país fosse reencontrado.

Percebemos assim uma mudança de postura em relação ao Brasil, por aqueles que se distanciaram dele. Entendemos que as viagens mais do que permitir o crescimento cultural e intelectual, pelo contato com a Europa, teatro da civilização oitocentista, criavam a possibilidade de um amadurecimento do olhar sobre o Brasil. Essa postura era construída num exercício de auto-reflexão e construção de uma nova imagem de si e do país cujo

espaço laboratorial seria a própria viagem e o interior dos relatos produzidos durante sua realização.

Conclusão

Este trabalho procurou compreender sobre o universo das viagens realizadas por Brasileiros à Europa durante a segunda metade do século XIX. Através da investigação dos relatos que produziram, em especial de suas cartas particulares, buscamos analisar suas representações sobre a modernidade, assim como o diálogo travado com a cultura européia. Destacamos que suas observações foram produzidas no decorrer da viagem, constituindo-se assim, uma das características dos viajantes modernos. Suas cartas destinadas a seus familiares, amigos ou ao grande público, possibilitaram aos seus diversos leitores acompanhar não apenas o

roteiro da viagem pelo continente europeu , mas também como no interior da viagem e da correspondência se constituiu um laboratório de idéias sobre o local visitado e também sobre o Brasil.

Percebemos nos relatos masculinos uma preocupação maior em descrever elementos que comporiam a modernidade almejada. O cenário escolhido foram as cidades oitocentistas européias, cuja organização, os novos hábitos citadinos de sua população e ainda seu desenvolvimento industrial, serviriam de modelo para futuros projetos de modernização do Brasil. Por outro lado, as mulheres também viajaram e produziram narrativas de viagem importantes. Suas observações destinaram-se também como os homens para a modernidade européia, mas esta foi acessada pela cultura e pelo cuidado que os europeus possuíam com a sua própria história.

Cidades como Londres , Paris, Roma, capitais da modernidade oitocentista, tornaram-se cenários preferidos de nossos viajantes, que também se enveredaram por outras cidades como Aix -la-Chapelle, Viena, Hamburgo, Bruxelas, Nápolis, Lion, Frankfurt, Lisboa, Berlin, etc.Em cada uma delas construíram uma representação do universo cultural europeu , mas também, utilizaram o deslocamento para refletir sobre suas próprias cidades de origem. Nestes centros urbanos europeus, os homens buscaram conhecer sobre o progresso e as mulheres sobre a história. Em cada uma delas refletiram sobre sua própria vida e também sobre o Brasil.

No decorrer da viagem, quando o tempo parecia demorar a passar, brasileiros e brasileiras, presentes na Europa oitocentista acabaram por se descobrirem com saudades do Brasil. A

originalidade desta descoberta se deve ao fato de que ao saírem em viagem os brasileiros pareciam muito mais dispostos a aprenderem com os europeus tudo aquilo que os tornava superiores aos seus pares no Brasil. Essa etapa foi facilmente superada. No decorrer da viagem a Europa se mostrou em sua exuberância histórico-cultural, mas também como uma realidade difícil e principalmente estranha a estes viajantes. Aos poucos os brasileiros descobriram que a cultura européia, em suas idéias e manifestações não lhes era suficiente, faltava-lhes algo, faltava o Brasil.

O Brasil foi recuperado quando os viajantes brasileiros deparavam-se com alguns vestígios de nossa natureza exuberante. No jardim zoológico, nos parques ou na paisagem marítima, a natureza brasileira ressurgia como um elemento importante da identidade entre esses brasileiros no exterior. Através da natureza, tipificada em pássaros, plantas, exuberância e ou paisagem romântica, os brasileiros acessavam instintivamente o Brasil. Eram odores, cores, sensações compartilhadas que possibilitavam que os brasileiros se reconhecessem na Europa.

Percebemos que todo esse processo, apesar de aqui representado apenas por alguns personagens do período, nos possibilita questionar a visão dos brasileiros como meros consumidores da cultura européia. No interior dos relatos daqueles que viajaram, e registraram a viagem, o deslumbramento aos poucos ganhou contornos mais críticos, fazendo com que uma Europa desorganizada e doente, substituísse a idealização construída por esses brasileiros durante toda sua formação. A viagem possibilitava a esses homens e mulheres o contato com a realidade européia, tão diferente do modelo de cultura e

desenvolvimento que ela havia se transformado para os brasileiros e os homens oitocentistas como um todo.

Destacamos que a percepção sobre a Europa muda durante a viagem. Ao mesmo tempo em que o Brasil é ressignificado. Portanto, para as elites oitocentistas em viagem ao território europeu ficava mais fácil recuperar traços da nossa cultura, para questionar a européia. Percebemos que a possibilidade de uma dependência cultural dos brasileiros a cultura européia se enfraquece. Não havia um simples consumo cultural, mas um diálogo no qual eram possíveis acertos ou não. Entre a identificação e o estabelecimento de fronteiras que separavam a Europa do Brasil, os brasileiros em viagem fizeram de seu deslocamento um espaço para a transformação de sua percepção de mundo. A viagem transformou o modo como viam o mundo, e conseqüentemente, como construíram sua própria auto-representação.

Concluimos que nas viagens oitocentistas, diferente das de hoje, a longa duração do traslado, assim como o extenso período em que os viajantes ficavam em território estrangeiros, refletiram num tempo suficiente para diminuir a ansiedade pelo encontro com a paisagem e a cultura européias, e rearticularem suas concepções sobre o Brasil. Os Brasileiros, no retorno da viagem foram tratados com distinção por uma sociedade em que nem todo mundo poderia viajar, porém, a principal riqueza que traziam em sua bagagem não nos parece ser as lembranças de um lugar que já sabiam existir, mas algo essencial para sua formação, ou seja, um olhar mais crítico e também mais generoso sobre o Brasil e seu povo.

Referências Bibliográficas

Obras dos Brasileiros Viajantes

AUGUSTA, Nísia Brasileira Floresta. *Itinerário de uma Viagem à Alemanha*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998.

_____. *Fragmentos de uma obra inédita*. Notas Biográficas. Brasília: Editora da UNB, 2001.

_____. *Cintilações de uma Alma Brasileira*. Florianópolis: Santa Cruz do Sul, RS: Editora das Mulheres; EDUNISC, 1997.

BARRAL, Condessa de. *Cartas a Suas Majestades*. 1859-1890. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Cartas do Solitário*. 3ª ed. São Paulo: Nacional, 1938. (Coleção Brasileira, v.115).

_____. *A Província*. Estudo sobre a descentralização no Brasil. 2ª ed. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife: Cia Editora Nacional, 1937. (Coleção Brasileira, v.105).

_____. *Correspondência e catálogo de documentos da Coleção da Biblioteca Nacional*. Brasília: Senado Federal, 1977.

BEDIAGA, Begonha. *Diário do Imperador D. Pedro II*. Petrópolis: Museu Imperial, 1999. 1 CDROM.

BESOUCHET, Lídia. *Pedro II e o Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1993.

DIÁRIO de uma viagem à Inglaterra, a partir de 1873. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional (Manuscritos), sem referência.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *Diário Íntimo*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MONTEIRO, Tobias. *Na Corte Portuguesa*. Reminiscências. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1928^a.

_____. *O Presidente Campos Salles na Europa*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia Editores, 1928^b.

NOGUEIRA DA GAMA, Visconde. *Minhas Memórias*. Rio de Janeiro: Livraria Moderna, 1893.

_____. *Minhas Memórias*. Rio de Janeiro: Magalhães & Comp. Editores, 1894.

Bibliografia Geral

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. (História da Vida Privada no Brasil, v.2).

ALENCAR, José. *Senhora*. São Paulo: Moderna, 1993 206p.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Antropos-Homem. V.5. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Pg.296 a 330.

BARBOSA, Frederico. *Clássicos da Poesia Brasileira*. Antologia da Poesia Brasileira anterior ao Modernismo. Rio de Janeiro: O Globo; Klick Editora, 1998.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: Memória Histórica e descritiva*. História Antiga e História Média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.2 v.

BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Cristina Venâncio. (Orgs.) *Destino das Letras*. História, Educação e Escrita Epistolar. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2002.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos Viajantes*. 3ª Edição, São Paulo: Objetiva; Metalivros; Fundação Odrebrecht, 2000.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. Ensaio sobre Literatura e História da Cultura. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.(Obras Escolhidas, v.1).

_____. *Charles Baudelaire*. Um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.(Obras Escolhidas, v.3).

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. A aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BOTTON, Alan. *A Arte de Viajar*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1974. 361p.

_____. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no Século XIX: O espetáculo da pobreza*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Tudo é História, n.52).

_____. *Metrópolis: as faces do Monstro Urbano*. (as cidades no século XIX). *Revista Brasileira de História*, n.819, v.5, p.35 a 68. setembro de 1984/abril de 1985.

_____. (Org.) *Imagens da Cidade*. Século XIX e XX. São Paulo: ANPUH/SP; Marco Zero; FAPESP, 1994.

BURKE, Peter. *Varietades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. 150 p.

CAMINHA, Pero Vaz de. *A carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil: texto integral*. São Paulo: Martin Claret, 2005. 126 p.

CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. Viajantes Estrangeiros em Minas na Primeira Metade do Século XIX. *Revista do IFAC/UFOP*, Ouro Preto, n. 3, p.37 a 45. dezembro de 1996.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 2003.

CARDOSO, Sérgio. O Olhar do Viajante. (do etnólogo). In: NOVAIS, Adauto. (Org.) *O Olhar*. São Paulo: Cia das Letras, 1988. p.347-360.

CARVALHO, José Murilo de. A Composição Social dos Partidos Políticos Imperiais. *Revista do DCP-UFMG*, Belo Horizonte, n.2, p.1-34, dezembro de 1974.

_____. *A Construção da Ordem: a elite política imperial & Teatro de Sombras: a política imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Relumé-Dumará, 1996.

CARELLI, Mário. *Culturas Cruzadas*. Intercâmbios Culturais entre França e Brasil. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

CELSO, Afonso. *Porque me ufano do meu país: right ou wrong, my country*. 8ª ed.rev. Rio de Janeiro: Garnier, [192-]. 203p.

CHALHOUB, Sidney. Diálogos Políticos em Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (Orgs.). *A História Contada: Capítulos de História Social da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.95-122.

CHARLOT, Mônica; MARX, Roland (Orgs.). *Londres, 1851-1991*. A Era Vitoriana ou o triunfo das desigualdades. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993.

CHARTIER, Roger. As Práticas da Escrita. In: ARIÉS, P; CHARTIER, R. (Orgs.). *História da Vida Privada: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p.113 a 161. (História da Vida Privada, v.3).

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. Momentos decisivos. São Paulo: Editorial Grijalb, 1977.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1989.

CRISTÓVÃO, Fernando (Org.). *Condicionantes culturais da literatura de viagem*. Lisboa: Edições Cosmos; Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa, 1999.

DAUPHIN, Cécile; LEBRUN-PEZERAT, Pierrette; POUBLAN, Danièle. *Une correspondance familiale au XIXe siècle. In: Bossis, Mireille (Dir.) La letter à lá croisée de l'individuel et du social. Paris, Kimé, 1994.*

DAUPHIN, Cécile. *Pour une histoire de la correspondance familiale. Romantisme. Paris: n.90, 1995.*

DIAZ, Brigitte. *L'épistololaire ou la pensée nomade. Paris: PUF,2002.*

DIEHL, Astor Antônio. *A Cultura Historiográfica Brasileira. Do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: Editoa Eiupf, 1998. 247 pg.*

DUARTE, Constância Lima. Apresentação. In: FLORESTA, Nísia. *Itinerário de uma Viagem à Alemanha. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998.*

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.*

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder. 10ª ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.*

FRANCO, M. S. Carvalho. As idéias estão no lugar. In: *Cadernos de Debate: História do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1976. p.61-64.*

FREYRE, GILBERTO. *Sobrados e Mocambos. 13ª ed. São Paulo: Record, 2002.*

GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella. (Orgs.). *Prezado Senhor, Prezada Senhora. Estudo sobre Cartas. São Paulo: Cia das Letras, 2000.*

GARCEZ, Lucília; OLIVEIRA, Jô. *Explicando a Arte Brasileira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.*

GODLIB, Nadia B. Correspondências: a condessa de Barral e o imperador D. Pedro II. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella (Orgs.). *Prezado Senhor, Prezada Senhora. Estudo sobre Cartas. São Paulo: Cia das Letras, 2000. p.inicial-final.*

GOMES, Ângela de Castro. (Org.). *Escrita de si. Escrita da História. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 380 p.*

GOMES, Antônio Castilho. Hablen Cartas Y Callen Barbas. Escritura y Sociedad em el siglo de oro. *Historiar. Revista Cuatrimestral de História. Alcalá de Henares, n.4,2000.*

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. In: *Estudos Históricos- Dossiê Caminhos da Historiografia, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p.5-27.*

HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino. A luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850 – 1940. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.*

- HALL, Catherine. Sweet Home. In: PERROT, Michelle *et al.* *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.53 a 87. (História da Vida privada no Brasil, v.4).
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: a modernidade na Selva*. SP: Cia das Letras, 1988.
- HÈBRARD, Jean. La Lettre Représentée. Les pratiques épistolaires populaires dans les récits de vie ouvriers et paysans. In: CHARTIER, Roger (Directeur). *La Correspondance*. Les usages de la lettre au XIXe. Siècle. Paris: Fayard, 1991. p.278-364.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1996. 365 p.
- HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000.
- LAVELLE, Patricia. *O Espelho Distorcido*. Imagens do Indivíduo no Brasil Oitocentista. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. *Introdução à Modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Livros de Viagem*. 1803/1900. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- _____. (Org). *A Condição Feminina no Rio de Janeiro*. Século XIX. São Paulo: Hucitec, Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: INL-Fundação Nacional Pró-Memória, 1984. (Estudos Históricos, v.4).
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- LEMOS, Renato. *Bem Traçadas linhas*. A história do Brasil em Cartas. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.
- LIMA, Raul. *Tavares Bastos*. Prosa. Rio de Janeiro: Livraria AGIR Editora, 1975. (Coleção Nossos Clássicos, v.3).
- LISBOA, Karem Macknow. *Viajar, Relatar*. A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil. (1817-1820). São Paulo: Hucitec/FAPESP, 1997. p.28 a 49.

MACHADO, Roberto. (Org). *Danação da Norma*. Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: GRAAL, 1978. (Série Saber e Sociedade, n.3).

MACEDO, Joaquim Manoel de. *Memórias da rua do ouvidor*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1952.

MAGALHÃES JÚNIOR, R. D. *Pedro II e a Condessa de Barral*. Através da correspondência íntima do imperador, anotada e comentada. RJ/SP/BA: Civilização Brasileira, 1956.

MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos Viajantes*. O olhar britânico (1800-1850). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. A Formação do Estado Imperial. 4ª ed. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994.

MATTOS, Selma Rinaldi de. Lições de Macedo. Uma pedagogia do Súdito-Cidadão no Império do Brasil. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de.(Org.). *História do ensino da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Access, 1998. p.31-44.

MAUAD, Ana Maria. Imagem e Auto-Imagem do Segundo Reinado. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p.181-231 (História da Vida Privada no Brasil, v.2).

MAURO, Frédéric. *O Brasil no Tempo de D. Pedro II*. 1831-1889. São Paulo: Cia das Letras, 1991. (Coleção A vida cotidiana).

MENESES, José Newton Coelho. *História & Turismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. (Coleção História & Reflexões).

MELLO, Ciro Flávio Bandeira de Melo. A noiva do trabalho – uma capital para a República. In: DUTRA, Eliana de Freitas. *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 1996. pg.11 a 47.

MICHEL, Andrée. *O feminismo: uma abordagem histórica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. 102p.

MONCAN, Patrice de. *Les Passages Couverts de Paris*. Le guide, plans, promenades, histoire, literature. Paris: Les Éditions du Mécène, 2003.

MORAIS FILHO, Evaristo de. *As idéias fundamentais de Tavares Bastos*. 2ª edição rev.e ampliada. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

MUNFORD, Lewis. *A cultura das cidades*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1961.

_____. *A Cidade na História*. Suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MUZART, Zaidé Lupinacci. (Org). *Escritoras Brasileiras no Século XIX*: antologia. Florianópolis: Editora das Mulheres; Santa Cruz: EDUNSC, 1999.

NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 1999.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

NITRINI, Sandra. Viagens Reais e Viagens Literárias. Escritores Brasileiros na França. *Literatura e Sociedade*, n.3, p.51-61, 1998.

PERROT, Michellet. *História da Vida Privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. *Exposições universais*: espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *O Imaginário da Cidade*. Visões Literárias do Urbano. Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRS, 1999.

_____. Muito além do Espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.8, n.16, p.279-290, 1995.

PICON, Antoine. Racionalidade Técnica e Utopia: A Gênese da Haussmannização. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti. (Org.). *Cidades Capitais do Século XIX*. São Paulo: EDUSP, 2001. p.65-89.

PIMENTEL, Thaís Velloso Cougo. *De viagens e narrativa*: viajantes brasileiros no alêmmar (1913- 1957).272 pg. Tese (Doutorado em História Social) - FFLCH/USP, São Paulo, 1998.

PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1942.

PIRES, Ricardo Montadon. O termalismo tem lugar na reumatologia nos dias atuais? *Revista Brasileira de Reumatologia*, São Paulo, v.46, n.2, março/abril de 2006.

PLUM, Werner. Exposições Mundiais no século XIX: espetáculos da transformação sócio-cultural. Bonn. *Cadernos do Instituto de pesquisas da Fundação Friedrich-Evert*,1979. 176p.

PONTES, Carlos. *Tavares Bastos* (Aureliano Cândido), 1839-1875. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. 360p. (Brasiliana, série 5, v.136).

PRADO, Maria Lígia. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império*. Relatos de Viagem e Transculturação. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

QUINTANEIRO, Tânia. *Retratos de Mulher*. O cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajadores do século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

QUINTELA, Maria Manuel. Saberes e práticas termiais: uma perspectiva comparada em Portugal (Termas de S. Pedro do Sul) e no Brasil (Caldas da Imperatriz). *História Ciências Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.11, sup.1, 2004. <<http://www.scielo.br/scielo>>

RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. *A Cidade e a Moda*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil*. De Varnhagen a FHC. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

RESENDE, Silvana Gomes. *No avesso da cidade moderna: uma escritura feminina*. Viagem no Brasil do Século XIX. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura) - FALE/UFMG, Belo Horizonte, 2005.

RODRIGUES, Jaime. Cultura marítima: marinheiros e escravos no tráfico negreiro para o Brasil (sécs. XVIII E XIX). *Revista Brasileira de História*, v.19, n.38, São Paulo, 1999. <<http://www.scielo.br/scielo>>.

RONA, Ronaldo Di. *Transportes no Turismo*. Baueri: Manole, 2002. 154 p.

RONCAYOLO, Marcel. Cidade. ENCICLOPÉDIA Einaudi 8: Região. Lisboa: Imprensa nacional Casa da Moeda, 1999. vol. 8. p.262-290.

SALGUEIRO, Valéria. *Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura*. *Revista Brasileira de História*, v. 22. n.44, São Paulo, 2002. <<http://www.scielo.br/scielo>>.

SANTOS, Claudete Daufon dos. *A viagem e a escrita - uma reflexão sobre a importância da viagem na formação e produção intelectual de escritores-viajantes brasileiros*. Tese de Doutorado em Letras - Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), Rio de Janeiro, 2002.

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra*. O Corpo e a Cidade na Civilização Ocidental. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; COSTA, Ângela Marques da. 1890-1914. *No tempo das Certezas*. São Paulo: Cia das Letras, 2000. (Coleção Virando os Séculos).

_____. *O Espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870-1930.* São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas.* Forma Literária e Processo Social nos inícios do Romance Brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

SIMEL, G. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, Otavio Guilherme (Org.). *O Fenômeno urbano.* 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. 133p.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Gilda de Mello e. *O Espírito das Roupas. A moda no século XIX.* São Paulo: Cia das Letras, 1987.

SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem.* São Paulo: Cia das Letras, 1990. 319 p.

VELOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n.11, p.89-112, 1993.

_____. *Que Cara Tem o Brasil? Maneiras de Pensar e Sentir a Nacionalidade.* Rio de Janeiro: Ediouro, 2000. 154 p.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia.* 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.(Tradução de Waltensir Dutra).

WEINHARDT, Marilene. Baudelaire: a conquista da Modernidade. In: PAZ, Francisco Moraes (Org.). *Utopia e Modernidade.* Curitiba: Editora da UFPR, 1994. p.33-55.

Jornais e Revistas – Biblioteca Nacional – Setor de Obras Raras

| Nome | Local e data |
|--|---|
| | |
| O Annuncio : Folha diária | 24- 27 Fev 1874. |
| O Binóculo | 1881 - 1882 |
| A Bruxa | 1886 |
| A Cigarra | 1895 - 1896 |
| A Comédia Popular | 1877 |
| O Correio da Manhã | ? |
| Diabo da Manhã | 1881 |
| Diário Ilustrado | 1887 |
| Gazeta de Notícias | 1884 |
| O Globo | 1825 |
| João Minhoca | 1901 |
| Jornal do Commércio | 1887 a 1906 |
| Ilustração Brasileira | 1870 a 1876 |
| O Malho | ?(1902) |
| O Paíz | 1885 a 1896 |
| Pharol – Jornal litterário, artístico e noticioso. | RJ – 01/06 a 12/1880. 04 a 07/1881. |
| O Pharol – órgão litterário,crítico e noticioso | RJ – 16/08 a 27/09/1885. |
| A Primavera : Revista Semanal de Literatura, Modas, indústria e Artes | RJ – 03 a 24/03/1861 |
| O Progresso | RJ – 01/06 a 30/09 1886 |
| O Progresso: folha miscellanea | RJ – 25/08/1877 |
| Recreio das Moças | 19/11/1876; 01/10/1877 |
| Recreio do Bello-sexo : modas, litteratura, bellas- artes, teatro. | RJ – 17/01/1856 |
| República das moças. | 12-19/10/1879 |
| Revista Brasileira:jornal de litteratura, Theatro, e indústria. | 01/06/1856 29/07/1856 |
| Revista Brasileira | 10/06 e 01/07/1880. |
| Revista Brazileira: jornal de Sciencias, lettras e artes. | 1857-1861,1879-1881,1895-1899. |
| Revista Complexa | Jun-agosto 1878,mar-mai 1879, fev-ag 1880. |
| Revista contemporânea | 03/08/1861 a 28/03/1862 |
| Revista Fluminense | 24/08 e 02/09 - 1865 |
| Revista Fluminense; Semanário noticioso, litterário, científico, recreativo, etc. | Nov . 1868 e jan 1869. |
| Revista illustrada | 01/01/1876-1898 |
| Revista Marítima Brasileira | 08 mar 1851, dez 1852, jan/fev e jul/dez 1853, jan17=854, |

| | |
|---|--|
| | 28/07/1855. |
| Revista Marítima Brasileira | Jul 1881, jun 1886, jan 1887, dez 1889. |
| Revista Moderna: publicação quinzenal ilustrada. | 15 maio 1897. |
| Revista Samana | 1887 a 1940 (?) |
| Revista Semanal: jornal noticioso, variado e semanal. | 14 -21/jan/1860. |
| Revista Sul Americana: Bibliografia Brasileira, Ciências, Letras e arte. | Fev 1888, jan e dez 1889. |
| O Século | 06/10/1881 |
| A Semana | 03/01/1885, abril 1888, ago 1893, 29 jun 1895. |
| A Semana: Crônica da vida carioca | 30/07 e 03/09/1811 |
| Semana Ilustrada | 16/12/1860 e 19/03/1876 |
| Vida Fluminense | 15/09/1889 e 21/06/1890 |
| A Violeta Fluminense: Folha crítica e litterária dedicada ao belo sexo. | 06/12/1857 e 31/01/1858 |